

**JORGE MIGUEL FERNANDES VENTURA**

**A Educação Física no Ensino Primário pela voz da  
imprensa durante o Estado Novo**

**Orientador: Professor Doutor José Gregório Viegas Brás**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Educação Física e Desporto**

**Lisboa**

**2016**

**JORGE MIGUEL FERNANDES VENTURA**

**A Educação Física no Ensino Primário pela voz da  
imprensa durante o Estado Novo**

Dissertação defendida em provas públicas no dia 05 de Janeiro de 2017 para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Física e Desporto Escolar no Curso de Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob o despacho reitoral nº 02/2017, com a seguinte composição de Júri:  
Presidente - Professor Doutor Jorge dos Santos Proença Martins (ULHT)  
Arguente - Professora Doutora Maria Neves Leal Gonçalves (ULHT)  
Orientador - Professor Doutor José Gregório Viegas Brás (ULHT)

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Educação Física e Desporto**

**Lisboa**

**2016**

Cada época é definida pelo que apresenta de novo, de especificamente seu. Pode não ser um alto pensamento filosófico, uma grande reforma moral, uma arte requintada, uma ciência generosa. Mas há-de ser a dádiva de qualquer uma dessas manifestações humanas, ou todas, numa conceção inteiramente inédita, original, inconcebível noutro tempo da história.

**Miguel Torga**

Não interessa o que se trata de levar a termo: o que interessa é perseverar até ao fim.

**Confúcio**

Dedico este trabalho aos meus avós (Arnaldo e Beatriz, Otilia e Jerónimo), que por diversas vezes se encontraram comigo na memória através das páginas revisitadas na revista *Educação Nacional*, descritivas da sua época escolar e da sociedade do seu tempo.

## **Agradecimentos**

O caminho que levou à construção e conclusão deste trabalho foi longo, demorado e sofreu bastantes contratempos. Tornou-se, por vezes, penosa e árdua tarefa nalguns dos seus passos, mas a vontade foi persistindo com o apoio e impulso daqueles que ao longo dos anos me incentivaram e motivaram a nunca desistir, partilhando comigo angústias e alegrias.

Agradeço em primeiro lugar à minha família pelos valores e educação que me fizeram ser quem sou e anseio continuar a ser. À minha mãe que sempre acreditou em mim e, apesar de todas as contrariedades que a vida lhe colocou pela frente, persistiu e enfrentou-as com um amor indescritível pelos filhos e pela família. Ao meu pai que sempre me transmitiu um olhar pragmático e coerente do mundo que nos rodeia, aliado a uma exigência e rigor necessários ao sucesso pessoal. À minha irmã que ao longo de toda a vida me vai demonstrando como se pode ser competente quer na vida profissional como pessoal. À minha madrinha por todo o apoio fundamental nesta etapa final do trabalho e pelo carinho demonstrado ao longo da vida.

À Ana Dias por embelezar o dia-a-dia, pela paciência demonstrada, pela forma de estar na vida e pela orientação transmitida na conclusão deste trabalho.

Ao Viriato que sempre esteve presente em todos os momentos, bons e maus, e nunca deixou de acreditar que este trabalho se iria concluir.

Aos professores José Brás, Olímpio Coelho, Lúcia Gomes, Rui Batalau, M<sup>a</sup> do Céu Roldão e Teresa Palma pelos seus ensinamentos académicos e aprendizagens teórico-práticas fornecidas, através da transmissão de atitudes de rigor e exigência profissional no trabalho solicitado ao longo da minha formação superior.

A todos os professores que ao longo da minha vida académica me ensinaram como podiam e sabiam, apesar de nem sempre corresponder às suas expectativas.

Às funcionárias da sala de microfilmes da Biblioteca Nacional, M<sup>a</sup> Teresa Neves e M<sup>a</sup> Adelaide Serra, pelo apoio e paciência nas instruções de utilização das máquinas dos microfilmes e pela companhia nas horas intermináveis de pesquisa.

## **Resumo**

A Educação Física no Ensino Primário é uma disciplina fundamental para o desenvolvimento integral, pessoal e social dos indivíduos, devido às suas características formativas únicas.

Esta investigação procura apresentar uma análise normativa e didática à sua abordagem e efetivação durante o período do Estado Novo (1933 – 1974), segundo a revista *Educação Nacional*, existente no arquivo de microfilmes da Biblioteca Nacional de Portugal.

Os resultados obtidos apontam para um contributo da revista maioritariamente positivo para a implementação da disciplina de EF no Ensino Primário, através dos artigos e opiniões publicados, apesar da sua real implementação se verificar apenas numa fase final do período pesquisado (final dos anos sessenta). Os constrangimentos associados à demora da implementação devem-se, essencialmente, à influência limitadora do Estado na importância atribuída à EF e às carências na formação dos professores primários, fatores de certa forma condicionados pela mentalidade conservadora e controladora da época.

No que respeita às principais categorias e conteúdos desenvolvidos na revista sobre a temática, destacam-se as considerações sobre a disciplina na saúde e educação, o seu desenvolvimento e implementação no Ensino Primário, a EF na formação de professores, o enquadramento normativo da disciplina e as publicações psicopedagógicas associadas ao nível de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Física; Escola Primária; Ensino Primário; Mocidade Portuguesa (MP); Currículo.

## **Abstract**

Physical Education in primary school is a fundamental discipline for the individual and social development of the human being, due to its unique formation characteristics.

The current study reports the normative and pedagogic analysis to the approach of the Physical Education in the primary school during *Estado Novo* (1933 – 1974), according to the magazine *Educação Nacional*, available in the microfilm archive at the Portuguese National Library.

The results suggest that the role of this magazine in implementing the discipline in the primary school, through its published articles and opinions, was positive despite its belated implementation in the end of the research period (late sixties). The main reasons presented for this belated execution were the Governments belittled importance to the discipline as well as the lack of professional training concerning the primary school teachers. The presented reasons were conditioned by the controlling and conservative social mentality correspondent to the studied period.

The main categories and contents developed by the magazine were the considerations about the discipline on the education and health, its approach to the primary education, the formation on Physical Education to the primary teachers, the regulating framework and the published psycho-pedagogic articles regarding the level of education.

**Key Words:** Physical Education; Primary school; Primary education; *Mocidade Portuguesa* (MP); Curriculum.

## **Lista de Abreviaturas**

BIE – Bureau Internacional de Educação

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

EF – Educação Física

GB - Giga bites

INEF – Instituto Nacional de Educação Física

JPEG – Joint Photographic Experts Group

MP – Mocidade Portuguesa

REN – Revista Educação Nacional

USB – Universal Serial Bus



## Índice geral

1ª PARTE .....	11
Introdução .....	11
1. Problema .....	14
2. Objetivos .....	15
3. Fontes .....	16
4. Método .....	22
5. Revisão da Literatura .....	29
5.1. Educação Física no Ensino Primário - Estado Novo .....	29
5.2. Educação Física no 1º ciclo – Pós 25 de Abril de 1974 .....	32
2ª PARTE .....	37
1. Apresentação geral das temáticas .....	37
2. Análise das categorias .....	42
2.1. EF Comparada .....	43
2.2. Enquadramento Normativo .....	49
2.3. EF e MP .....	67
2.4. Formação de Professores .....	84
2.5. Bibliografia Recomendada .....	93
2.6. Apoio Pedagógico a Professores .....	98
2.7. Publicações Psicopedagógicas .....	107
2.8. Diversos .....	113
3. Discussão dos resultados .....	115
4. Conclusões .....	120
Referências Bibliográficas .....	123

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Referências dos artigos da categoria EF Comparada, nos respetivos conteúdos .....	46
Tabela 2 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo MP .....	51
Tabela 3 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo Instituições de EF .....	56
Tabela 4 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo da EF na Formação de Professores .....	59
Tabela 5 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo da EF no Ensino Particular .....	63
Tabela 6 – Referências dos artigos da subcategoria Ação e atividade da MP nos respetivos conteúdos .....	69
Tabela 7 – Referências dos artigos da categoria EF e MP nos conteúdos da subcategoria EF .....	75
Tabela 8 – Aspetos positivos e negativos da disciplina de EF, no conteúdo Considerações sobre a EF na educação e saúde .....	76
Tabela 9 – Referências dos artigos da categoria Formação de Professores nos respetivos conteúdos .....	84

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Dispersão das referências recolhidas ao longo do período de pesquisa – 1933 a 1974 .....	37
Gráfico 2 – Dispersão das referências e artigos da primeira temática / principais categorias .....	39
Gráfico 3 – Dispersão das referências e artigos da segunda temática / categoria 8 - Diversos.....	41
Gráfico 4 – Distribuição de referências da categoria EF Comparada ao longo do período do Estado Novo .....	43
Gráfico 5 – Balanço dos conteúdos da categoria EF Comparada.....	45
Gráfico 6 – Balanço de documentos oficiais nos conteúdos da categoria Enquadramento Normativo.....	50
Gráfico 7 – Subcategorias da EF e MP e respetivos artigos associados.....	68
Gráfico 8 – Distribuição de referências da categoria Bibliografia Recomendada .....	93
Gráfico 9 – Balanço da apresentação da EF na bibliografia recomendada da revista.....	96
Gráfico 10 – Balanço dos autores de EF na bibliografia recomendada da revista .....	97
Gráfico 11 – Balanço das atividades de EF referentes aos Planos de Lições.....	100
Gráfico 12 – Balanço dos conteúdos da categoria Publicações Psicopedagógicas .....	108

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Conjunto de todas as bobines de microfilme analisadas .....	20
Figura 2 – Cartão utente da BNP .....	23
Figura 3 – Impresso de requisição de leitura .....	23
Figura 4 – Leitor de microfilmes .....	24
Figura 5 – Grelha de registo, levantamento e organização dos microfilmes e artigos da revista .	24
Figura 6 – Conversor/reprodutor de microfilmes .....	25

## 1ª PARTE

### Introdução

A Educação Física (EF) no Ensino Primário é uma disciplina fundamental na transmissão de conhecimentos e práticas relativas à adoção e conservação de formas de estar ativas e saudáveis, tanto na sua expressão individual como social, devido às suas características singulares e insubstituíveis na vida das crianças (Bom, L. 1992); (Botelho Gomes, P. 2004); (Brás, J. 1990); (Matos, Z. 2004); (Mota, J. 1992); (Rocha, L. 1996).

Em Portugal esta disciplina está consagrada nos programas oficiais do ensino primário nacional desde o ano de 1836, salvo algumas descontinuidades esporádicas (Silva, F. 2003, p. 2).

Mais especificamente no período do Estado Novo – 1933 a 1974, os meios de comunicação e divulgação de informação eram bastantes distintos daqueles que nos assistem nos dias de hoje. Naquele tempo, a imprensa escrita apresentava uma proporção bastante relevante e considerável para a comunidade educativa, na medida em que se assumia quase exclusivamente como meio de comunicação entre o Estado e os agentes de ensino (Adão, A. 2012)

Durante o período do Estado Novo, relativamente aos diversos órgãos de informação escrita e educativa independente, a revista *Educação Nacional* (REN) foi a que teve maior longevidade, mantendo-se em atividade durante todo o regime, sendo desta forma a mais representativa e que melhor espelha a realidade e a discussão educativa na imprensa.

Para além disto, a REN assumiu-se como defensora dos interesses dos professores primários, através da orientação e reivindicação das suas funções e necessidades na vida profissional e social. (Revista Educação Nacional, 1954)

Deste modo, este trabalho pretende apresentar uma análise histórica à abordagem efetuada pela REN, relativamente à disciplina de EF no Ensino Primário, durante o período correspondente ao Estado Novo, mais concretamente de 1933 a 1974.

De maneira a averiguar a abordagem da revista, esta investigação procura analisar quais as principais temáticas e categorias apresentadas nas várias edições, qual a exposição anunciada

relativamente à disciplina de EF no Ensino Primário, e de que forma é que esta exposição impulsionou ou represou o seu desenvolvimento, bem como a sua consideração por parte da comunidade educativa, expressa através dos artigos publicados no período de tempo pesquisado.

Esta investigação pretende ainda examinar a predominância da tipologia dos artigos relativos à disciplina no Ensino Primário, ou seja, se apresentavam uma perspectiva mais didática ou mais normativa.

A principal fonte deste trabalho centra-se no levantamento de referências e artigos, efetuado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), relativos às publicações da REN e pertencentes ao período do Estado Novo, com foco naqueles que estavam direta ou indiretamente relacionados com a disciplina de EF no Ensino Primário.

O suporte teórico deste trabalho é fundamentado pela revisão bibliográfica da temática da EF no currículo do 1º ciclo do ensino básico, bem como da EF no 1º ciclo do Estado Novo, que permitiu a definição e interpretação dos critérios de análise e palavras-chave essenciais para a recolha de dados na revista.

Desta maneira, tratando-se de um estudo de caso, esta investigação consiste na observação detalhada de uma única fonte de documentos específicos (Merriam, 1988 in Bogdan, R. Biklen, S. 1994, p.90).

O instrumento inicialmente utilizado neste trabalho consiste na pesquisa arquivística, permitindo que, através da recolha informação presente em artigos previamente produzidos, se adquira os dados necessários para responder às questões da investigação (Afonso, N. 2005, pp. 89-91).

A organização e catalogação dos dados efetuou-se por via do processo indutivo, que por sua vez possibilitou a interpretação dos artigos recolhidos e enquadrados em categorias, através de uma análise de conteúdo qualitativa, facilitando a sua revisão comparativa, bem como a formulação das conclusões deste trabalho (Bogdan R., Biklen, S. 1994).

O processo apresentado no parágrafo anterior promoveu a criação de oito categorias diferentes, inseridas em duas temáticas distintas e definidas pela ligação à disciplina de EF.

Procurando compreender o passado da disciplina de EF no Ensino Primário, explícito através da abordagem a um dos principais meios de informação e comunicação entre o Estado e a comunidade educativa, pretende-se com este estudo, contribuir para a interpretação da história da disciplina, num nível de ensino onde a sua efetivação prática assume uma importância determinante, para o futuro individual e social do ser humano (Matos, Z. 1991).

Por outro lado, a razão que levou à escolha deste tema deve-se ao interesse pessoal no nível de ensino em questão, associado à vontade de investigar a forma como os colegas de classe do passado e os ascendentes mais próximos viviam a EF, recorrendo a uma fonte de informação, de certa forma, expositiva da realidade do seu tempo.

A primeira parte aborda a problemática e os objetivos do trabalho, o capítulo das fontes, onde é feita uma apresentação da REN, bem com o capítulo do Método. Para além destes, é ainda incluído nesta parte do trabalho, o capítulo do enquadramento teórico, com a revisão de literatura efetuada.

Na segunda parte do trabalho inserem-se três análises e as conclusões.

A primeira análise consiste numa breve apresentação e descrição geral das temáticas e categorias, compostas pelas referências e artigos recolhidos na REN. A segunda análise é referente à apresentação e interpretação específica das sete categorias diretamente associadas à EF no Ensino Primário, bem como da análise superficial da oitava categoria. A terceira análise é composta pela comparação e associação dos resultados obtidos em cada categoria.

Por fim, as conclusões apresentam as respostas às questões colocadas na primeira parte deste trabalho, articulando-as com estudos de outros autores, procurando ir de encontro aos objetivos definidos.

## 1. Problema

Para Adão (2012) a imprensa representa uma fonte de estudo e um testemunho histórico onde é possível recolher os discursos e as opiniões publicadas, relativamente a um determinado assunto. Segundo a mesma autora, este facto ganha um significado ainda mais relevante quando se aborda uma época como o Estado Novo em que os meios de comunicação e informação eram completamente distintos daqueles que existem nos dias de hoje.

Reforçando esta opinião, Carvalho (1999) e Tengarrinha (1989) apresentam a imprensa periódica como um veículo de intervenção social, capaz de exercer influência na opinião pública, relativamente à forma de se pensar ou agir sobre determinada matéria, temática ou conceito. Para os autores esta influência ganha maior preponderância na época em que a divulgação e expansão de informação estava quase exclusivamente entregue à imprensa escrita.

Tendo em consideração a opinião dos autores, e atribuindo à imprensa uma importância significativa na formação e transformação da opinião pública, o problema deste trabalho concentra-se na conceção veiculada pela imprensa escrita, educativa e independente, relativamente à EF no Ensino Primário, no período do Estado Novo.

Perante a diversidade de publicações educativas existentes no período temporal pesquisado, a opção em dirigir o foco de pesquisa na REN, e não em qualquer outra revista ou jornal educativo independente, está relacionada com a importância e longevidade que a mesma assumiu na época em questão, chegando a ser, num determinado período do Estado Novo, a única a nível nacional a servir de meio de comunicação escrita para e entre os agentes de ensino, com a transmissão de informação didática e normativa, estando, no entanto, sempre sujeita à Comissão de Censura.

Deste modo, a problemática deste trabalho procura verificar que conceções da EF no Ensino Primário foram projetadas na imprensa escrita, mais especificamente na REN, no período do Estado Novo? Qual a representação e a relevância atribuída à disciplina no Ensino Primário? Que críticas foram levantadas e que temáticas foram veiculadas durante o período temporal em questão?



## 2. Objetivos

Esta tese procura apresentar uma investigação realizada à conceção e abordagem da EF no Ensino Primário, durante um período específico da nossa história, o Estado Novo, segundo a imprensa escrita, mais concretamente a REN.

Com a análise histórica desta revista nacional, pretende-se:

- Analisar a conceção de EF no Ensino Primário que foi transmitida pela REN;
- Identificar e comparar as principais categorias apresentadas na revista, relativas à disciplina de EF no Ensino Primário;
- Refletir sobre o contributo da REN para a EF das crianças no Ensino Primário;
- Identificar as correntes e os exemplos estrangeiros sobre a disciplina de EF, veiculados através da REN;
- Analisar a predominância de género, respeitante aos artigos publicados na REN, sobre a EF;
- Identificar o tipo de apoio para a prática da disciplina de EF, disponibilizado pela REN aos professores primários;
- Comparar a influência das diversas organizações associadas à EF, exposta nas publicações da REN;
- Verificar o número de artigos publicados sobre a EF no ensino primário, em função dos Ministros da Instrução Pública / Educação em funções;
- Analisar o apoio ao professor primário e à sua formação, respeitante à disciplina de EF.

### 3. Fontes

A principal fonte de pesquisa deste trabalho consiste na análise da REN, durante o período do Estado Novo - 1933 a 1974.

A escolha e o foco nesta revista resultam do facto da mesma abranger uma longevidade significativa, perdurando e mantendo praticamente inalteradas as suas publicações ao longo de todo o período do Estado Novo, chegando inclusive a ser a única revista educativa independente a publicar a nível nacional, aquando do desaparecimento de “O Educador” em 1959.

Devido a esta característica particular e sendo uma referência a nível nacional pela sua representação, ao contrário de outras revistas, como “O Educador” ou a “Escola Portuguesa”, com períodos de vida mais curtos e irregulares, considera-se a REN a que melhor pode traduzir e espelhar a realidade e o discurso da comunidade educativa, relativamente à EF no 1º ciclo durante todo o período do Estado Novo.

O início da pesquisa recua a 08 de Janeiro de 1933, data de lançamento da primeira revista do ano, onde é publicada uma entrevista do Dr. Oliveira Salazar ao jornal *Diário de Notícias* sobre o problema da instrução em Portugal<sup>1</sup>. O final da pesquisa termina a 04 de Maio de 1974, data da primeira publicação da revista após o fim do regime ditatorial em Portugal, noticiando o “feito histórico das forças armadas na madrugada de 25 de Abril de 1974”<sup>2</sup>.

A REN teve origem na Rua de Sá Noronha – Porto, num período em que vigorava em Portugal o regime político da Monarquia Constitucional - 1820 a 1910.

A primeira publicação da revista ocorre a 04 de Outubro de 1896, e já nesta primeira publicação a EF é referida como “forma de educar homens de trabalho, bem equilibrados, bem instruídos segundo as suas respetivas aptidões, constituindo uma sociedade que seja um organismo em que cada órgão tenha o vigor e a energia indispensáveis para o regular funcionamento do todo”. Refere-se ainda neste artigo a necessidade de educar desde cedo de

---

<sup>1</sup> Bobine 21 de 08 de Janeiro de 1933, pp. 2 - 4

<sup>2</sup> Bobine 63 de 04 de Maio de 1974, p. 1

acordo com três pontos de vista capitais: a moral, o intelecto e o físico (Revista Educação Nacional, 1896).

A revista foi criada por António Figueirinhas - Director e Editor. “Como Editor, António Figueirinhas procurou sempre orientar-se pelos princípios da sã moralidade, publicando obras oportunas e edificantes, quer originais, quer traduzidas de bons autores”. Nas obras escolares editadas e aprovadas oficialmente “procurou sempre imprimir-lhes um caracter verdadeiramente didático, esforçando-se por atender aos modernos processos e métodos pedagógicos.”<sup>1</sup>.

Desde o início das publicações até ao seu final, em 20 de Maio de 1976, a REN foi premiada em 1898, na Exposição Internacional da Imprensa, em Lisboa, com o grande diploma de honra da imprensa escrita.

Durante os oitenta e um anos da sua existência na imprensa nacional, a revista passou por quatro regimes políticos diferentes: a Monarquia Constitucional (1896 a 1910); a Primeira República (1910 a 1926); o Estado Novo (1926 a 1974); e o Estado democrático (1974 a 1976).

Na sua fase inicial a revista é semanária, sendo a sua distribuição realizada por correio, através de uma cota que não poderia ser inferior a meio ano. Durante este período, nos meses de Agosto e Setembro, a revista reduzia a sua publicação de quinze para oito páginas, interrompendo as secções *Parte Didática e Notas*, mantendo apenas a publicação da sua parte oficial, devido às informações indispensáveis à colocação e transferências de professores.<sup>2</sup>

Com o passar do tempo a revista expande, passando a ser vendida em livrarias espalhadas por todo o país, inclusive nas ilhas, colónias nacionais e comunidades portuguesas no estrangeiro, mantendo a sua publicação semanal.

Apesar disto, a REN atravessa vários períodos de mudanças e dificuldades com o passar dos tempos:

---

<sup>1</sup> Bobine 36, de 30 de Janeiro de 1945, p. 2

<sup>2</sup> Bobine 22, de 30 de Julho de 1933, p. 2

- De 04 de Outubro de 1942 a 28 de Março de 1943 a revista não emite qualquer publicação devido a uma suspensão imposta pela Comissão de Censura do então regime, como pode ser verificado na resposta do Director a um leitor, enunciada no final da publicação de 04 de Outubro de 1942<sup>1</sup>;

- De 30 de Janeiro de 1945 a 01 de Abril do mesmo ano a revista suspende as suas publicações devido ao falecimento do seu fundador, editor e diretor, no dia 16 de Janeiro de 1945, retomando a sua distribuição aquando da entrada do novo diretor Tomaz de Barros<sup>2</sup>

- Devido às consequências da segunda grande guerra, que durou sessenta e oito meses e que originou grandes crises, sob o ponto de vista económico e financeiro, provocando “um acréscimo de 60 por cento no preço das gazetas diárias”, a 24 de Novembro de 1946, a revista apresenta na sua primeira página um acréscimo anual de 7\$50 no preço da assinatura, por não conseguir continuar a suportar o aumento dos custos “do papel, das contribuições, salários dos tipógrafos, produtos químicos, artigos de impressão, gravação, estereotipia (...)” e “despesas de colaboração administrativas e redatoriais”<sup>3</sup>;

- Em 30 de Dezembro de 1948, ocorre o falecimento do então diretor Tomaz de Barros, passando a atuar como diretor interino o professor José Machado<sup>4</sup>;

- Passados cinco anos e três meses após a morte do anterior diretor Tomaz de Barros, e ainda com o professor José Machado apresentado como diretor interino, a revista apresenta, a 15 de Março de 1954, uma “nova fase e uma nova feição”, definindo-se como “um baluarte da defesa do Professorado Primário desde há cinquenta anos”, porta-voz das “reivindicações morais, económicas e sociais” e “bussola que, em cinco decénios, orientou, na sua vida oficial, muitos jovens professores primários”<sup>5</sup>;

---

<sup>1</sup> Bobine 34, de 04 de Outubro de 1942, p. 17

<sup>2</sup> Bobine 36, de 30 de Janeiro de 1945, pp. 1 - 4; Bobine 36, de 01 de Abril de 1945, pp. 1 - 2

<sup>3</sup> Bobine 38, de 24 de Novembro de 1946, p. 1

<sup>4</sup> Bobine 41, de 09 de Janeiro de 1949, pp 1 - 2

<sup>5</sup> Bobine 47, de 15 de Março de 1954, p. 16

- A 02 de Fevereiro de 1959, a revista apresenta em toda a sua primeira página um artigo com o título *Grito de Alarme*, evidenciando as dificuldades que o país atravessa, relativamente à imprensa educativa independente. Nesta referência é apresentado o desaparecimento do semanário *O Educador*, tornando-se desta forma a REN como o único semanário independente “capaz de servir de eco aos anseios, inquietações e problemas da classe”, apelando ainda aos leitores para a “propaganda e novas assinaturas” da revista, significando a manutenção do “bem-estar, o prestígio e a defesa dos interesses vitais do professorado primário”<sup>1</sup>;

- A partir do dia 01 de Abril de 1968, ocorre uma mudança ao nível da periodicidade de publicação da revista, passando a ser emitida aos seus assinantes e leitores de forma quinzenal, ao contrário da forma semanal como tinha vindo a ser verificado. Esta alteração ocorre sem qualquer justificativo do seu diretor interino, quer nas edições anteriores como nas posteriores, continuando inclusive a apresentar-se como semanário pedagógico. Apenas a 04 de Fevereiro de 1970, quase dois anos depois de efetivamente alterar a sua publicação para quinzenal, é que a revista se começa a apresentar na sua primeira página como *quinzenário pedagógico*. Curiosamente é noticiada, na primeira página desta edição, a nova chefia do sector educativo do governo liderada pelo doutor Veiga Simão.<sup>2</sup>

Ao longo de toda a pesquisa realizada observou-se nas publicações da REN, durante o período do Estado Novo, a existência de uma nota de rodapé a informar os leitores que as publicações tinham sido revistas e aprovadas pelo Concelho Nacional de Censura.

Esta revista semanal/quinzenal está disponível na BNP no formato de microfilme, sendo que a análise realizada consistiu na leitura, revisão e interpretação dos artigos relacionados com temáticas nacionais e internacionais, principalmente associadas à EF no Ensino Primário; dos diplomas legislativos; das publicações referentes a outros jornais e revistas da época; e por fim de outras publicações, concepções e ideias de diversos autores, divulgadas na revista.

---

<sup>1</sup> Bobine 53, de 02 de Fevereiro de 1959, p. 1

<sup>2</sup> Bobine 62, de 04 de Fevereiro de 1970, p. 1

Figura 1 - Conjunto de todas as bobines de microfilme analisadas



A figura anterior evidencia o conjunto de bobines de microfilme utilizadas na pesquisa deste trabalho. No total foram examinados quarenta e três bobines de microfilme, originando por sua vez trezentas e setenta e duas referências recolhidas, por se enquadrarem na temática deste trabalho ou por conterem as palavras-chave definidas no início da pesquisa.

Importa mencionar que cada referência recolhida corresponde a uma página da REN. Deste modo, e para uma melhor interpretação dos resultados apresentados na segunda parte deste trabalho, torna-se imperativo mencionar que, nalguns casos, os artigos da revista são constituídos por mais que uma página, sendo consequentemente compostos por mais que uma referência. Na segunda parte deste estudo é apresentada a relação entre as referências e os artigos existentes nas diversas categorias, enunciadas no próximo ponto – Método.

Por último, interessa apresentar o conteúdo das principais rubricas que ao longo da existência da revista fizeram parte das suas edições. Foram elas: publicação de informações e notícias educativas, nacionais e internacionais; informações aos leitores sobre noções elementares de pedagogia e psicopedagogia; exercícios de apoio à fonética e ortográfica, bem como a morfologia de palavras; lições históricas e excertos de obras nacionais e internacionais; secção oficial com informações sobre licenças, prorrogações, declarações, circulares, decretos-lei e portarias, bem como a extinção/abertura de escolas e colocações de professores; artigos de ideias

e opiniões de pedagogos e professores; planos e modelos de lições didáticas para os professores aplicarem nas suas aulas; secções consultivas com perguntas dos leitores e respostas da revista; recomendação de bibliografia de suporte aos professores e leitores; relatos de conferências, discursos e entrevistas; secção mensal *Vida Escolar*, com informações sobre os feriados nacionais e municipais, dias letivos, férias escolares e exames; e por último uma página feminina, com artigos sobre o papel da mulher na sociedade da época, receitas de culinária, anedotas, opiniões de moda e cuidados a ter com o corpo.

#### **4. Método**

Para iniciar este ponto importa referir que, tratando-se de um estudo de caso, este trabalho irá consistir, segundo Merriam (1988), em Bogdan e Biklen (1994, p. 90), na observação detalhada de uma única fonte de documentos específicos.

O primeiro momento deste estudo baseia-se na definição da temática a abordar, com base nas perguntas orientadoras: “o que foi dito e o que foi feito entre o período de 1933 a 1974 na imprensa educativa, sobre a EF no Ensino Primário?”. Posteriormente, através destas perguntas e após a escolha de análise à REN, procedeu-se ao estudo de documentos e registos bibliográficos que justificassem a necessidade de abordar este tema, originando na definição do problema – Qual o papel da REN na EF do Ensino Primário, no período do Estado Novo? Teve uma abordagem mais didática? Mais normativa? Teve um contributo positivo para o desenvolvimento da EF, ou pelo contrário, promoveu uma estagnação prejudicial à evolução da disciplina?

De forma a garantir o suporte teórico fundamentado, realizou-se um levantamento bibliográfico, que permitiu compreender e interpretar com maior rigor os principais temas e palavras-chave essenciais para a pesquisa. Com base neste levantamento foram definidos os critérios de análise, fundamentais para selecionar e recolher, de forma concisa, todas as informações necessárias para responder ao problema identificado.

Seguidamente procedeu-se à recolha de artigos da REN, no formato de microfilmes relacionados com os critérios e palavras-chave definidas, referentes ao espaço temporal do Estado Novo. Segundo Pereira (2007, p.23), “os dados obtidos são simultaneamente provas e pistas, proporcionando informações que permitem analisar os aspetos que se pretende explorar”.

As bobines de microfilme da REN foram requisitadas e pesquisadas na BNP, mais concretamente no único local onde é possível encontrar a revista, a sala de microfilmes. Para a requisição dos microfilmes foi necessário: em primeiro lugar elaborar um cartão da BNP e pagar uma cota anual (Figura 2); em segundo lugar, e cada vez que se verificou a necessidade de solicitar uma bobine da revista, preencher um pequeno impresso (Figura 3), entregue a uma das funcionárias da sala microfilmes.



Figura 2 – Cartão utente da BNP



Figura 3 – Impresso de requisição de leitura

BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – REQUISIÇÃO DE LEITURA		
(A preencher pelo leitor)		(A preencher pelo Serviço)
Cota	FP 223	Conferido
Autor		Lugar n.º
Título Ed. Nacional		
Volume/ano/mês/número 04 Set 1932 a 04 Fev 1975 (N.º 21 a 63)		
Nome Jorge Ventura		
Data 15/10/2015	Cartão n.º 104698	Conf.
<input checked="" type="checkbox"/> Microfilme	<input type="checkbox"/> Cota errada	<input type="checkbox"/> Reprografia
<input type="checkbox"/> Encadernação	<input type="checkbox"/> Mau estado	<input type="checkbox"/> Exposição
Outras informações:		

O levantamento dos dados seguiu uma ordem cronológica de acordo com o período definido - 1933 a 1974, ou seja, iniciou-se no primeiro microfilme referente ao ano de 1933 e concluiu-se com a queda do Estado Novo em 1974.

Cada bobine de microfilme abrangia todas as publicações semanais da REN, referentes a aproximadamente um ano de publicações. A partir de Abril, do ano de 1968, altura em que as publicações da revista passaram a ser quinzenais, cada bobine continha aproximadamente dois anos de publicações.

Numa primeira fase da pesquisa arquivística, através da observação e leitura dos artigos em formato de bobine de microfilme, no leitor de microfimes (Figura 4) efetuou-se apenas a recolha da referência do artigo identificado na revista.

Figura 4 – Leitor de microfilmes



Esta recolha foi organizada em primeiro lugar pelo critério do número da bobine de microfilme, em segundo pelo ano da revista, em terceiro pelo dia/mês da publicação e por último pela página da revista, como demonstrado na figura apresentada de seguida.

Figura 5 – Grelha de registo, levantamento e organização dos microfilmes e artigos da revista

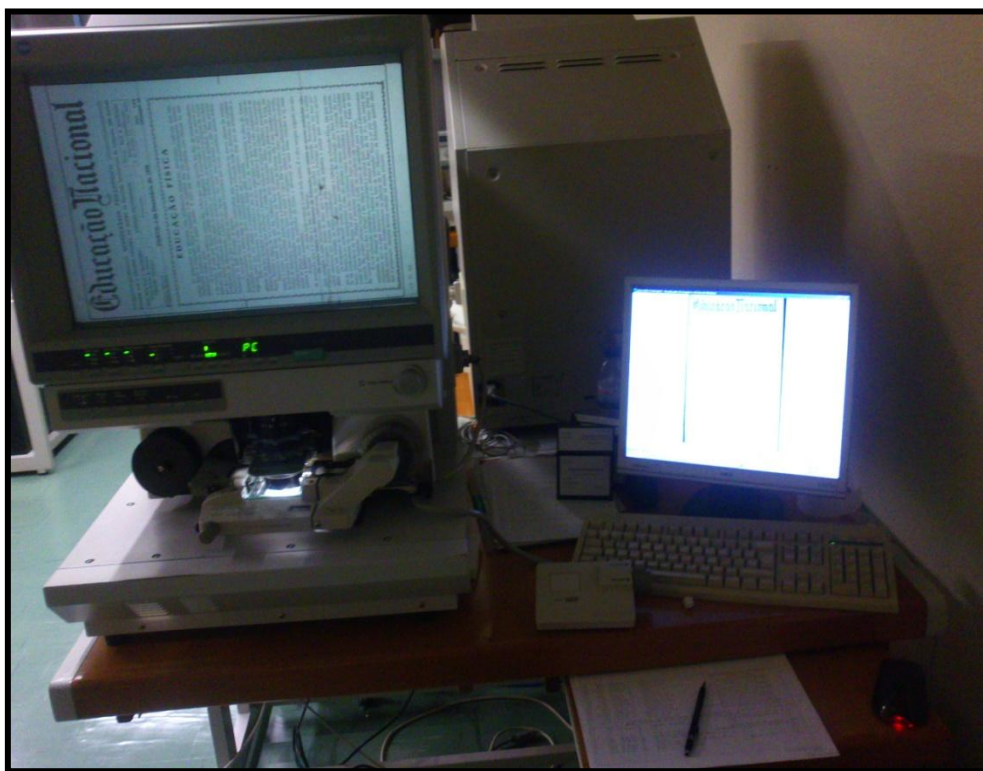
<b>Referências da Revista Educação Nacional (Ordenado p/ Nº de Microfilme / data / página)</b>										
Nº da bobine de microfilme	Ano de publicação	Data de publicação (dia /mês)	Página(s)	Secção / Título do artigo	Parágrafo	Linha / Alínea	Autor	Observações e notas	Conversão Microfilme p/ JPEG	Organização em categorias

(Elaboração própria)

Para além dos critérios de recolha acrescentou-se à tabela o título do artigo, ou secção da revista onde este se encontrava inserido, o parágrafo, a linha ou alínea, o autor, observações e notas relativas ao artigo, bem como duas colunas de suporte à fase seguinte da recolha de dados.

A coluna conversão de Microfilme para Joint Photographic Experts Group (JPEG) permitiu preparar a fase seguinte. Nesta fase, após a leitura e registo de todas as referências e artigos da revista, no período de tempo definido neste trabalho, fez-se nova requisição de todas as bobines de microfilme pesquisadas, de modo a converter todos artigos e páginas referenciadas para um formato JPEG, através de outro aparelho - Reprodutor/Conversor de microfilmes – apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Conversor/reprodutor de microfilmes



Inicialmente gravaram-se os ficheiros JPEG no computador disponibilizado pela BNP, associado ao reprodutor de microfilmes, e posteriormente foram transferidos através de uma *pen drive Universal Serial Bus* (USB) de 16 Giga Bites (GB) para o computador pessoal.

De modo a facilitar a organização dos ficheiros JPEG na pasta de origem, os mesmos foram nomeados da seguinte forma: 1º- número da bobine de microfilme; 2º- ano, mês e dia da publicação da revista; 3º- página da revista; 4º- título ou conteúdo do artigo; 5º- autor do artigo.

Esta forma de organização (ordem cronológica) permitiu o desenvolvimento da fase seguinte de organização.

Após a recolha e armazenamento de todas as referências e artigos realizada, efetuou-se uma nova leitura de todos os artigos, originando assim a categorização das principais temáticas, por via indutiva.

A última coluna da tabela apresentada na Figura 5 facilitou este processo, na medida em que foram sendo criadas as categorias à medida que se avançava na reanálise dos artigos.

Durante a releitura da totalidade dos artigos recolhidos foram definidas duas temáticas, constituídas por diversas categorias, realizando-se deste forma a catalogação de todas as referências recolhidas na revista, na respetiva temática e categoria.

A primeira temática é referente às categorias diretamente relacionadas com a EF no Ensino Primário, ou seja, engloba as categorias constituídas por artigos que contêm pelo menos uma palavra-chave, ou uma relação direta com a temática da EF na escola primária, e que por sua vez serão a principal base de análise na segunda parte deste estudo.

Esta temática é composta por sete categorias diretamente relacionadas com a temática deste trabalho, nomeadamente:

1. EF comparada; 2. Enquadramento Normativo; 3. EF e Mocidade Portuguesa (MP); 4. Formação de Professores; 5. Bibliografia recomendada; 6. Apoio Pedagógico a Professores; 7. Publicações Psicopedagógicas.

A segunda temática surge da necessidade de enquadramento dos artigos recolhidos na REN, que podendo não estar diretamente relacionados com a temática da EF no Ensino Primário, permitem uma melhor compreensão da visão e mentalidade de diversos autores, e da própria revista relativamente à educação no Ensino Primário, ao corpo, ao desporto e às crianças da época. Por outro lado engloba discursos, entrevistas e referências históricas que pretendem enriquecer o estudo através da recolha de um maior número de artigos, bem como ajudar a compreender o pensamento vigente ao longo do período temporal em questão.

Esta temática permitiu ainda a organização das referências relativas à REN, fundamentais para a sua apresentação nas Fontes deste trabalho, bem como as transformações ocorridas na mesma referente aos quarenta e dois anos de pesquisa realizada.

Importa referir ainda que as referências e artigos enquadrados nesta temática poderão contribuir com informações para outros estudos, ou futuras investigações relacionadas com o ensino Nacional, bem como a EF geral, do período do Estado Novo.

Esta segunda temática é definida na continuidade das categorias anteriores e apresentada como categoria 8 – Diversos. É composta por cinco subcategorias, nomeadamente:

8.1 Entrevistas, discursos e conferências; 8.2 Ensino Nacional; 8.3 Artigos de opinião; 8.4 Relatos de festividades e marcos históricos; 8.5 Revista Educação Nacional.

Todos os artigos da REN recolhidos na sala de microfilmes da BNP, relativos às temáticas e categorias apresentadas, encontram-se disponibilizados nos DVDs de apoio, sendo que o primeiro DVD engloba as três primeiras categorias (01 a 03) enquanto o segundo engloba as restantes (04 a 08).

Concluída a organização e catalogação de todos os artigos e referências, realizou-se por último, uma análise documental e uma interpretação dos dados recolhidos - análise de conteúdo qualitativa, que segundo Vala, J. citado por Silva e Pinto (1986) consiste numa das principais técnicas utilizadas nas Ciências Sociais. Este método oferece uma dimensão descritiva, que pretende anunciar o que é relatado nos dados obtidos e uma dimensão interpretativa que resulta das interrogações do investigador face ao objeto em estudo (Guerra, I. 2006).

Na segunda parte deste estudo é apresentado o número de artigos existentes em cada uma das temáticas e categorias, bem como as referências correspondentes a cada uma.

Na perspectiva dos instrumentos utilizados na recolha de dados optou-se por recorrer à pesquisa arquivística, permitindo desta forma obter informações referentes aos critérios de análise dentro do período temporal definido.

Segundo Afonso (2005, pp. 89-91) “a pesquisa arquivística consiste na utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objetivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação”.

Para uma leitura inicial da revista em formato de bobine de microfilme, utilizou-se um de dezoito leitores de microfilmes da BNP, com nome de «Library Researcher», modelo «Gideon 1000», do fabricante «Micro Vue Products». (Figura 4).

Por sua vez, a transformação das páginas da revista em formato de bobine de microfilme para formato de JPEG, foi exequível com o auxílio de uma de três máquinas de conversão/reprodução da sala de microfilmes na BNP, com o nome «Konica Minolta», modelo «MS7000 MK II» ( Figura 6). Esta máquina funciona ligada a um computador da BNP, gravando a imagem apresentada no conversor para pasta selecionada no computador.

Após transformados e gravados todos os artigos e respetivas páginas da revista em ficheiros JPEG, no computador da BNP, efetuou-se a transferência dos mesmos para o computador pessoal, através de uma *pen drive* USB de 16 GB.

A análise correspondente à segunda parte deste trabalho foi elaborada com o auxílio de tabelas e gráficos, de modo a permitir uma melhor interpretação dos dados apresentados nas temáticas e categorias.

Por último, e de modo a formular as conclusões deste trabalho, realizou-se uma análise de conteúdo qualitativa, que permite relacionar as referências e as interpretações do investigador, produzindo um texto fluente e que, por sua vez possibilita uma articulação coerente entre o particular e o geral (Bogdan R., Biklen, S. 1994).

## **5. Revisão da Literatura**

### **5.1. Educação Física no Ensino Primário - Estado Novo**

A EF do Estado Novo é caracterizada por nunca ter sido generalizada no Ensino Primário (Crespo J. 1977). Para o autor são ponderados como fatores associados a esta constatação: os programas, a ausência de apoio ao professor primário, as insuficientes condições para a prática da disciplina e as restrições na formação inicial dos professores primários.

Por outro lado, durante o Estado Novo, foram elaborados diversos programas de Educação Física, mas sempre apresentaram lacunas que os iriam tornar de difícil tradução e utilização no Ensino Primário. Independentemente destas deficiências, alguns programas sugeriam ao professor primário a utilização de bibliografia específica para a preparação das suas aulas, salientando-se neste caso o Regulamento Oficial de Educação Física, de 1920. Este regulamento, que se baseava no método de Ling, foi utilizado como bibliografia de apoio ao último programa de Educação Física da I República e ao primeiro programa de Educação Física do Estado Novo, que se manteve em vigor durante muitos anos (Carvalho, R. 1996).

Apesar da existência de programas e das indicações de consulta de bibliografia específica, era ainda considerado que havia falta de apoio ao professor primário para a realização da sua atividade e que a sua formação inicial era deficiente. Estas condicionantes contribuíram gradualmente para a ausência da prática da Educação Física no Ensino Primário (Pereira, M. 1956).

Segundo Oliveira (2002), durante o Estado Novo foram produzidos três programas de EF, sendo que os dois últimos, de 1960 e 1968, não sofreram qualquer tipo de alteração entre eles. Para o autor, após um período inicial muito confuso de organização, apenas nos anos sessenta se começou a falar com mais frequência sobre este assunto, idealizando-se vários tipos de apoio ao professor primário.

Este tipo de apoios deriva do lançamento do programa de EF para o ensino primário, a 28 de Maio de 1960, estando em vigor até 1968 e posteriormente renovado até ao final do Estado Novo. Segundo o mesmo autor, o novo programa permitiu a uniformização da situação da

disciplina, definindo-a como parte do programa educativo da escola nacional, deixando de ser considerada como uma simples atividade de complemento.

De acordo com Sampaio (1976) os objetivos da disciplina estavam direcionados para a saúde e formação do carácter, com foco na adaptação dos alunos à vida social, estabelecendo fundamentos à posterior formação higiénica, corretiva e desportiva.

No que diz respeito ao conteúdo do programa em função do género dos alunos, importa referir que, segundo Oliveira (2002), não havia distinção, sendo apenas referido carácter sensitivo-sensorial atendendo às características dos alunos.

No entanto, Leitão (1960) informa da existência de algumas matérias mais apropriadas para determinado género (jogos tradicionais para os rapazes e educação rítmica para as raparigas), bem como da possibilidade de interdisciplinaridade com outras áreas do programa do ensino primário.

Segundo o mesmo autor o programa EF engloba, como matérias comuns a todas as classes, os jogos educativos e recreativos, as marchas, a iniciação desportiva e a educação rítmica. No que diz respeito aos conteúdos das matérias dos jogos educativos e recreativos, marchas e educação rítmica, o autor refere que não existe qualquer diferenciação entre as classes. Já na iniciação desportiva são apresentadas diferenciações, notando-se algum cuidado relativamente à progressão na aprendizagem, nomeadamente entre a 1<sup>a</sup>/2<sup>a</sup> classes e a 3<sup>a</sup>/4<sup>a</sup> classes.

Independente da existência de programas, a aplicação dos mesmos e a existência da EF nas escolas primárias do Estado Novo continuava a ser uma realidade extremamente reduzida (Ramada, 1973). Para o autor apenas com o aparecimento do INEF e posteriormente com a organização dos Cursos de Informação de Educação Física, a partir de 1964, nas três principais cidades, é que no final dos anos sessenta se começaram a verificar de forma muito superficial algumas alterações.

Apesar disto, Oliveira (2002) conclui que o Governo sempre reconheceu a situação como problemática, revelando-se no entanto impotente na resolução das dificuldades verificadas após tantos anos de ineficácia.



Relativamente às organizações associadas à disciplina de EF no ensino primário do Estado Novo, destacam-se a MP e a MP Feminina.

Segundo Pimentel (2000) estas organizações sustentavam-se em ideais religiosos e paramilitares, com o intuito de desenvolver as capacidades motoras dos jovens entre os sete e os quatorze anos, tendo um cariz obrigatório, aquando da entrada dos alunos na escola primária, ou num posto escolar onde existia um Centro Escolar Primário da MP. Os alunos inscritos na primeira classe eram agrupados nos Lusitos, que era correspondente ao primeiro escalão da MP – entre os sete e os dez anos de idade.

Com origem nos modelos de organizações de juventude alemã e italiana e transmitindo o ideal nacionalista, a MP teve uma influência mais marcante nos centros urbanos do que nos rurais, apesar de nunca se ter comparado na sua dinâmica aos modelos seguidos do estrangeiro (Mónica, M. 1978).

De acordo com Oliveira (2002) as atividades físicas realizadas pela MP eram na sua maioria marchas e jogos, baseados essencialmente no método Ling, com a sua lecionação a ocorrer normalmente aos sábados de manhã até 1966 e posteriormente em dois tempos letivos de manhã ou de tarde durante a semana. Para além da EF as atividades da MP eram igualmente acompanhadas de outras, como o Canto Coral e a Educação Musical.

Apesar do seu forte relevo nas primeiras décadas de atividade, a partir de 1969 a MP foi perdendo preponderância, devido à apatia e pouca consistência atribuída à EF, nomeadamente na falta de planificação, na ausência de diretrizes e de estruturação da EF no ensino primário, associadas a outros problemas “relativos à carência de instalações, formação, especialização de quadros, horários atividades circum-escolares e mentalização das famílias” (Pereira, M. 1969 p. 27).

Para Pimentel, I. (2000) o início do fim da organização surge em 1971, aquando da determinação do Ministro Veiga Simão em manter os centros de atividade da MP junto das escolas, mas sem que o tempo de serviço dos professores fosse considerado na sua bonificação, bem como a obrigatoriedade de filiação dos alunos nas atividades circum-escolares, passando a

ser apenas de cariz voluntário. Esta alteração levou ao abandono gradual dos seus filiados, provocando a sua extinção três anos depois, através do Decreto-Lei nº 171/74, de 25 de Abril.

De uma forma geral, Oliveira (2002) refere que a criação da MP veio trazer ao ensino nacional um programa tipo onde era contemplada a EF, contrastando com a então situação da disciplina no ensino primário, onde a EF fazia parte do currículo mas o programa da 1ª, 2ª e 3ª classe era inexistente.

Para o mesmo autor houve uma evidente intenção do Governo em entregar ao cuidado da MP as disciplinas de EF, Canto Coral e Educação Musical. No entanto o autor não acredita que tenha havido um aumento significativo de alunos a praticarem atividade física nos centros da MP, uma vez que esta dependia dos professores primários e na maioria dos casos, se estes não lecionavam a EF no meio escolar, por considerarem que não tinham formação específica suficiente ou porque a escola não tinha condições adequadas para a prática, dificilmente a sua instrução seria uma realidade na MP.

## **5.2. Educação Física no 1º ciclo – Pós 25 de Abril de 1974**

Nos dias de hoje o currículo é uma necessidade social que permite passar de geração em geração as aprendizagens adquiridas ao longo dos tempos. Ele é constantemente mutável, porque resulta de pressões sociais, políticas e temporais. (Pacheco, J. 2001)

Na mesma linha, Roldão (1999), apresenta o currículo como um conjunto de aprendizagens encaradas como essenciais em determinado contexto social e temporal, organizadas de modo sequencial permitindo a sua adoção, concretização e desenvolvimento. Desta forma, para que um conjunto de aprendizagens possa ser interpretado como currículo, deve ter finalidade, intencionalidade, estruturação coerente e sequência organizadora.

De acordo com a Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário do Ministério da Educação (1992), à semelhança de outras áreas de educação, a EF foi evoluindo e sofrendo modificações ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento das tendências pedagógicas e ajustando-se à dinâmica cultural das sociedades.

No seguimento da ideia anterior é ainda referido que durante este longo percurso a disciplina foi sofrendo influências das mais variadas ideias filosóficas e orientações sociais, algumas ainda existentes e com repercussões vincadas no nosso sistema educativo, apesar de já estarem desatualizadas tendo em conta a evolução do conhecimento.

Segundo Mota (1997), a EF no 1º ciclo do Ensino Básico deveria fornecer na primeira fase do processo educativo um programa diversificado e gratificante, permitindo às crianças a aquisição de habilidades motoras básicas e conhecimentos simples acerca do exercício, de forma a desenvolver a autoconfiança e as noções para uma boa saúde e hábitos de prática regular de exercício físico.

Na Organização Curricular de Programas do 1º Ciclo do Ensino Básico, publicado pelo Ministério da Educação, é apresentado como uma das funções da etapa inicial da formação dos alunos a iniciação a diferentes formas de expressão, entre elas a Físico-Motora.

Ainda de acordo com o Ministério da Educação, a disciplina de EF é uma disciplina com carácter obrigatório em todos os anos de escolaridade, com início no 1º ciclo do Ensino Básico.

Como verificado, a EF no 1º ciclo do Ensino Básico é uma disciplina que consta dos programas oficiais, sendo desta forma uma necessidade institucional a sua implementação por parte dos docentes e das escolas nacionais. Esta constatação deveria ser encarada pelos docentes no exercício da sua profissão como uma área do programa igual a qualquer outra, sendo desenvolvida a nível curricular com a importância atribuída ao ensino da língua materna ou da aprendizagem da matemática (Gomes, P., Matos, Z. 1991).

Reforçando esta constatação, Bom (1992), salienta a importância do professor “generalista” na aplicação do programa de Educação Física no 1º ciclo, devido à natureza pedagógica da monodocência, referindo ainda que este deve ter competência para o realizar.

Na mesma linha de ideia, Brás (1990) defende que esta competência não pode ser substituída pelo professor de Educação Física, porque em primeiro lugar estaria a ser aberto um precedente em relação a outras áreas do currículo dos alunos, em segundo porque dificilmente o governo estaria interessado em suportar os custos da colocação em cada escola de um professor

de EF, e por último porque esta prática iria contrariar principalmente a orientação pedagógica do ensino no 1º ciclo.

Independentemente da competência na lecionação da EF no 1º ciclo, Gomes e Matos (1991), assumem a importância da disciplina neste nível de ensino, pelo contributo único que transmite ao desenvolvimento das crianças, bem como pelas características condutoras e potenciadoras das outras áreas de intervenção da escola.

Consolidando esta importância, Brás (1998) justifica que a existência da EF no 1º ciclo se suporta em dois níveis de interesse. O primeiro de efeito imediato, devido às vantagens que a atividade física promove através da aprendizagem de habilidades, do aproveitamento das fases de maturação da criança, derivado da interação entre o crescimento, a aprendizagem e desenvolvimento, e ainda através da agradabilidade e favorecimento da obtenção de outros conhecimentos. O segundo interesse com efeitos a médio e longo prazo associados ao crescimento da motivação na criança e à criação rotinada de hábitos de prática regular de exercício físico.

Similarmente Botelho Gomes (1996) refere que a primeira preocupação relativamente à atividade física, aptidão e saúde das crianças no 1º ciclo tem o seu foco no crescimento físico, na aprendizagem e aperfeiçoamento de habilidades motoras, no bem-estar psicológico e na criação de hábitos e conhecimentos, que possibilitem a aquisição de estilos de vida saudáveis no seu futuro como adultos.

Na mesma linha, Matos (2004, p.29) defende que “o movimento para a criança é a sua realidade imediata e espontânea, é o movimento que permite à criança encontrar um conjunto de relações necessárias ao seu desenvolvimento motor, aprendendo a perceber e a interagir com o vivido, o operatório e o mental”.

Também Rodrigues (1999) citado por Azevedo e Pereira (2007) define que através do corpo e do movimento, podemos influenciar aspetos da cognição e da afetividade, com relevância para a autoestima e autoconceito, bem como os aspetos da socialização, nomeadamente da integração e da interação social.

No seguimento desta ideia os mesmos autores defendem a formação da personalidade por intermédio de processos de aprendizagem motora e atividades lúdicas, suportadas no movimento e no jogo.

Reforçando as opiniões dos autores anteriores e analisando o Programa do Ministério da Educação (2004) para a EF no 1º ciclo, identificaram-se quatro princípios indicadores do contributo e interesse da disciplina, no processo de formação dos alunos primários que vão de encontro ao referido anteriormente. São eles:

- Promover uma atividade física motivadora, em quantidade e qualidade, que garanta as necessidades de aperfeiçoamento do público-alvo;
- Enaltecer a criatividade nos aspetos em que as atividades produzidas se reflitam em efeitos positivos;
- Desenvolver autonomia, incumbindo responsabilidades em cada criança, para que no futuro sejam aptas a organizar ideias e solucionar problemas;
- Desenvolver a sociabilidade na perspectiva do trabalho cooperativo, desenvolvendo o espírito de entreajuda através de uma dinâmica relacional entre todo o grupo de pares.

Apesar dos benefícios evidenciados e da necessidade da existência da EF no 1º ciclo do ensino básico, é possível constatar que a sua implementação real e eficaz tem ainda alguns passos a dar, não tendo a dedicação, expansão e qualidade necessárias à execução das finalidades e objetivos propostos pela comunidade educativa e pelo próprio estado (Gomes, J. 2012)

Para Rocha, Moreira, Santos, Ribeiro e Bráz (1992) a dificuldade de implementar e propagar a EF nos primeiros anos de escolaridade é um problema que tem inquietado professores, formadores e investigadores, que acreditam ser fundamental criar, desde cedo, estilos de vida ativos e saudáveis.

Analisando ainda a situação da EF no 1º Ciclo em Portugal, Botelho Gomes (2004, p.36) refere que apesar de se verificarem ligeiros avanços relativos a alguns problemas relacionados com a implementação da disciplina nas escolas primárias portuguesas “continuam a faltar soluções concretas que visam ultrapassar a dificuldade da não existência no nosso país de uma

valorização e uma aposta verdadeiramente sustentada nas disciplinas que se situam na área das expressões”.

Segundo Rocha et al., (1992) são os próprios professores do 1º Ciclo que fazem questão de referir, que não possuem a qualificação suficiente nem se sentem com o à vontade necessário para lecionar as matérias das expressões.

Por outro lado, Gomes (2012) evidencia, num estudo sobre a opinião dos encarregados de educação relativamente à implementação curricular da EF no 1º ciclo, como uma disciplina de menor importância face às restantes, tendo no entanto um papel relevante na promoção da saúde e do desenvolvimento físico, afetivo, social e cognitivo, bem como na sua função recreativa.

Referindo-se também ao estatuto da disciplina de EF no 1º ciclo Rocha (1996) apresenta a sua abordagem como periférica quando comparada com outras componentes do currículo, não tendo desta forma a atenção e os recursos essenciais à sua execução. Ou seja, apesar do seu lugar no currículo, a disciplina não é reconhecida pela sua potencialidade educativa, indispensável no seu valor e conteúdos de ensino.

Para Monteiro (1998) estas evidências fundamentaram a ideia errada de que a EF escolar consiste apenas num espaço de animação em que as crianças demonstram as suas aptidões.

Segundo o mesmo autor a persistência maioritária desta opinião permite que a imagem da EF escolar continue a rumar num sentido sem grande importância no currículo, em vez de ser avaliada e efetivada com o mesmo estatuto institucional das disciplinas que acompanham o percurso escolar dos alunos ao longo dos doze anos de escolaridade.

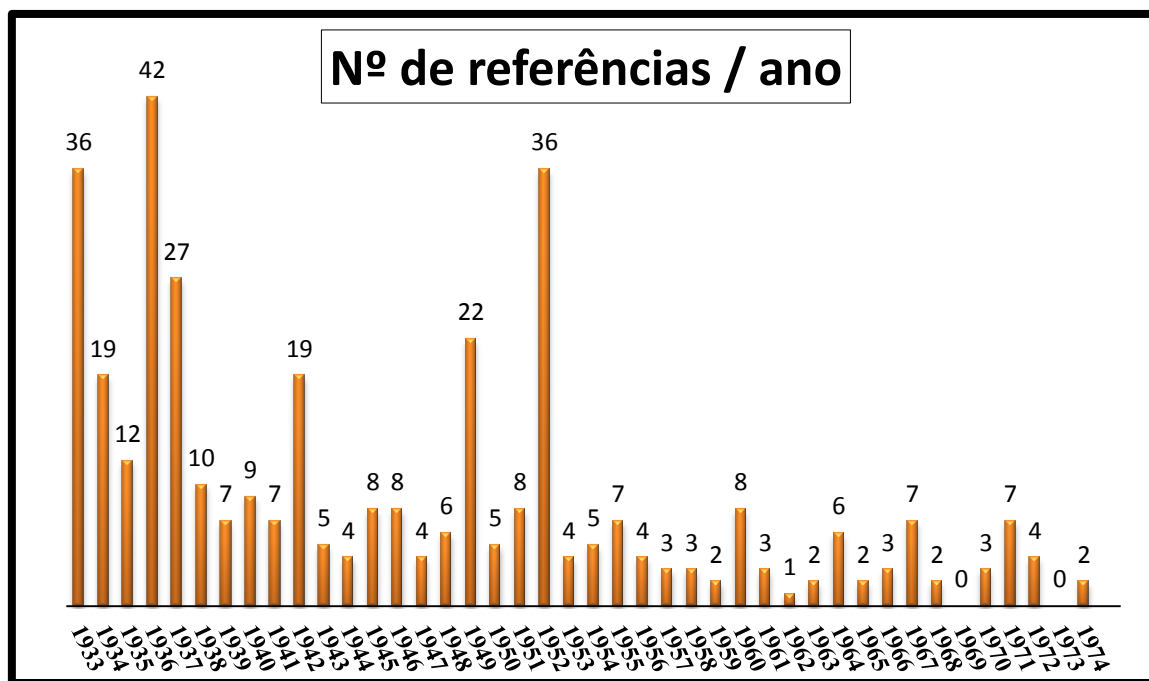
Reforçando esta ideia Figueiredo (1996), referido por Mira (1999), apresenta que o grau de importância atribuído à área de EF, do ponto de vista absoluto (para a criança e para o currículo) e do um ponto de vista relativo (em comparação com outras áreas curriculares), deriva essencialmente da valorização que o próprio professor atribui à disciplina. Para Mira (1999) existe uma forte ligação entre os conhecimentos que os professores possuem e a valorização que têm acerca da EF, estando esta valorização diretamente associada às suas crenças.

## 2ª PARTE

### 1. Apresentação geral das temáticas

Na primeira fase de análise da REN, através da leitura de todas as suas edições entre 08 de Janeiro de 1933 e 04 de Maio de 1974, efetuou-se o levantamento de trezentas e setenta e duas referências, cujos artigos continham uma ou mais palavras-chave e conteúdos passíveis de serem enquadrados neste estudo.

Gráfico 1 – Dispersão das referências recolhidas ao longo do período de pesquisa – 1933 a 1974



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

A primeira análise realizada e apresentada no gráfico anterior consiste na dispersão do número total de referências recolhidas - 372, ao longo do período temporal, relativo ao Estado Novo - 1933 a 1974, apresentado de forma anual.

Analisando os resultados obtidos no Gráfico 1, verifica-se que os anos de 1933, 1934, 1936, 1937, 1942, 1949 e 1952 foram os que mais contribuíram para o levantamento de referências relevantes para o estudo. Por outro lado, nos anos de 1969 e 1973 não se registaram quaisquer registos relacionados, direta ou indiretamente, com a temática abordada neste trabalho.

Os anos com maior número de referências derivam, na maioria dos casos, dos decretos-lei publicados nos respetivos anos, principalmente nos anos de 1936, com o Decreto-lei nº26.611, e o ano 1952, com o Decreto-lei nº38.969.

Ainda analisando os resultados apresentados no Gráfico 1 verifica-se que a primeira década do período de pesquisa – 1933 a 1943, correspondente à fase inicial da implementação das novas reformas educativas do Estado Novo, revelou-se como a que mais contribuiu para o levantamento de artigos e referências relacionadas com a temática deste trabalho.

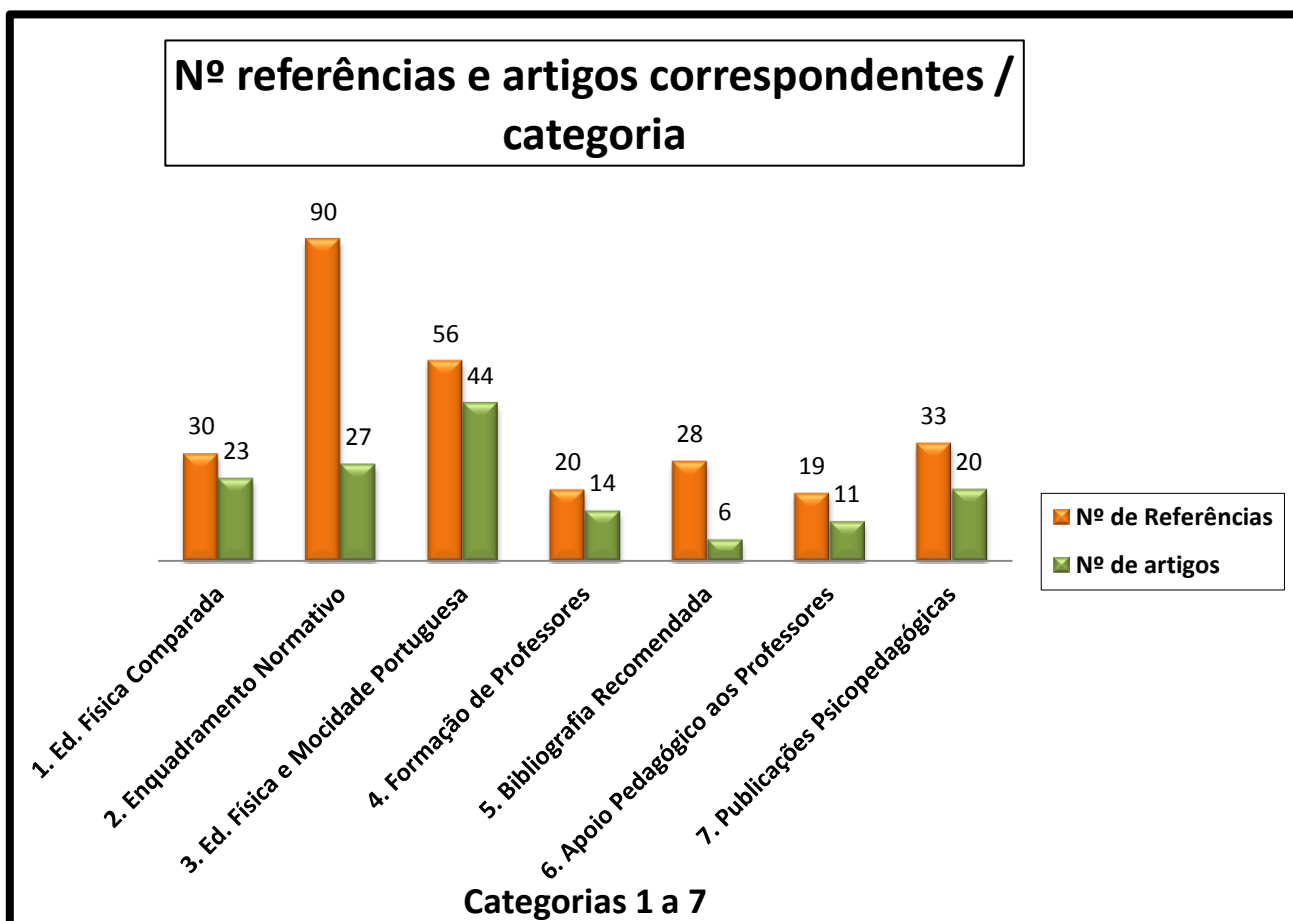
Passando agora à análise das referências e artigos que, após a catalogação e separação nas diferentes categorias, compõem as duas temáticas deste trabalho, verificou-se que a primeira temática é composta por um total de 276 referências, correspondentes a 145 artigos, e a segunda temática por 96 referências, que por sua vez correspondem a 69 artigos.

Como apresentado na metodologia deste trabalho, a primeira temática contém as referências e artigos diretamente relacionados com a EF no Ensino Primário, englobando assim as sete principais categorias.

O gráfico seguinte é representativo dos resultados gerais referentes à primeira temática, ou seja, apresenta a dispersão de referências e respetivos artigos por cada uma das sete categorias.



Gráfico 2 – Dispersão das referências e artigos da primeira temática / principais categorias



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Como seria expectável, devido à temática deste estudo, verificou-se, após a análise do gráfico anterior, que a categoria com maior número de artigos corresponde à EF e MP, com 44 artigos relativos à abordagem da disciplina de EF no Ensino Primário.

As categorias Enquadramento Normativo, Educação Física Comparada e Publicações Psicopedagógicas sucedem a anterior com o maior número de artigos presentes neste estudo.

Por último, com menor número de artigos, surgem pela ordem seguinte as categorias Formação de Professores, Apoio Pedagógico a Professores e Bibliografia Recomendada.

Analisando a diferença entre o número de referências e artigos correspondentes, é possível verificar o destaque de duas categorias – Enquadramento Normativo e Bibliografia

Recomendada, que apresentam menos de um terço de artigos em comparação com o número de referências recolhidas. Relativamente à categoria Enquadramento Normativo, esta variação consiste na publicação integral da maioria dos decretos-lei, nas diversas edições da revista ao longo dos quarenta e dois anos de pesquisa, sendo que, em média, cada decreto-lei corresponde aproximadamente a 7 referências ou páginas da revista. Por outro lado, a categoria Bibliografia Recomendada repete por vinte vezes, entre os anos de 1946 e 1965, no início de cada ano letivo, a recomendação dos mesmos manuais de apoio à disciplina de EF, numa secção da revista com o nome de *Biblioteca Pedagógica*.

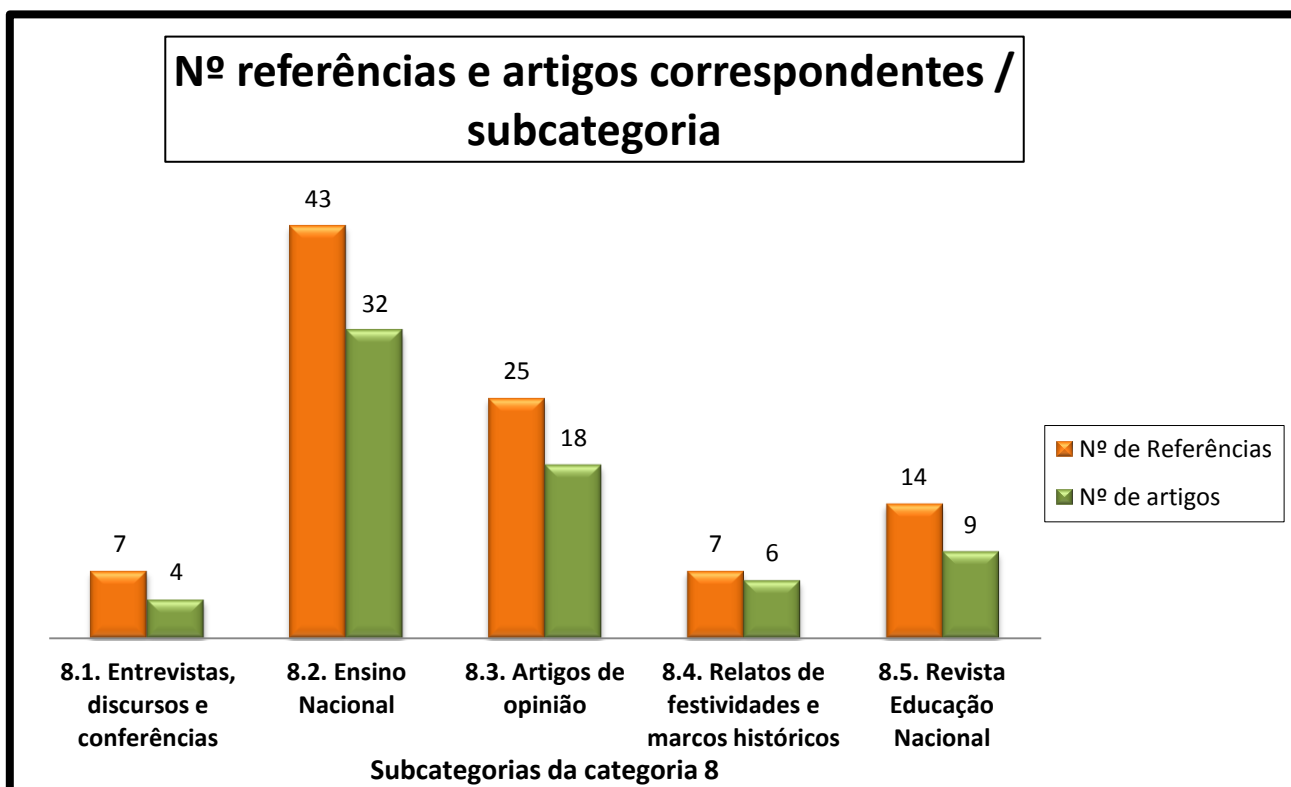
No subcapítulo seguinte – análise das categorias, efetuar-se-á uma análise mais detalhada e pormenorizada de cada uma das sete categorias da primeira temática, apresentadas no Gráfico 2.

De maneira a concluir a apresentação das temáticas importa realizar uma análise geral da segunda temática.

Como referido anteriormente, no capítulo do método, a segunda temática surge da necessidade de enquadramento dos artigos que, apesar de não estarem diretamente relacionados com a EF no Ensino Primário, conferem um contributo para a globalidade deste estudo, bem como para eventuais investigações futuras. Esta temática é constituída unicamente pela categoria oito, que por sua vez é composta por cinco subcategorias.

À semelhança do observado no Gráfico 2, o gráfico seguinte pretende apresentar a relação entre número de referências recolhidas e os artigos correspondentes a essas referências, em função das subcategorias onde foram enquadrados.

Gráfico 3 – Dispersão das referências e artigos da segunda temática / categoria 8 - Diversos



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

A análise do Gráfico 3 revela que a subcategoria Ensino Nacional reúne o maior número de referências e artigos, seguida da subcategoria Artigos de opinião.

A subcategoria 8.5. Revista Educação Nacional engloba um total de nove artigos, originários de catorze referências, que na sua globalidade serviram de apoio à compreensão das diversas transformações e principais ocorrências da REN ao longo do período de pesquisa apresentado. A principal utilização destas referências consistiu essencialmente para o contributo recolhido nas Fontes deste trabalho, relativamente à REN.

No capítulo seguinte irá ser feito um breve resumo das subcategorias presentes nesta segunda temática.

## **2. Análise das categorias**

Neste estudo, e como referido na metodologia, após a recolha e análise das referências pesquisadas na REN, foram criadas oito categorias através do enquadramento nas duas temáticas apresentadas no ponto anterior. A primeira temática engloba as sete primeiras categorias, e a segunda temática engloba a categoria oito – Diversos, que por sua vez comporta cinco subcategorias.

O principal foco de análise nesta parte irá incidir essencialmente nas categorias da primeira temática, ou seja nas sete primeiras categorias, por serem estas que abordam diretamente a disciplina de EF no Ensino Primário, procurando ir ao encontro do objetivo deste trabalho, bem como dar resposta às questões colocadas no problema.

Por outro lado as categorias da segunda temática – categoria oito – serão alvo de apresentação e enquadramento no último ponto, de forma a servirem de reforço ao que já foi analisado nas categorias principais, bem como possibilitar uma eventual futura investigação mais alargada ou diferente, utilizando as referências já recolhidas neste trabalho.

Cada categoria analisada neste ponto apresenta um conteúdo diferente, relativamente à EF do Ensino Primário, no período do Estado Novo.

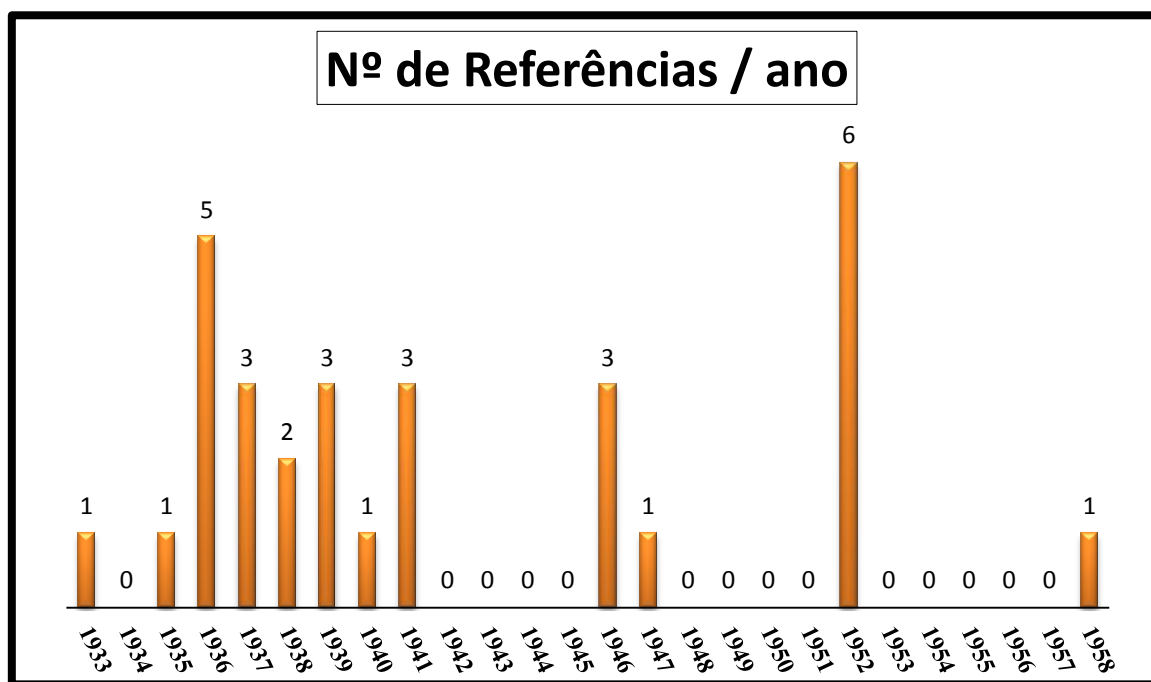
As categorias apresentadas e analisadas de seguida são as seguintes: 1. EF comparada / E.F. no estrangeiro; 2. Enquadramento Normativo; 3. EF e MP; 4. Formação de Professores; 5. Bibliografia recomendada; 6. Apoio Pedagógico a Professores; 7. Publicações Psicopedagógicas; 8. Diversos.

## 2.1. EF Comparada

A presente categoria é composta por trinta referências, que por sua vez dão origem a vinte e três artigos que abordam a EF noutros países que não Portugal.

O gráfico seguinte representa a distribuição e o enquadramento anual das referências recolhidas na REN, ao longo do período temporal pesquisado.

Gráfico 4 – Distribuição de referências da categoria EF Comparada ao longo do período do Estado Novo



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando os dados apresentados no Gráfico 4 é possível verificar que durante a primeira década do Estado Novo a publicação de artigos na revista, referentes à presente categoria, é feita de forma mais frequente e contínua que nas restantes décadas.

No geral, apenas os anos de 1933, 1935/36/37/38/39/40/41/46/47/52 e 1958 apresentaram na revista publicações relativas à disciplina no estrangeiro, sendo que a partir de 01 de Dezembro de 1958, não se verificou mais nenhuma publicação sobre o tema, apesar da existência contínua de outras referências ao ensino no estrangeiro.

Quanto aos dois anos com maior incidência de referências – 1936 e 1952, analisou-se que apesar do primeiro conter menos referências que o segundo, o mesmo não se verifica no número de artigos provenientes dos mesmos. Mais concretamente, 1936 engloba quatro artigos em publicações diferentes, enquanto 1952 engloba apenas três artigos diferentes nas suas publicações anuais.

Analisando as principais fontes de informação da REN nesta categoria, destaca-se em primeiro lugar o *Bureau Internacional de Educação* (BIE) com dez artigos relativos à EF no Ensino Primário, seguido do *Anuário Internacional de Educação e Ensino*, com três artigos.

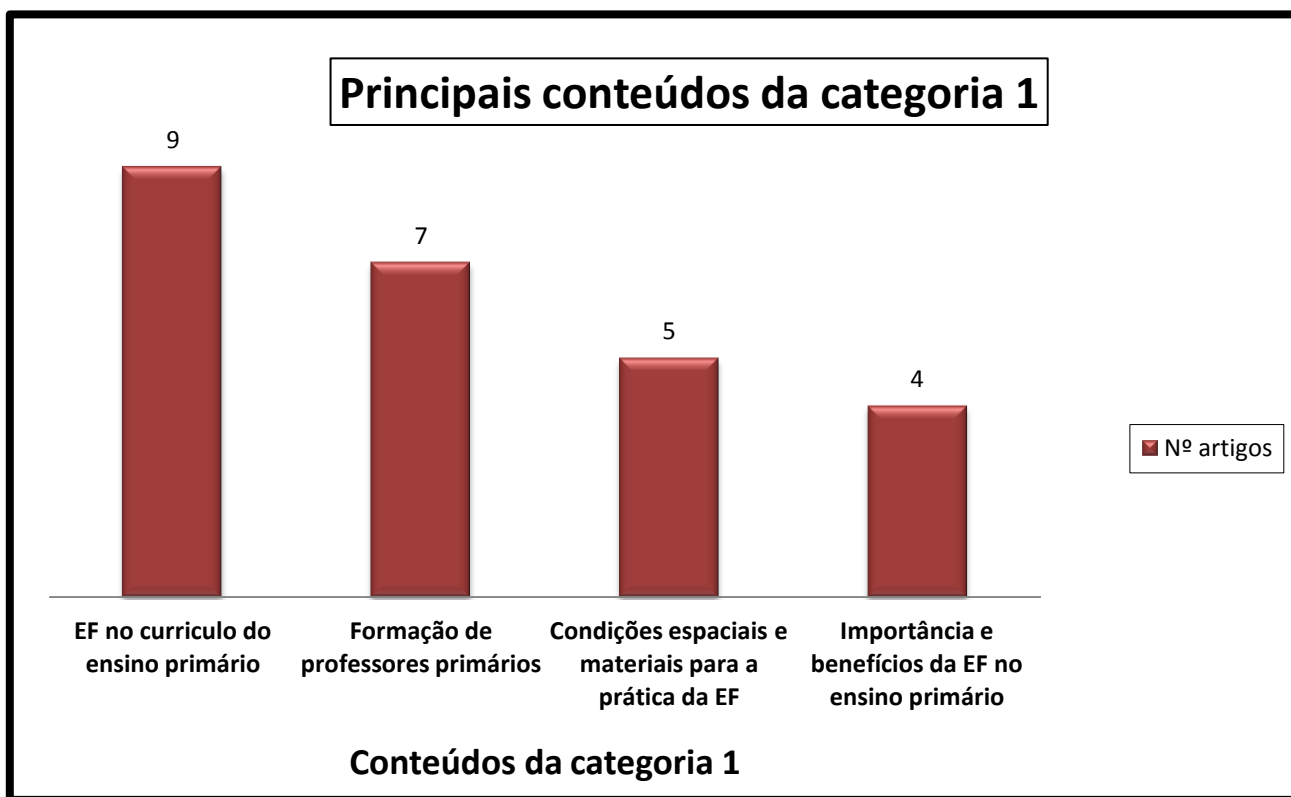
Na secção de *Notas e Nótulas*, normalmente apresentada nas primeiras páginas da maioria das edições da revista, com opiniões da mesma sobre as mais variadas temáticas, foi possível encontrar mais seis artigos que se enquadraram nesta categoria.

Fazendo uma análise aos países apresentados nos vinte e quatro artigos desta categoria, abordando a temática da EF do Ensino Primário no estrangeiro, apurou-se o seguinte:

- No total a revista faz menção a quarenta e oito países diferentes;
- O país com maior número de menções é o Brasil, apresentado em cinco artigos diferentes, seguido do Reino Unido e Turquia, apresentados por três vezes, e da Alemanha, Argentina, Checoslováquia, Estados Unidos, Finlândia, Hungria e Nicarágua com duas menções;
- Com apenas uma referência surge a Austrália, Bélgica, Bulgária, Chile, Columbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egipto, Equador, Escócia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Itália, Japão, Jugoslávia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Países Baixos, Polónia, República Dominicana, Roménia, Salvador, Suécia, Suíça, Tailândia, União Sul Africana, Uruguai e Venezuela;

Através do gráfico seguinte pretende-se apresentar e contabilizar o número de artigos, alusivos aos principais conteúdos abordados nesta categoria.

Gráfico 5 – Balanço dos conteúdos da categoria EF Comparada



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Como demonstrado no gráfico anterior, os principais conteúdos desta categoria são a EF no currículo do Ensino Primário, a formação de professores primários, as condições espaciais para a prática da disciplina e a importância e benefícios da EF no Ensino Primário.

Apesar da presente categoria ser composta por vinte e quatro artigos, é possível verificar que no total estão incluídos no Gráfico 5, vinte e cinco artigos nos diferentes conteúdos. Esta variação está relacionada com o facto do mesmo artigo englobar mais que um conteúdo, nalguns casos.

De forma a permitir uma melhor compreensão da dispersão dos artigos nos diversos conteúdos desta categoria, apresenta-se de seguida a Tabela 1 com as referências dos mesmos, na REN.

Tabela 1 – Referências dos artigos da categoria EF Comparada, nos respetivos conteúdos

	Conteúdos da categoria 1 – EF Comparada			
	EF no currículo do Ensino Primário	Formação de professores primários	Condições espaciais e materiais para a prática da EF	Importância e benefícios da EF
Referências na REN	(22) 1933/11/26 (pág. 06)	(25) 1935/10/20 (pág. 10)	(22) 1933/11/26 (pág. 06)	(22) 1933/11/26 (pág. 06)
	(25) 1936/01/26 (págs. 05 e 06)	(27) 1937/03/14 (pág. 06)	(26) 1936/11/01 (pág. 07)	(26) 1936/10/11 (pág. 02)
	(28) 1938/05/08 (pág. 07)	(29) 1939/03/12 (pág. 05)	(27) 1937/03/14 (pág. 06)	(27) 1937/10/24 (pág. 06)
	(30) 1939/06/04 (págs. 06 e 07)	(30) 1940/02/11 (pág. 01)	(29) 1939/03/12 (pág. 05)	(29) 1938/10/30 (pág. 02)
	(32) 1941/10/26 (pág. 04)	(38) 1946/03/24 (pág. 01)	(45) 1952/09/08 (págs. 04 e 05)	
	(32) 1941/11/02 (págs. 06 e 07)	(39) 1947/05/25 (pág. 08)		
	(38) 1946/02/10 (págs. 01 e 02)	(45) 1952/06/30 (págs. 07 e 08)		
	(45) 1952/07/21 (págs. 03 e 04)			
	(53) 1958/12/01 (pág. 05)			

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

É possível verificar, através da tabela anterior, que o conteúdo da EF no currículo do Ensino Primário do estrangeiro é aquele a que a REN atribui maior relevo, devido ao número de vezes em que o apresenta nas suas publicações, bem como a sua dispersão ao longo dos anos e o número de páginas que lhe dedica.

Por outro lado, o conteúdo da importância e benefícios da EF noutros países é verificado apenas nos primeiros cinco anos da pesquisa realizada, não tendo qualquer referência atribuída pela revista nos restantes anos.

Nos conteúdos da formação de professores primários e condições para a prática da EF no estrangeiro, é possível observar que a principal abordagem da revista concentra-se na primeira década de pesquisa, no entanto, em ambos os casos, é reforçada a sua abordagem por uma vez no ano de 1952.

Abordando de forma mais pormenorizada o conteúdo da EF no currículo do Ensino Primário, foi possível verificar que, ao longo do período pesquisado, a EF no estrangeiro era consagrada nos currículos deste ensino, na maioria das vezes como matéria obrigatória à formação dos alunos. Nalguns casos, apesar de não ser abordada no horário escolar, a sua obrigatoriedade era transferida para o período extraescolar.



Por outro lado, são apresentados nos artigos da revista, diversos exemplos da distribuição da carga horária semanal consagrada à disciplina de EF, bem como o tempo das aulas ou lições em diferentes países. Para além disto, a revista apresenta na sua publicação de 01 de Dezembro de 1958, o resultado de um estudo do BIE, em que é atribuída à disciplina de EF uma percentagem de 6,36 relativamente ao seu lugar nos programas primários.

No que à formação de professores no estrangeiro diz respeito, a REN apresenta artigos que abordam algumas medidas de outros países relativas à EF. O objetivo destas medidas consistia em formar professores de EF de ambos os géneros para todos os graus de ensino, capazes de responder às necessidades educativas dos estados; apoiar as instituições de ensino superior na melhoria de instalações de EF, bem como na investigação científica e aperfeiçoamento de métodos, didáticas e problemas relativos à disciplina.

Por outro lado, é ainda apresentada a criação e organização de cursos de monitores e monitoras de EF, com o apoio dos Estados, para a realização de atividades físicas e desportivas nas suas horas vagas, como forma de promover a cultura da disciplina num contexto extraescolar.

Para além do exposto anteriormente, a revista apresenta ainda os desportos e a ginástica nos programas de estudo dos professores primários gerais, bem como aptidões físicas exigidas aos candidatos nalguns países.

Relativamente às condições espaciais e materiais para a prática da EF, a revista enuncia algumas recomendações internacionais do BIE, respeitantes à legislação reguladora das construções escolares. Mais concretamente no que concerne à construção de espaços específicos de EF nas escolas primárias, com sala de banhos, duches e condições de higiene, bem como a preocupação em implementar os novos espaços escolares longe dos grandes centros urbanos, possibilitando a existência de grandes pátios de recreio e de campos de jogos em locais amplos.

Reforçando as recomendações anteriores, a revista apresenta também o relato de uma lição de EF, com crianças dos oito aos dez anos, num ginásio espaçoso, com todas as janelas abertas, aparelhos de todas as espécies nas paredes e com um linóleo a cobrir todo o chão que permitia os exercícios deitados.

É ainda apresentado pela revista o exemplo de uma autoridade de inspeção da EF no Brasil, com a finalidade de promover a construção de instalações para a prática da EF nos estabelecimentos mantidos pelo estado, bem como no desenvolvimento de condições técnicas para a construção de estádios, campos de jogos, parques de recreação e outros locais destinados à prática de exercícios físicos.

No último conteúdo desta categoria são apresentadas na revista diversas referências internacionais, respeitantes à importância e benefícios da EF na escola primária.

Na Alemanha são atribuídos benefícios para a saúde física e mental das crianças, nomeadamente ao nível da força e resistência física, complementada por uma maior capacidade de persistência e concentração, perante a fadiga provocada pela sobrecarga escolar das restantes disciplinas.

Em França é conferida, pelo Ministro da Educação Nacional, a importância da colocação da disciplina de EF no lugar necessário da escola primária, para que as crianças adquiriam hábitos indispensáveis à boa saúde presente e futura.

Em Londres, a implementação de atividades físicas extraescolares, fazendo usufruto dos espaços inutilizados das escolas primárias, assume a sua relevância, de modo a evitar a exposição das crianças aos perigos da rua, após o período escolar, combatendo assim um problema e uma carência social.

Por último, a revista apresenta um resumo do Anuário Internacional de Educação e Ensino, referente à publicação de 1937, do BIE, onde é conferida uma crescente importância à EF, por vezes em detrimento da educação intelectual, associando este crescimento a uma preocupação dos estados com a formação pré-militar das crianças.

## **2.2. Enquadramento Normativo**

A categoria do Enquadramento Normativo é composta por noventa referências, que por sua vez dão origem a vinte e sete artigos. Os artigos que a compõem correspondem a documentos oficiais e regulamentares do Estado, publicados na REN, onde a disciplina de EF no Ensino Primário é contemplada, mais concretamente através de decretos-lei, circulares, portarias, ordens de serviço e propostas de lei.

Analisando as datas de publicação dos artigos desta categoria verificou-se que nos primeiros vinte anos – 1933 a 1953 – a revista mantinha atualizados de forma regular os professores e leitores sobre as alterações do estado, ocorridas ao nível do Ensino Primário onde a EF e os seus órgãos de gestão estavam incluídos. No entanto nos segundos vinte anos – 1953 a 1974 – a revista publica não nas suas edições qualquer documento oficial, relativo à EF no Ensino Primário.

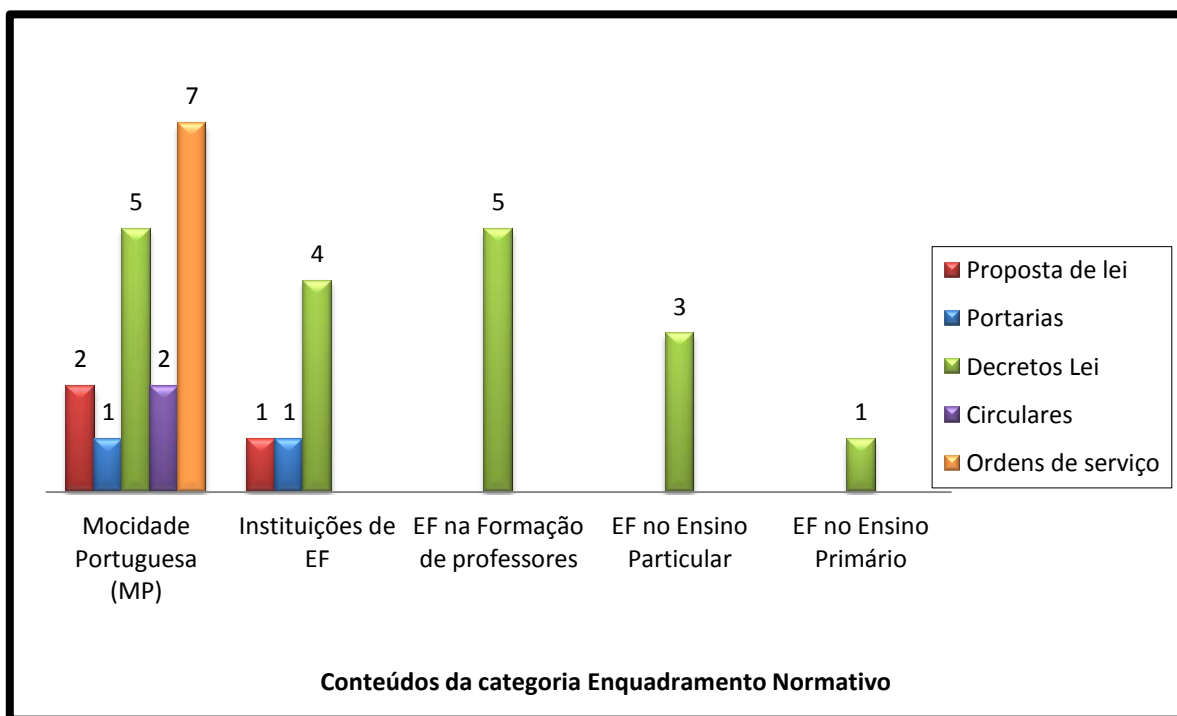
Deste modo, é possível afirmar que durante o período de pesquisa, a última referência recolhida numa edição da revista, onde a EF é abordada de forma oficial, data de 16 de Março de 1953.

No geral, a presente categoria é composta pela recolha de vários documentos oficiais do Estado, apresentados nas publicações da REN, correspondendo concretamente a treze decretos-lei, sete ordens de serviço, duas circulares, duas portarias e três propostas de lei.

Estes documentos oficiais publicados na revista contêm na sua composição conteúdos diferentes relativos à EF no Ensino Primário. A análise realizada permitiu identificar cinco conteúdos diferentes.

De modo a apresentar o balanço e a dispersão dos vários tipos de documentos oficiais, nos cinco conteúdos diferentes, apresenta-se o gráfico seguinte.

Gráfico 6 – Balanço de documentos oficiais nos conteúdos da categoria Enquadramento Normativo



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Na análise efetuada aos resultados apresentados no Gráfico 6 verifica-se que, nas diversas publicações da revista referente ao período de pesquisa, o documento oficial comum a todos os conteúdos é o decreto-lei. Por outro lado, as Ordens de Serviço e as Circulares surgem associadas a apenas um conteúdo, correspondentes neste caso particular à instituição MP.

No geral os conteúdos com maior número de documentos oficiais associados são: o conteúdo da MP com sete Ordens de Serviço, cinco decretos-lei, duas Circulares, duas Propostas de lei e uma Portaria; seguido do conteúdo referente às Instituições de EF com quatro decretos-lei, uma proposta de lei e uma portaria; continuamente surgem os conteúdos da EF na Formação de professores e da EF no Ensino Particular com cinco e três decretos-lei respetivamente. Por sua vez, sobre o conteúdo da EF no Ensino Primário recolheu-se apenas um decreto-lei.

Importa ainda referir que apesar da presente categoria ser composta por vinte sete artigos, o gráfico 6 apresenta um total de trinta e dois documentos oficiais nos diferentes conteúdos. Esta diferença deve-se ao facto de quatro decretos-lei abordarem na sua composição dois ou três conteúdos diferentes. Nomeadamente o Decreto-lei 26.611 engloba os conteúdos da MP e o das Instituições de EF; o Decreto-lei 27.279 os conteúdos da EF no Ensino Primário, bem

como da MP; o Decreto-lei 30.279 enquadra-se nos conteúdos da MP, da EF na Formação de Professores e ainda das Instituições de EF; e por último o Decreto-lei 32.241 engloba os conteúdos das Instituições de EF e da EF na Formação de Professores.

De modo a analisar os conteúdos desta categoria, que sejam constituídos por mais que um documento oficial, bem como as suas referências na REN, vai-se recorrer ao auxílio de tabelas. A apresentação dos documentos nas tabelas segue uma ordem cronológica – do mais antigo para o mais recente, apresentando-se ainda o ministro que se encontrava em funções à data de publicação dos documentos oficiais. Importa ainda referir que na primeira coluna são apresentadas as referências recolhidas na revista, com menção à página específica onde se encontra e é abordado o conteúdo analisado, no respetivo documento oficial.

O primeiro conteúdo analisado é referente à MP.

Tabela 2 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo MP

Documentos oficiais da MP		
Referências na REN	Tipo de documento	Ministro da Instrução Publica (1918 a 1936) Ministro da Educação Nacional (1936 a 1974)
(26) 1936/06/07 (pág.09)	Decreto-lei 26.611	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(26) 1936/11/29 (págs. 13 e 14) (27) 1937-07-25 (pág. 04)	Decreto-lei 27.279	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(26) 1936/12/13 (págs. 13 e 14)	Decreto-lei 27.301	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(28) 1937-12-05 (págs. 01, 02 e 03)	Proposta de lei Base VIII	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(28) 1938-05-22 (págs. 08 e 9)	Proposta de lei Base VIII	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(30) 1940-02-04 (págs. 09, 10 e 11)	Decreto-lei 30.279	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(37) 1945-11-25 (pág. 09)	Ordem de Serviço - ano letivo 1945/1946	Ministro da Educação Nacional José Caeiro da Mata
(38) 1946-03-24 (pág. 09)	Ordem de Serviço nº9 - ano letivo 1945/1946	Ministro da Educação Nacional José Caeiro da Mata
(38) 1946-10-27 (pág. 04)	Ordem de Serviço nº1 - ano letivo 1946/1947	Ministro da Educação Nacional José Caeiro da Mata
(38) 1947-04-27 (pág. 08)	Ordem de Serviço nº11 - ano letivo 1946/1947	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(41) 1948-10-24 (págs. 03 e 04)	Ordem de Serviço nº24 - ano letivo 1947/1948	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(41) 1949-07-17 (págs. 03)	Ordem de Serviço nº10 - ano letivo 1948/1949	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(41) 1949-07-17 (págs. 04)	Ordem de Serviço nº18 - ano letivo 1948/1949	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(41) 1949-07-17 (págs. 04)	Circular nº46	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(45) 1952-09-01 (pág. 08)	Portaria nº 14:061	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(46) 1952-10-27 (anexo pág. 08)	Decreto-lei 38.969	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(46) 1953-03-16 (pág. 07)	Circular nº209	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando especificamente cada um dos documentos oficiais publicados na REN, sobre a organização MP, foi possível observar o seguinte:

- Através do Decreto-lei 26.611 – artigo 40º - “é instituída, em cumprimento da base XI da lei nº 1:941, a organização nacional denominada MP”. Esta organização abrangia toda a juventude, escolar ou não, com o objetivo de “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem no gosto da disciplina e no culto do dever militar.”.

No mesmo Decreto-lei – artigo 43º - é definido, para as escolas públicas e particulares, um dia útil por semana destinado “a exercícios coletivos, ao ar livre sempre que possível, de educação cívica e pré-militar, dentro do quadro geral da MP.”;

- No Decreto-lei 27.279 – artigos 4º, 5º e 6º - é definido o sábado como o dia da semana destinado aos exercícios coletivos da EF, sendo a MP responsável pela cooperação com os estabelecimentos do Ensino Primário na conjugação das atividades, obrigatórias para professores e alunos. É ainda “obrigatória para os alunos do Ensino Primário elementar, tanto oficial como particular, a inscrição nos quadros da MP, a qual será averbada na caderneta escolar”. Para além do exposto, é ainda referida a separação de géneros no Ensino Primário elementar oficial e particular.

No posterior desenvolvimento do artigo 2º, do mesmo decreto-lei, relativamente à EF no livro único, é definido que o mesmo seria composto pela explicação da relação entre a disciplina de EF e os fins e orgânica da MP, bem como “trechos, máximas e cânticos que estimulem o seu exercício no sentido espiritual da vida e como preparação para o serviço da Pátria.”;

- No Decreto-lei 27.301 – artigo 12º - é definido o regulamento da MP. Através deste determina-se que os Lusitos tinham como centro de atividade a escola ou posto escolar, e que a atividade física consistia “essencialmente em marchas e jogos”. A lecionação das atividades estava ao cargo do professor primário ou regente do posto escolar;

- Nas duas propostas de lei recolhidas e referentes à reforma da instrução primária do Ministro Carneiro Pacheco, são apresentadas na base VIII as instalações das escolas e postos

escolares para os exercícios da MP, compreendendo um ginásio coberto e um terreno anexo com amplitude suficiente para o recreio dos alunos e respetivas atividades físicas;

- No Decreto-lei 30.279, referente à criação do INEF, em 1940, estabelece no seu artigo 3º “um regime de efetiva cooperação entre o INEF e a MP”;

- A primeira ordem de serviço do ano letivo 1945/1946 vem reforçar o que já tinha sido imposto no Decreto-lei 27.279, associando as obrigações a todo o pessoal docente e discente na prestação de serviços das atividades circum-escolares da MP, de modo a promover “o funcionamento dos respetivos organismos em perfeita harmonia com as restantes manifestações da vida escolar”. É ainda atribuída a responsabilidade sobre as Direções Escolares de orientar as atividades, e aos quadros docentes de desenvolver as mesmas de forma conveniente. Para além disto, é ainda referido que “todas as festividades e iniciativas culturais e desportivas das escolas sejam integradas nas atividades da MP e por ela orientadas”;

- A ordem de serviço nº 9 do mesmo ano letivo, vem esclarecer que o Delegado Escolar, caso desempenhe funções de professor, não deve ser nomeado Director do Centro de atividades da MP, com exceção de não existir outro professor na escola ou caso “se reconheça não ser conveniente entregar a outro essa função”. No segundo caso seria nomeado outro professor para seu adjunto. É ainda apresentado que o Delegado Escolar “deverá ser autorizado a visitar os Centros nos dias de atividade da MP, a fim de tomar conhecimento direto da forma como os decorrem, promovendo, caso considere necessário, as correções que julgar indispensáveis dentro dos preceitos estabelecidos.”;

- Na primeira ordem de serviço do ano letivo 1946/1947 é definido o início das atividades, no dia 01 de Novembro desse ano, sendo ainda feita a recomendação aos Dirigentes para que não seja descurada a preparação da instrução e que seja dada “a máxima solenidade à cerimónia da reabertura das atividades.”;

- Por sua vez, a ordem de serviço nº 11 do mesmo ano letivo, surge exclusivamente para louvar o trabalho realizado pelo Director do Centro Primário nº11 do Porto, “pelo excelente espírito de orientação das atividades da MP, na sua escola, nomeadamente da Educação Física”, apresentando a capacidade de “realizar diariamente, e sem prejuízo da restante atividade escolar,

as atividades da MP”. É ainda louvado o adjunto do Diretor, do mesmo Centro Escolar, pelas suas qualidades reveladas “na apresentação de uma classe de ginástica de cerca de 150 lusitos, os quais realizaram corretamente exercícios de ginástica infantil”;

- No ano letivo 1947/1948 surge pela primeira vez, na ordem de serviço nº 24, a referência e regulamentação dos Centros de Instrução Especial da MP. Nesta ordem de serviço o desporto é descrito como “um dos melhores meios que pode utilizar-se para a educação dos jovens”. Assim, os Centros de Instrução Especial da MP surgem com o objetivo de promover o desenvolvimento físico na prática determinados desportos, em condições ideais e ambiente favorável à exaltação das melhores virtudes dos seus afiliados, na procura da perfeição técnico-desportiva, tendo sempre presente a formação dos filiados da MP.

Para a frequência nos Centros Especiais da MP, os seus filiados deviam:

- Ser filiados da MP;
- Possuir a farda da Organização da MP;
- Possuir bons atributos médicos e físicos;
- Estar dentro do limite de idade mínima e máxima;
- Apresentar um comprovativo de frequência nas atividades de um Centro de Instrução Geral da MP, no ano anterior, com referências de “bom filiado”;
- Cumprir e merecer regularmente a qualificação de “bom filiado”.

Para além do exposto anteriormente, os Diretores dos Centros de Instrução Especial eram incumbidos de enviar bimestralmente ao Centro de Inspeção Geral, a que pertenciam os seus filiados, uma nota relativa à assiduidade e comportamento dos mesmos;

- As ordens de serviço nº 10 e 18, relativas ao ano letivo 1948/1949, vêm exclusivamente regular e esclarecer as escolas e filiados, sobre as provas de inscrição e frequência das atividades da MP, para efeitos escolares;

- Na circular nº 46 é definido que os professores e regentes do Ensino Primário devem passar uma guia de marcha, referente à frequência dos alunos nas atividades da MP, encaminhando-a ao posto de ensino ou à subdelegação regional da localidade onde residem ou



vão residir os alunos, de modo a permitir a continuação dos estudos ou inscrição no exame de admissão ao liceu;

- Na portaria nº 14:061 o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, define “que seja adotada a cor branca em todas as peças do uniforme”, no fato de ginástica da MP Feminina, “ em todos os liceus, escolas técnicas, escolas primárias e estabelecimentos congêneres do ensino particular”;

- No Decreto-lei 38.969 a única menção à MP surge no artigo 68º, referindo que a mesma, em parceria com a Obra das Mães pela Educação Nacional e a MP Feminina, ficaria responsável pela “fundação e manutenção das cantinas, subsidiando-as na medida da assistência prestada e da ação por elas exercida no aumento e regularização da frequência escolar”;

- Na circular nº 209, correspondente ao último documento oficial da presente categoria, é definido que as alunas do Ensino Primário individual ou doméstico, que estejam inscritas nos centros oficiais da MP, sejam dispensadas de jogos e canto coral, estando apenas obrigadas a frequentar as aulas de Formação Moral e Nacionalista. O motivo de tal decisão deve-se ao facto das atividades anteriores estarem distribuídas pelos vários dias da semana e por não ser considerado “justo nem conveniente obrigar aquelas alunas, que estudam em casa, a irem ao Centro mais que uma vez por semana.”

Na mesma circular é ainda definido, para estas alunas, o limite de três faltas por ano, de modo a evitar a reprovação. Para as restantes alunas do Ensino Primário o limite de faltas é de seis, se as atividades se realizarem em dois tempos letivos por semana, com a Formação Moral e Nacionalista num tempo e a EF e Canto Coral noutro, no entanto o limite de faltas é de nove, se as três atividades se realizarem em três tempos letivos diferentes por semana.

De seguida é analisado o conteúdo referente às Instituições de EF. Importa mencionar que este conteúdo é composto por documentos oficiais publicados na revista e que pretendiam, na sua génese, promulgar a criação, a reestruturação ou a reorganização das estruturas oficiais do Estado e suas repartições pertencentes à EF, bem como apresentar as respetivas competências desses órgãos e serviços Estatais.

Tabela 3 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo Instituições de EF

Documentos oficiais das Instituições de EF		
Referências na REN	Tipo de documento	Ministro da Instrução Pública (1918 a 1936) Ministro da Educação Nacional (1936 a 1974)
(22) 1933/07/02 (pág.14)	Decreto-lei 22.751	Ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos
(25) 1936/02/02 (págs. 08, 09 e 10)	Proposta de lei Base II	Ministro da Instrução Pública António Carneiro Pacheco
(26) 1936/05/24 (págs. 07, 08, 10 e 11)	Decreto-lei 26.611	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(30) 1940-02-04 (págs. 09, 10 e 11)	Decreto-lei 30.279	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(34) 1942-09-13 (págs. 01 e 03)	Decreto-lei 32.241	Ministro da Educação Nacional Mário Figueiredo
(45) 1952-05-12 (págs. 01 e 03)	Portaria nº 13:949	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando especificamente cada um dos documentos oficiais publicados na REN, sobre as Organizações do Estado associadas à EF, observou-se o seguinte:

- O Decreto-lei 22.751 promulga, dentro do então Ministério da Instrução Pública, a criação da Direção Geral da Saúde Escolar. Por sua vez, a Repartição da Educação Física fica sujeita e dependente da Direção Geral de Saúde Escolar, com as funções que até à data competiam à Direção dos Serviços de Educação Física.

É ainda decretado no mesmo artigo que os serviços da Repartição da Educação Física serão dirigidos por um diretor dos serviços de EF, que seria o mesmo funcionário que até à data tinha exercido essas funções, sendo que o quadro de pessoal desta Repartição seria o mesmo que tinha sido atribuído à Direção dos Serviços de Educação Física, por Decreto nº 21:034, de 18 de Março de 1932;

- Na proposta de lei, do então Ministro da Instrução Pública António Carneiro Pacheco, por se considerar que a EF só se pode desenvolver integralmente por uma adequada organização nacional e por uma formação pré-militar necessária à “Paz construtiva como à Defesa Nacional”, o Governo submete à Assembleia Nacional a criação do Ministério da Educação Nacional, instituindo, na Base II a Junta Nacional de Educação, onde a Educação moral e física são incluídas na primeira secção;

- No Decreto-lei 26.611 é promulgada a proposta de lei apresentada no ponto anterior, definindo no artigo 4º que a Organização da Junta Nacional de Educação é constituída na 1ª

secção pela Educação moral e física, sendo que esta engloba dentro de si a 2ª subsecção da Educação física e pré-militar.

Por sua vez o artigo 16º refere que competia à 2ª subsecção – Educação física e pré-militar:

- Organizar e revisar o plano geral da higiene e educação corporal da MP, na interação entre a família, a escola e a Nação;
- Apresentar relatórios sobre os métodos de ginástica de formação do indivíduo, propensas ao seu valor físico relevante para o próprio e para a coletividade;
- Coordenar a representação oficial portuguesa em competições desportivas;
- Promover o desenvolvimento de todos os desportos, “particularmente o exercício ao ar livre, bem como estimular a criação de uma ampla rede de ginásios, piscinas naturais ou artificiais e campos de jogos em todo o País”;
- Apresentar relatórios sobre os métodos de EF e pré-militar a implementar na organização nacional MP, após parecer do estado-maior do exército relativamente à instrução militar propriamente dita;
- Recolher e analisar todos os relatórios oficiais e estatísticas relativas à ação das escolas e organizações educativas portuguesas, relativas à cultura física e preparação para o dever cívico militar;
- Promover, de forma organizada, à fiscalização das condições de vida física dos estudantes;

- No Decreto-lei 30.279, é criado, dentro da missão cooperadora do Estado com a família, o INEF. No artigo 4º deste decreto-lei é ainda promulgado que a Comissão Superior de Educação Física do Exército, a Comissão Técnica de Educação Física da Armada e as organizações particulares que promoviam a EF deveriam “prestar ao INEF a colaboração necessária à integral eficiência dos seus fins.”;

- O Decreto-lei 32.241 é promulgado, sendo um dos seus intuídos, o de criar um órgão do Estado capaz de orientar e promover, fora da MP, “a educação física do povo português e introduzir disciplina nos desportos.”

Deste modo, segundo o artigo 7º do presente decreto-lei, “é extinta a Direção Geral da Saúde Escolar e criada a Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar”. Este novo órgão do Estado tinha as seguintes, como algumas das suas funções:

- Vigiar o trabalho realizado pela MP, relativo à EF do povo português;
- Ajustar, junto das câmaras municipais, freguesias e sedes de concelho, o modo mais adequado para o desenvolvimento do gosto pelas práticas de EF;
- Implementar, em colaboração com a MP e com o INEF a preparação e formação de dirigentes locais da EF, através de escolas móveis;
- Colaborar com as escolas nas suas atividades desportivas existentes;
- “Fazer tudo o que possa interessar ao revigoração físico da gente portuguesa e à disciplina dos desportos.

È ainda apresentado no artigo 8º do mesmo decreto-lei que o INEF seria reorganizado e ficaria dependente da Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar;

- No último documento oficial do presente conteúdo, referente à Portaria nº 13:949, fica definido pelo Governo que as cantinas escolares constituídas ou que o viessem a ser ficariam dependentes do Ministério da Educação Nacional, e estariam sujeitas à fiscalização dos serviços de inspeção da Direção Geral do Ensino Primário e dos serviços de saúde escolar da Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar.

Estas cantinas deviam, segundo a alínea c), do artigo 3º da presente portaria, “auxiliar a ação formativa da escola”.

O terceiro conteúdo analisado é referente à EF na Formação de Professores. Torna-se igualmente necessário mencionar que este conteúdo tem como título EF na Formação de Professores, porque no período inicial de pesquisa não existia uma formação específica de professores de EF, havendo, no entanto, o abrangimento da disciplina aos cursos do magistério primário elementar e infantil. Já numa fase posterior do período temporal da pesquisa, como apresentado na análise seguinte, surgem então cursos de formação específicos para professores de EF.

Tabela 4 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo da EF na Formação de Professores

Documentos oficiais da EF na Formação de Professores		
Referências na REN	Tipo de documento	Ministro da Instrução Pública (1918 a 1936) Ministro da Educação Nacional (1936 a 1974)
(23) 1934/04/08 (págs.12 e 13)	Decreto-lei 23.735	Ministro da Instrução Pública Alexandre Sousa Pinto
(25) 1935/09/08 (págs. 09) e (25) 1935-09-15 (pág. 04)	Decreto-lei 25.818	Ministro da Instrução Pública Eusébio Tamagnini Encarnação
(25) 1935/10/27 (págs. 09 e 10)	Decreto-lei 25.954	Ministro da Instrução Pública Eusébio Tamagnini Encarnação
(30) 1940-02-04 (págs. 09, 10 e 11)	Decreto-lei 30.279	Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco
(34) 1942-09-13 (pág. 03)	Decreto-lei 32.241	Ministro da Educação Nacional Mário Figueiredo

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando especificamente cada um dos documentos oficiais publicados na REN, sobre a EF na Formação de Professores, bem como a formação de Professores de EF, foi possível observar o seguinte:

- É aprovado, através do Decreto-lei 23.735, o regulamento dos Exames de Estado para o magistério primário, elementar e infantil. Neste decreto-lei é definido, no artigo 12º, que os exames são constituídos por provas pedagógicas e que estas se dividem em provas de cultura pedagógica e provas de capacidade pedagógica.

Por sua vez é promulgado, nos artigos 13º, 14º, 15º, 17º e 18º, que as provas de cultura pedagógica são divididas em escritas e práticas, sendo que nas provas escritas, quer no exame do magistério primário infantil como no elementar, a EF é realizada no quarto dia, dos cinco consecutivos, em que as mesmas se realizam.

Neste decreto-lei as provas práticas de cultura pedagógica não contemplavam a disciplina de EF, e o artigo 21º define que os candidatos que tinham completado os cursos do magistério primário em escolas oficiais do mesmo magistério, eram dispensados de todas as provas de cultura pedagógicas, quer escritas como práticas;

- No decreto-lei seguinte, relativamente à EF, as provas escritas de cultura pedagógica são apresentadas da mesma forma que no decreto anterior. No entanto, são introduzidas modificações aos Exames de Estado para o Magistério primário e elementar, relativamente à isenção das provas de cultura pedagógica dos candidatos que tinham completado os cursos do

magistério primário em escolas oficiais do mesmo magistério. Ou seja, quer os candidatos do ensino oficial como os habilitados em institutos particulares estavam sujeitos à realização das provas de cultura pedagógica;

- Na continuação dos dois decretos-lei anteriores, o Decreto-lei 25.954 vem regulamentar a prática dos alunos-mestres, das escolas oficiais do magistério primário. De uma forma geral, este decreto-lei procurava definir a prática de estágio dos alunos-mestres, nas escolas do Ensino Primário.

Segundo o artigo 20º “a prática dos alunos-mestres realizada nas escolas de aplicação tem por fim, iniciar gradualmente os mesmos alunos nos serviços escolares, docentes ou quaisquer outros que se devam competir a professores”.

Relativamente à disciplina de EF, este estágio dos alunos-mestres contemplava o seguinte:

- Observação de duas lições-tipos do Grupo F – Educação Física, em cada ano letivo;
- Possibilidade, não obrigatória, de aplicar duas lições da disciplina de EF nos exercícios de aplicação didática, assistidos pelo professor regente da classe. Estas lições implicavam a preparação da lição, com o material que seria utilizado, a elaboração dos planos de lições com os métodos a empregar e a sua justificação, bem como a realização propriamente dita das lições;

- No ano de 1940 surge o Decreto-lei 30.279, impulsionado em certa medida pelo “ritmo acelerado da construção do Estádio Nacional e a conveniência da sua utilização permanente”, estabelecendo-se nas suas instalações o INEF.

Este decreto-lei, no artigo 1º, define que a criação do INEF tinha como objetivos estimular e orientar o revigoramento físico da população portuguesa, fundamentando-se cientificamente sobre os seus aspetos individuais e sociais, bem como formar os agentes do respetivo ensino oficial e particular, em regime de separação de géneros.

O artigo 2º acrescenta ainda a permissão em criar outros institutos e centros de formação de agentes de ensino de EF noutras cidades, especialmente em Coimbra e no Porto, “sujeitos à jurisdição e orientação técnica do Ministério da Educação Nacional, através do INEF.”

Por sua vez os artigos 5º, 6º, 7º e 8º vem promulgar que seriam ministrados cursos de habilitação para professores de EF, bem como para instrutores e monitores. A duração dos cursos era de dois anos, seguido de um de estágio, para os professores, um ano para os instrutores e quatro meses, para os monitores.

O curso para professores de EF era constituído pelas disciplinas que assegurassem, “a par da preparação social, a formação bio pedagógica e técnica segundo os princípios do método de Ling, tendo em vista as condições mesológicas do nosso País e a capacidade fisiopsicológica da raça”. Já os cursos de habilitação para instrutores e monitores tinham um aspeto predominantemente prático, com um programa mais simplificado e adequado à função auxiliar a que se destinavam.

Mais especificamente o curso de professores contemplava no seu currículo de dois anos as seguintes disciplinas.

- Teóricas:
  1. Pedagogia geral e história da EF;
  2. Ginástica I (Metodologia e didática) e Ginástica II (Técnica e análise);
  3. Jogos e desportos I (Metodologia e didática) e Jogos e desportos II (Técnica e análise);
  4. Anatomia e Anatomia regional e plástica aplicada à EF;
  5. Fisiologia e Fisiologia aplicada à EF;
  6. Higiene e primeiros socorros;
  7. Educação especial pré-militar (Metodologia e didática);
  8. Organização corporativa;
  9. Biotipologia e Antropobiometria (semestral);
- Práticas:
  1. Ginástica;
  2. Jogos e desportos (exclusivamente com natação no primeiro ano);

3. Exercícios de educação especial pré-militar;
4. Ginástica de aplicação militar;
5. Prática pedagógica;
6. Canto coral.

O estágio respetivo ao curso de professores era “realizado num estabelecimento de ensino autorizado pela direção do INEF”, devendo o estagiário elaborar um relatório, defendendo-o, de modo a conseguir a obtenção do diploma de professore de EF.

O curso de instrutores e o curso de professores, apesar de distintos, partilhavam o primeiro ano curricular.

Adicionalmente, o curso de monitores era ministrado à parte dos dois anteriores e o seu currículo era composto pelas seguintes disciplinas.

- Teóricas:
  1. Ginástica (Noções de didática);
  2. Jogos e desportos (Noções de didática);
  3. Noções de anatomia, fisiologia e higiene;
- Práticas:
  1. Ginástica;
  2. Natação;
  3. Exercícios de educação especial e pré-militar;
  4. Ginástica de aplicação militar;
  5. Prática pedagógica;
  6. Canto coral.

Ainda no presente decreto-lei, é referido no artigo 9º que poderia haver cursos de especialização, nomeadamente de esgrima e informação, por iniciativa do INEF, ou indicação dos Ministérios da Guerra e da Marinha, que se julgassem necessários. Estes cursos deveriam realizar-se nos tempos livres caso se destinassem aos agentes do Ensino Primário.



A admissão dos alunos aos vários cursos promulgados era condicionada às necessidades da EF, tendo em conta os índices demográficos e distribuição dos estabelecimentos oficiais e particulares onde a disciplina fosse ministrada.

Em caso de necessidade verificada, a matrícula dos alunos estava sujeita à avaliação da robustez e saúde, por intermédio de um exame de aptidão, sendo que os candidatos deveriam ter idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta.

Para os cursos de professores e instrutores de EF era exigido curso liceal como habilitação mínima, sendo que para o curso de monitores os candidatos deviam apresentar o diploma do primeiro ciclo do liceu;

- Por último, através do artigo 7º, do Decreto-lei 32.241, é promulgada a extinção a Direção Geral da Saúde Escolar e a criação da Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, tendo como uma das suas funções a preparação e formação de dirigentes locais da EF, através de escolas móveis, com a colaboração da MP e do INEF.

O quarto conteúdo analisado é relativo à EF no Ensino Particular.

Tabela 5 – Referências dos documentos oficiais do conteúdo da EF no Ensino Particular

Documentos oficiais da EF no Ensino Particular		
Referências na REN	Tipo de documento	Ministro da Instrução Pública (1918 a 1936) Ministro da Educação Nacional (1936 a 1974)
(23) 1934/05/13 (pág. 01)	Decreto-lei 23.447	Ministro da Instrução Pública Alexandre Sousa Pinto
(41) 1949/07/24 (págs. 04 e 05)	Lei nº 2:033	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima
(42) 1949/09/18 (pág. 06)	Decreto-lei 37.545	Ministro da Educação Nacional Fernando Pires de Lima

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando especificamente cada um dos documentos oficiais publicados na REN, sobre a EF no Ensino Particular, foi possível observar o seguinte:

- A primeira referência a um documento oficial neste conteúdo, no excerto do Decreto-lei 23.447, regula que as salas ou pátios de recreio do ensino particular deveriam ter uma superfície superior ao dobro da superfície total das salas de aulas, de modo a possuírem “condições acomodadas à realização de exercícios de ginástica respiratória”;

- A Lei nº 2:033 decreta, nas suas bases XI e XIII, que as funções de inspeção do ensino particular, no que respeita à EF, estavam incumbidas à MP, e que os médicos escolares deveriam considerar-se pedagogicamente subordinados à Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar;

- Ainda no ano de 1949, o Decreto-lei 37.545 surge a reorganizar a estruturação do ensino particular em Portugal, por intermédio do então Ministro da Educação Nacional Pires de Lima, sem fazer qualquer referência direta à disciplina de EF. Apesar disto, o artigo 12º deste decreto-lei define, para todos os estabelecimentos de ensino particular, a adoção dos planos, programas e manuais aprovados para o ensino oficial, bem como a obrigatoriedade em cumprir a carga horária mínima das respetivas aulas ou sessões, correspondente ao ensino oficial.

Por último, relativamente ao conteúdo da EF no Ensino Primário importa apenas apresentar o artigo 1º, do Decreto-lei 27.279, onde é definido que a disciplina de EF, entre outras, é obrigatória para “todos os portugueses” que frequentem o Ensino Primário elementar.<sup>1</sup> De modo a completar a análise realizada ao conteúdo da EF no Ensino Primário é importante referir que, aquando da aprovação do presente decreto-lei, o Ministro da Educação Nacional em funções era Carneiro Pacheco.

De modo a completar a análise efetuada à presente categoria – Enquadramento Normativo – realizou-se um balanço dos Ministros da Instrução Pública ou da Educação Nacional, que por mais vezes surgem associados aos vinte e sete documentos oficiais promulgados pelo Estado e publicados na REN, relacionados com a disciplina de EF.

Em primeiro lugar, com o maior número de documentos oficiais recolhidos surge o Ministro Fernando Pires de Lima, com onze documentos oficiais associados enquanto Ministro da Educação Nacional, seguido do Ministro António Carneiro Pacheco com seis documentos oficiais associados, enquanto Ministro da Educação Nacional, e um enquanto Ministro da Instrução Pública.

---

<sup>1</sup> Bobine 26, de 29 de Novembro de 1936, p. 13

Segue-se a estes o Ministro José Caeiro da Mata, com três documentos oficiais publicados na revista, no período em que exercia funções como Ministro da Educação Nacional.

Com dois documentos surgem os Ministros da Instrução Pública Alexandre Sousa Pinto e Eusébio Tamagnini Encarnação.

E por último, com apenas um documento oficial publicado na revista, no período em que exerciam funções de Ministro da Instrução Pública e Ministro da Educação Nacional respetivamente, surgem o Ministro Gustavo Ramos e o Ministro Mário Figueiredo.

Na generalidade dos vinte e sete artigos presentes nesta categoria foi possível aferir que no período em que o cargo de Ministro da Educação era definido como Ministro da Instrução Pública, foram publicados na revista apenas seis documentos oficiais relativos à EF. Por sua vez, o cargo Ministro da Educação Nacional tem associadas vinte e uma referências à EF nos documentos oficiais publicados na revista e promulgados pelo Estado. Importa apresentar que esta alteração na nomenclatura, associada ao Ministro da Educação, surge aquando da promulgação do Decreto-lei 26.611, de 11 de Abril de 1936.

Através dos números apresentados é possível verificar uma diferença considerável entre os cargos de Ministro de Instrução Pública e Ministro da Educação Nacional.

Esta variação pode ser interpretada pela implementação da Junta Nacional de Educação, criada na reforma do Ministro Carneiro Pacheco, através do Decreto-lei 26.611, cuja organização contemplava na primeira secção a educação moral e física, bem como pela instituição oficial da organização nacional MP, através do artigo 40º do mesmo decreto.

No entanto, apesar desta diferença, convém lembrar que o período de pesquisa deste trabalho enquadra-se entre 1933 e 1974. Deste modo, foi possível verificar que em três anos de pesquisa, referentes ao período em que o cargo de Ministro da Educação ainda era de Ministro de Instrução Pública – 1933 a 1936 – a proporção anual de documentos oficiais publicados, relativos à EF, foi de dois por ano. Por outro lado, nos restantes trinta e oito anos de pesquisa – 1936 a 1974 – o mesmo tipo de documentos surge por vinte e uma vezes apenas, conferindo assim uma proporção anual inferior a um por ano.

Esta diferença está relacionada com o que já tinha sido apresentado no início desta categoria, nomeadamente devido à inexistência de documentos normativos, publicados na revista e relativos à EF, a partir de Março de 1953.

Deste modo, é possível concluir que, ou por opção da REN em não publicar mais documentos oficiais, ou por uma real descontinuidade do Estado, refletida através dos vários Ministros da Educação Nacional, responsáveis pela promoção e desenvolvimento da EF, a disciplina perdeu a sua relevância normativa nos últimos vinte anos do Estado Novo.

### **2.3. EF e MP**

A categoria da EF e MP é composta por 56 referências, que por sua vez originam 44 artigos.

Nesta categoria é possível analisar que a manifestação de artigos recolhidos ao longo do período de pesquisa é constante, ou seja, não se verifica a concentração de artigos publicados na revista num determinado período do Estado Novo. Mais concretamente a primeira década de pesquisa - 1933 a 1943 - engloba dezanove artigos, a segunda três artigos, a década de 1954 a 1964 engloba oito, enquanto a última reúne catorze artigos.

De uma forma geral as secções da revista que contribuíram para o levantamento de mais artigos nesta categoria, foram a secção de *Notas e Nótulas* com vinte e um artigos, a secção com o título “O que é e o que deve ser a EF”, com cinco artigos, e uma secção sobre a MP, com seis artigos.

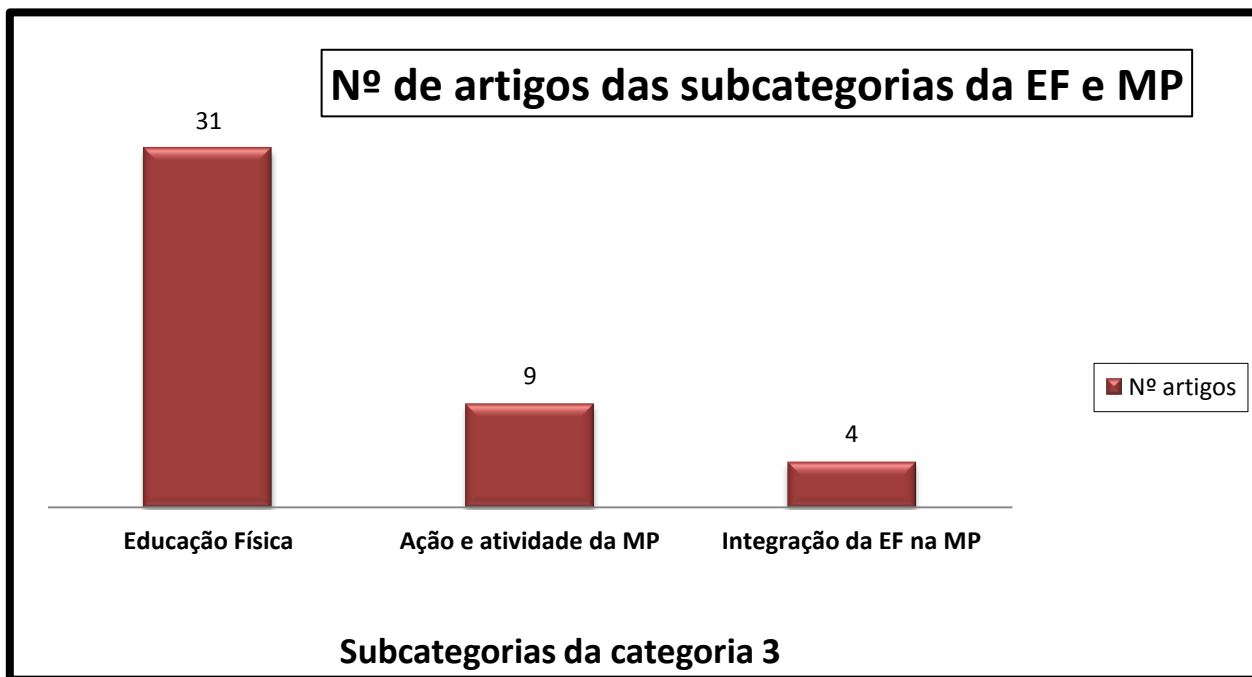
Os restantes artigos foram surgindo de forma esporádica em diferentes secções das publicações da revista, sem merecerem maior destaque, por não se repetirem da mesma forma que as anteriores.

Relativamente aos autores dos vários artigos desta categoria, importa apenas mencionar que nos artigos, cujo autor era anunciado na publicação, verificaram-se exclusivamente autores do género masculino.

De modo a continuar a apresentação de resultados desta categoria importa referir que, devido ao teor dos artigos recolhidos, procedeu-se à organização dos mesmos em três subcategorias. As subcategorias organizadas pretendem isolar os artigos recolhidos em função da sua especificidade, de forma a ser efetuada uma análise mais específica.

O gráfico seguinte apresenta as subcategorias organizadas e o número de artigos que as compõem.

Gráfico 7 – Subcategorias da EF e MP e respetivos artigos associados



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Como apresentado no Gráfico 7, a subcategoria da EF tem maior destaque nesta categoria, seguida da ação e atividade da organização MP no Ensino Primário e, por último, da Integração da EF na organização MP.

A subcategoria da EF será analisada mais aprofundadamente a seguir à análise das outras duas subcategorias, sendo, por sua vez, dividida pelos conteúdos que a compõem.

Desta forma, vai-se proceder de seguida à apresentação da análise realizada à subcategoria da Ação e atividade da MP, que foi igualmente dividida de modo a facilitar a sua apresentação.

Como apresentado no Gráfico 7 esta subcategoria é composta por nove artigos. A tabela seguinte apresenta os artigos que lhe deram origem, bem como os conteúdos em que foi dividida.

Tabela 6 – Referências dos artigos da subcategoria Ação e atividade da MP nos respetivos conteúdos

Artigos da ação e atividade da MP em função dos conteúdos	
Organização MP	Horários e dias letivos da MP
(51) 1957/06/03 (pág. 01)	(41) 1948/10/17 (pág. 06)
(59) 1965/05/17 (pág. 02)	(44) 1951/12/04 (págs. 06 e 07)
(60) 1966/12/05 (pág. 01)	(47) 1954/02/01 (págs. 04 e 05)
(61) 1967/01/30 (pág.02)	(52) 1958/02/10 (pág. 02)
(63) 1971/11/20 (pág. 01)	

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

O primeiro conteúdo analisado é o da “Organização MP”. Com esta análise pretende-se verificar o trabalho desenvolvido pela instituição, bem como as modificações que sofreu.

Importa referir que nestes cinco artigos recolhidos, três são artigos de primeira página da revista, dedicados exclusivamente à Organização da MP. Nestes três artigos é evidenciada a importância da organização em prol da Nação Portuguesa e de toda a juventude escolar, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento integral da capacidade física, na formação do carácter e na devoção à Pátria.

Abordando especificamente os artigos recolhidos foi possível efetuar a seguinte análise:

- No artigo de 03 de Junho de 1957, a Organização é apresentada como uma das que mais eficazmente colaboravam com a escola na ação educativa nacional, tendo como finalidade “estimular o desenvolvimento da capacidade física, a formação do carácter e dos sentimentos cívicos”.

Relativamente à ligação da Organização com o Ensino Primário, apresenta-se que é neste nível de ensino que os alunos mais sentem a sua ação, através da “direção das atividades desportivas, ginásticas ou recreativas, incrementando excursões, campismo e concursos desportivos.”

Esta “direção” apresentada no artigo é justificada pelo trabalho cooperativo com os agentes de ensino da escola primária, integrando-os no corpo dirigente e executivo da MP, sendo através destes que as indicações, dirigidas através das circulares e planos de lições de ginástica, eram interpretadas e executadas. A autonomia das atividades da MP, quase toda confiada ao

professor primário, era ainda mais evidente aquando da abordagem da EF na escola primária rural;

- A 17 de Maio de 1965, a revista aborda as carências económicas que a MP enfrenta, não conseguindo “atingir e realizar plenamente o seu elevado escopo”, principalmente nos meios rurais, sendo em muitos casos inexistente ou apenas fictícia na realização das suas atividades;

- No ano seguinte, a 05 de Dezembro de 1966 e passados trinta anos da sua criação pelo Ministro Carneiro Pacheco, é apresentado, na primeira página da revista, que a MP sofria uma reestruturação.

As principais alterações, estabelecidas nas diretivas do Professor Galvão Teles, passavam por confiar à organização todas as atividades não curriculares, bem como a elevação da EF para um lugar de maior relevo. Para tal a MP passaria a ser uma “instituição autónoma e com personalidade jurídica”, tendo um conselho consultivo e um conselho administrativo a coadjuvarem a direção.

Por último, a Organização passaria ainda a formar, em cada escola, um centro de atividades próprio dirigido pelo reitor ou diretor, podendo ainda “compreender diversos núcleos, dirigidos pelos próprios alunos”;

- Passado um mês da publicação anterior, a 30 de Janeiro de 1967, é apresentado um pequeno artigo a responder ao deputado José Alberto Carvalho.

Segundo a revista o deputado refere que a Organização MP “falhou completamente no grau secundário e primário do ensino e viveu distorcidamente um quadro de senilidade no sector extraescolar”.

Em resposta, a revista não concorda que a Organização tivesse “falhado completamente”, justificando que se fez muito na educação dos jovens, principalmente no ramo primário relativamente às disciplinas de EF, moral e musical. No entanto reconhece que houve “deficiências por falta de dotações”;

- O último artigo do presente conteúdo, de 20 de Novembro 1971, relembra os leitores dos trinta e cinco anos de existência da MP e MP Feminina, bem como as reformas que foram



sofrendo ao longo dos anos, na procura da prestação de bons serviços na educação dos jovens estudantes, apesar das “precárias disponibilidades financeiras” que as acompanharam.

Neste artigo de primeira página é referido que a MP e MP Feminina, que antes eram restritas à juventude escolar, passariam a estar “abertas à livre inscrição de todos os jovens” entre os 7 e 25 anos de idade, e que desejassem “receber as vantagens duma preparação bem seleccionada no sentido físico, cívico e moral”.

Por outro lado, é ainda referida a necessidade de dar um novo impulso à formação patriótica da juventude, devido ao contexto de guerra que o país atravessava naquele tempo. Segundo a revista para que a guerra tenha “um desfecho de acordo com a dignidade nacional” e “para que os Portugueses nela empenhados possam levar a bom termo as missões que a Pátria lhes confia”, era preciso que o corpo e a alma estivessem aptos. De acordo com o artigo a MP revigorava, adestrava, educava, e moralizava, dando a “consciência dum portuguesismo são e convicto”.

Analisando de uma forma geral o teor dos artigos presentes neste conteúdo é possível verificar que a Organização MP teve realmente um contributo na implementação e promoção da EF nas escolas primárias. No entanto, apesar deste impulso inicial nas escolas primárias, as suas atividades eram essencialmente dirigidas pelos professores, sendo que nas zonas rurais o acompanhamento da MP a estes era praticamente inexistente, ao contrário daquilo que se verificava nos meios citadinos.

Com o passar dos anos e com as dificuldades económicas evidenciadas, a Organização foi sofrendo alterações na sua estrutura e na sua abordagem ao ensino público, tornando-se essencialmente numa instituição gerida pelos modelos e propaganda dos ideais do Estado Novo.

Abordando o outro conteúdo da MP, relativo aos horários e dias letivos, analisou-se que o primeiro artigo é ilustrativo de uma sessão de encerramento do Curso de Formação de instrutores das atividades da zona Provincial do Douro-Litoral, de onde se retirou um excerto do discurso do subdelegado Regional e Delegado Provincial, interino, do Douro-Litoral, o Sr. Capitão Alfredo Marques Osório.

Neste discurso Capitão Osório deseja que a obra realizada pela instituição MP se aperfeiçoe segundo as diretrizes impostas, informando que o programa iria impor aos professores a “execução diária matinal duma lição de ginástica”. Para além disto, o mesmo Capitão informa a plateia que iria ainda “solicitar a aprovação do Sr. Ministro da Educação Nacional para a execução, aos sábados, dum programa de atividades, segundo o Manual do Lusito”, bem como a execução de atividades conjuntas dos vários centros da MP, nalguns sábados, sempre que se julgasse conveniente.

Se o artigo anterior apresenta propostas de atividade da organização MP ao sábado, o segundo artigo vem reforçar os esforços dos Delegados Provinciais e subdelegados Regionais da Organização em manter a realização das atividades neste dia semanal. Por outro lado, se por motivos de força maior, as atividades fossem ministradas nas manhãs de domingo, os Delegados e subdelegados deveriam recorrer aos Assistentes Religiosos da sua área, no sentido de conjugar horários com a celebração da missa na Igreja mais próxima, informando ainda os filiados da MP, no final das atividades, sobre as horas e locais onde poderiam “cumprir os seus deveres religiosos”.

Esta preocupação reflete o interesse da MP em manter os princípios religiosos, sendo ainda referido que “o mesmo espírito de respeito pelo Domingo orienta as demais atividades da Organização, designadamente as de carácter desportivo”.

Por outro lado, o artigo seguinte, por intermédio da análise à circular nº 50 de 15 de Fevereiro de 1950, vem autorizar que as atividades da MP pudessem ser ministradas “em dias que não seja o Sábado”. Este artigo, apesar de analisar uma circular emitida quatro anos antes, procura promover a alteração dos trabalhos da MP, de modo que “as crianças os considerassem no mesmo plano em que se encontram as outras disciplinas dos programas das respetivas classes”.

Reforçando a alteração anterior é ainda exposto, no mesmo artigo, o estabelecido pela circular nº 177 de 30 de Setembro de 1952, mencionando que as atividades escolares de sábado seriam “distribuídas pelos diferentes dias letivos da semana, pela forma que a Direção Escolar” julgasse mais conveniente.

De acordo com o exposto nas circulares anteriores, o artigo apresenta as últimas determinações do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, definindo que, naquele momento, nenhuma atividade da MP e MP Feminina poderia ser praticada ao sábado, e que as atividades referentes à EF e Canto Coral seriam “dadas no 1º tempo letivo de 3ª feira”.

Por último e passados quatro anos destas instruções do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, a revista publica que a Organização MP determinava que aos sábados ou quartas, conforme as terras, as atividades da Mocidade se prolongassem até ao meio dia.

Perante o exposto, a própria revista apresenta algumas divergências relativamente ao cumprimento destes horários no meio citadino e no meio rural. Segundo a revista existia disparidade quanto aos sábados, em prejuízo do horário dos professores das cidades, obrigando os mesmos a mais trabalho depois de uma semana completa, com “manifesta violência do horário estabelecido”. A sugestão apresentada pela revista passava por definir para as cidades os tempos de quarta-feira disponíveis para as atividades da MP.

Analisando de uma forma geral este conteúdo da MP, é possível verificar que a definição dos horários das suas atividades estava sujeito a diversos fatores, externos aos reais interesses da EF. Nomeadamente as obrigações religiosas, os horários dos professores conjugados com os horários das atividades extracurriculares definidas pela organização, o cumprimento das diretrizes enunciadas pelo órgãos de decisão e a disparidade entre os recursos das escolas rurais e as escolas citadinas.

Concluída a análise da subcategoria anterior, segue-se a subcategoria com o menor número de artigos associada.

Esta subcategoria é composta por quatro artigos e, como indica o seu nome, aborda a integração da EF na organização MP.

O primeiro artigo faz referência a esta integração, através do descrito na publicação de 25 de Outubro de 1936, na seção “Movimento da Educação em Portugal durante o ano escolar de 1935-36”.

Neste artigo é referido que a “determinação dos métodos de educação física e pré-militar que devem ser adotados na organização social MP” constituem um dos cuidados do Ministério da Educação, na atribuição do interesse que a cultura física da população geral merece.

Posteriormente, a 19 de Dezembro de 1937, o ponto nove do artigo “A Nova Reforma da Instrução Primária”, refere que a EF foi integrada na ação circum-escolar da MP.

Por sua vez, o artigo de 13 de Dezembro de 1954, apresenta a MP como a organização cuja iniciativa fornecia “as superiores diretivas para a cultura física nas escolas”.

Passados catorze anos, na segunda página da publicação de 08 de Janeiro de 1968, a MP continua a ser apresentada na revista como patrocinadora e orientadora das atividades de EF nas escolas, empregando “muito esforço para implantar na massa escolar o sentido do exercício físico”.

A revisão geral que se faz aos quatro artigos desta subcategoria permite confirmar que desde a implementação da MP, em 1936, ela foi acompanhando e dirigindo a implementação da EF nas escolas do país.

A subcategoria analisada de seguida é correspondente à disciplina de EF, sendo esta a que contém o maior número de artigos associada. Deste modo, importa lembrar que a mesma foi dividida em vários conteúdos, de maneira a facilitar a sua apresentação.

A tabela seguinte apresenta os conteúdos da subcategoria EF, bem como as referências dos artigos presentes em cada conteúdo. Importa informar que nesta tabela, a seguir à referência apresentada, colocou-se igualmente o número da nota ou notas associadas ao artigo, que por sua vez corresponde ao conteúdo analisado. Esta informação adicional tem a sua relevância devido ao elevado número de artigos, das mais variadas temáticas, presentes na secção *Notas* da REN. A apresentação desta informação adicional ganha ainda maior relevo, devido ao elevado número de artigos provenientes desta secção da revista, particularmente nesta subcategoria.

Tabela 7 – Referências dos artigos da categoria EF e MP nos conteúdos da subcategoria EF

	Conteúdos da subcategoria EF		
	Considerações sobre a EF na educação e saúde	Desenvolvimento e implementação da EF	Exemplos práticos da EF
Referências na REN	(22) 1933/05/28 (pág. 02) – Notas 3 e 4	(28) 1938-02-20 (pág. 03) – Nota 2	(21) 1933/01/08 (pág. 03) – Nota 3
	(22) 1933/07/23 (pág. 01) – Nota 6	(28) 1938-04-03 (pág. 06)	
	(22) 1933/07/23 (pág. 02) – Notas 3 e 4	(29) 1939-03-12 (pág. 04) – Nota 1	
	(23) 1934/09/16 (pág. 01) – Nota 4	(32) 1941-02-02 (pág. 05)	
	(25) 1936/02/02 (pág. 04) – Nota 3	(55) 1960-09-26 (pág. 02) – Notas 4 a 9	
	(33) 1942-03-01 (págs. 06 e 07)	(55) 1960-11-07 (págs. 06, 07 e 12)	
	(33) 1942-03-22 (págs. 01 e 2)	(59) 1964-09-14 (pág. 01)	
	(33) 1942-03-29 (pág. 01)	(61) 1967-02-20 (pág. 01) – Nota 2	
	(33) 1942-04-05 (págs. 01 e 02)	(61) 1967-12-04 (pág. 01) – Notas 3 e 4	
	(33) 1942-04-12 (pág. 01)	(62) 1970-12-04 (pág. 01)	
	(34) 1943-10-17 (pág.12)	(62) 1971-03-20 (pág. 03) – Nota 2	
	(35) 1943-12-12 (págs. 01 e 02)	(63) 1971-09-04 (pág. 01) – Notas 1 e 2	
	(42) 1949-09-25 (pág. 03)	(63) 1972-05-20 (pág. 01) – Nota 4	
	(49) 1955-05-16 (págs. 04 e 05)	(63) 1972-06-20 (pág. 01) – Nota 3	
	(55) 1960-09-05 (pág. 02) – Notas 1 e 2	(63) 1974-03-20 (pág. 01) – Nota 1	

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Através da tabela anterior, a primeira análise geral que se faz a esta subcategoria permitiu apurar que a REN publicou, nas suas primeiras páginas, sete artigos dedicados exclusivamente à EF. Por outro lado, verificaram-se oito artigos em que a EF é igualmente abordada na primeira página, mas incluídas na secção *Notas*, cuja temática era mais abrangente, ou seja não era específica à EF.

Relativamente ao primeiro conteúdo apresentado – Considerações sobre a EF na educação e saúde, apurou-se que os vários artigos manifestavam várias opiniões sobre os benefícios e malefícios da disciplina na vida das crianças.

A tabela seguinte mostra de forma resumida as considerações positivas e negativas referidas nos artigos que compõem este conteúdo.

Tabela 8 – Aspetos positivos e negativos da disciplina de EF, no conteúdo Considerações sobre a EF na educação e saúde

Considerações sobre a EF na educação e saúde	
Positivas	Negativas
Indispensabilidade de encorajar a prática dos exercícios físicos individuais e os desportos coletivos (passeios a pé; esgrima; natação; remo), desenvolvendo a cultura física dos alunos;	Exibicionismos e práticas violentas exacerbadas na aplicação de atividade física;
Atribuição de prémios aos que mais aproveitam fisicamente durante o ano letivo com a prática metódica e seriada de exercícios;	Atrofia e enfraquecimento físico através da prática de desportos mal compreendidos;
Irmanar as culturas físicas e intelectual na educação;	Desprezo pela parte higiénica associada à prática física;
Desenvolvimento da harmonia e saúde física, como alicerces duradouros da saúde intelectual e da felicidade;	Práticas físicas, associadas aos gostos “bárbaros” dos públicos desorientados;
Consideração da EF no desenvolvimento harmónico do corpo, conservação da saúde e correção de defeitos orgânicos;	Decadência da raça portuguesa, devido ao abuso dos exercícios desportivos e carência de alimentação regular, principalmente nas grandes cidades;
EF como meio de alcançar o melhor desenvolvimento do corpo, nas suas funções fisiológicas;	Impreparação física e desportos sem regras na escola primária devido a programas de Ensino Primários “mirrados e escassos”;
Efeitos benéficos da EF na vida mental e social do povo;	Má compreensão e orientação da cultura física;
Ação positiva da cultura física sobre a atividade mental, nomeadamente a atenção, observação, reflexão, iniciativa, vontade, controlo pessoal e inibição;	Prática exacerbada de uma atividade em detrimento de outras, conduzindo à especialização precoce e a perigos disfuncionais do organismo, bem como ao desenvolvimento incompleto e unilateral dos alunos;
Os jogos e os desportos como escola de capacidades sociais, espírito cooperativo, solidário e de sacrifício em prol de uma causa comum;	Estado rudimentar de assistência escolar e recursos limitados para a prática da EF, nomeadamente a falta de espaços amplos e ginásios, bem como as instalações de banhos e duchas;
Indispensabilidade de atribuição de carácter obrigatório à EF na escola primária e nos programas;	Nutrição desadequada dos alunos essencial para o esforço físico;
Definição de uma organização graduada de aprendizagem, estádios e exigências pelos quais os alunos vão passando, consoante o seu desenvolvimento orgânico e fisiológico;	Desastrosa atividade desportiva sem prévia EF, seleção e apuramento de capacidades
O exercício e o fortalecimento do corpo aumentam o vigor da inteligência e da vontade;	Hipertrofia exagerada dos músculos, derivado da prática exacerbada dos exercícios físicos desportivos
A EF é a verdadeira escola do arrojo, da elevação e do sofrimento tão importantes para a vida social das crianças.	

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Relativamente às considerações positivas apresentadas no quadro anterior, é possível verificar que o valor da EF e os seus benefícios para a saúde e educação nas escolas primárias portuguesas eram visivelmente expostos nos artigos da REN.

Dos quinze artigos que ajudam a constituir este conteúdo, importa evidenciar os seguintes:

- “O que é e o que deve ser a Educação Física. I, II, III, IV e V”, das publicações de 01, 22 e 29 de Março, 05 e 12 de Abril de 1942;

- “Psicologia aplicada à ciência da educação – Os exercícios físicos na escola primária”, das publicações de 17 de Outubro e 12 de Dezembro de 1943;

Por outro lado, os aspetos negativos associados às considerações apresentadas derivam essencialmente dos exageros e das práticas desportivas desadequadas, ligadas aos exercícios físicos praticados, bem como a falta de condições de higiene e saúde a que os alunos estavam sujeitos naquele tempo. Para além disto, é ainda visível a falta de preparação pedagógica relativamente às fases de desenvolvimento das crianças, não havendo uma perceção clara dos momentos ideais de evolução das capacidades físicas, em detrimento de resultados imediatos e interesses sociais e pessoais no desporto.

Através do segundo conteúdo da subcategoria da EF, com o título de Desenvolvimento e Implementação da EF, pretende-se apresentar o que foi referido nos artigos da revista, relativamente à real execução e efetivação da EF na escola primária e no país.

Ao contrário do conteúdo anterior, a apresentação deste será feita de forma cronológica, do mais antigo para o mais recente, de maneira a permitir uma melhor interpretação das alterações e diferenças ocorridas ao longo do período do Estado Novo.

A primeira referência deste conteúdo surge a 20 de Fevereiro de 1938, na secção *Notas*. Neste artigo são apresentados os capítulos do relatório da gerência da Sociedade de Assistência Escolar Eugénio de Castro Rodrigues, que por sua vez sustentava uma das maiores cantinas do país, a Escola Central nº 1 de Lisboa, onde na EF eram abordadas as temáticas do robustecimento do organismo, da alimentação e dos banhos, dos apetrechos ginásticos e do exercício físico.

Ainda neste artigo é atribuída a responsabilidade desta obra, dedicado às crianças mais pobres da cidade, ao nome do Professor José Luiz Ribeiro, que no passado também tinha sido aluno da Escola Central nº 1.

O artigo seguinte, com data de 03 de Abril de 1938, apresenta na secção “Calendário Histórico” uma referência à criação da repartição de EF no Ministério da Instrução Pública, interposta através do Decreto-lei 21:034 em Março de 1932.

Um ano depois, a 12 de Março de 1939, a revista presta o seu reconhecimento ao Ministro da Educação Nacional, Dr. Carneiro Pacheco, pela iniciativa na criação do INEF, pedindo ainda aos professores que a ginástica comece a ser praticada nas escolas, apoiada nos aspetos recomendados pelo bom critério, preparando os “homens de amanhã”. Esta iniciativa foi ainda mais valorizada pela revista, devido ao fraco nível físico das crianças portuguesas, que cada vez mais eram vítimas do flagelo da tuberculose.

No seguimento do primeiro artigo deste conteúdo, surge, a 02 de Fevereiro de 1941, outro artigo que colocava em maior relevo a obra realizada pelo Professor José Luiz Ribeiro, na Escola Central nº1.

Esta obra compreendia uma ação pedagógica e humanitária, sendo a EF “sempre objeto do seu entusiasmo”, no ensino de milhares de crianças, muitas delas “arrancadas das ruas”. Outros projetos do dito professor, associados a esta obra, envolveram a construção do balneário e a transformação do ginásio da cantina escolar, tão essenciais à prática e implementação da EF na educação das crianças.

A 26 de Setembro de 1961, passados quase vinte anos do artigo anterior, a revista publica na secção *Notas* as conclusões do primeiro Congresso Luso-Brasileiro de EF.

Nestas conclusões é apresentada a verificação “de que a Educação Física carece de condução segura, tanto sob o aspeto científico como sob o ponto de vista moral”, devendo os professores aproveitar todas as oportunidades que as atividades físicas oferecem para a educação.

Estas conclusões recomendam ainda que as classes primárias usem preferencialmente atividades recreativas como jogos, exercícios rítmicos, dramáticos e naturais.

Ainda no mesmo artigo refere-se que o Congresso aprovou por unanimidade a necessidade dos governos Brasileiro e Português estruturarem a preparação do professor



primário, de modo a tornar efetiva e eficiente a formação física dos alunos, dada a importância que a EF infantil tem no decorrer das restantes idades juvenis.

À margem destas conclusões, a revista continua a referir que as mesmas há muito que eram sabidas e que faltava apenas integrar efetivamente a disciplina nos programas primários e do magistério primário, criando mecanismo para a sua real verificação, e apuramento da sua prática. Para tal, seria necessário convencer os futuros professores que a EF era base essencial para a edificação de uma vida saudável.

No mesmo ano letivo, a 07 de Novembro de 1960, a revista publica um artigo de apoio aos professores, com instruções e sugestões complementares para a execução dos novos programas do Ensino Primário, legislados pelo Decreto-lei 42-994 de 28 de Maio de 1960.

No primeiro ponto deste artigo é referido que seria obrigatória, no ano letivo 1960/61 para a primeira e segunda classe, a disciplina de EF.

Complementando esta obrigatoriedade é ainda apresentado no ponto catorze que a disciplina exigia uma preparação especial dos professores, bem como a existência de materiais que nem sempre as escolas possuíam. Esta preparação e carência de recursos eram justificadas com facto de algumas matérias do programa terem sido constituídas para serem abordadas em instituições oficiais, como a MP, dotadas das condições materiais e pessoal qualificado necessário à execução integral e adequada dos programas.

Não obstante, eram recomendados para a EF na escola primária os jogos tradicionais, os jogos de destreza, corrida e força e alguns jogos sensoriais, sob orientação do professor, de modo a aproveitar os tempos letivos reservados à EF. Para tal, recomendava-se ainda o recurso aos alunos mais aptos, na exemplificação dos exercícios, bem como a utilização do mesmo professor para mais que uma classe.

A implementação da EF volta a estar demonstrada na primeira página, desta vez na publicação de 14 de Setembro de 1964. Esta publicação apresenta a reorganização do ensino nas províncias ultramarinas, incluindo-se a EF nos programas das colónias portuguesas.

Três anos depois, a 20 de Fevereiro de 1967, é apresentado o edifício da primeira escola primária piloto, dos países associados da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico - O.C.D.E., instalada em Mem Martins.

Esta escola-piloto procurava incrementar um teor moderno, familiar e ativo na educação das crianças, colocando à experiência algumas medidas, como por exemplo a coeducação de géneros e um horário fixo de atividades das nove às quinze horas. Para além disto o edifício da Escola Primária Piloto de Mem Martins possuía nas suas instalações vestiários e um salão dedicados à disciplina de EF.

Ainda no mesmo ano civil, mas já no novo ano letivo, a revista volta a apresentar na primeira página dois artigos na secção *Notas*, mais concretamente a 04 de Dezembro de 1967.

Num primeiro momento a revista afirma que a EF ainda ocupa um lugar escasso na escola primária, devido à inexistência de provas de exame que aferissem o trabalho desenvolvido, não sendo assim cumpridos integralmente os programas. No seguimento desta afirmação a revista reforça a importância da disciplina no desenvolvimento harmonioso do corpo e na expansão das atividades psicomotoras, solicitando aos professores que lhe atribuam a devida atenção.

Segundo a revista, bastava instalar nos pátios de recreio aparelhos rudimentares que estimulasse as crianças “a saltar, transportar, escorregar, pendurar-se”. Para além disto são ainda apresentadas as matérias de voleibol e basquetebol, que tendo em conta a redução da altura da rede e do cesto e da dimensão da área de jogo, poderiam ser realizadas com sucesso na EF.

Exatamente três anos após a publicação anterior, a revista publica em toda a primeira página um artigo inteiramente dedicado à EF.

Neste artigo de 04 de Dezembro de 1970 volta a ser exposto que os professores primários não têm dado à disciplina “o interesse e as atenções que ela, indubitavelmente, merece.” Desta vez o motivo apresentado prende-se com o “tradicionalismo” e com a “rotina” nos métodos e processos de ensino, pelos quais os novos professores foram instruídos quando eles próprios frequentaram a escola primária, sem se convencerem “que a ciência da educação enveredou por novos caminhos”.

No seguimento da repetição do reforço relativo aos benefícios da EF na vida das crianças, principalmente no Ensino Primário, a revista volta igualmente a apelar aos professores que reúnam esforços na orientação das suas práticas educativas, de acordo com princípios científicos e pedagógicos que lhes foram inculcados.

Na génese deste artigo está um comentário do então Ministro da Educação Nacional, aquando da receção da Comissão Executiva do Comité Olímpico Português, afirmando que o desporto em Portugal se encontrava numa fase primária e que a “preparação olímpica deveria começar na escola primária.”

Passados três meses do apelo da revista aos professores, para que a implementação da EF fosse uma realidade na escola primária, a revista refere, a 30 de Março de 1971, que a efetivação da EF no Ensino Primário iria sofrer um impulso decisivo. Isto porque o então Ministro Veiga Simão instituía um grupo de trabalho, num só organismo, com competências disseminadas por vários departamentos, de modo a resolver e agir sobre o problema.

No seguimento do artigo anterior, a 04 de Setembro de 1971, a revista desenvolve, nos dois primeiros artigos da primeira página, a estratégia do grupo de trabalho constituído pela Direção-Geral de EF e dos Desportos. Esta estratégia consistia na formação pedagógica de aproximadamente três mil professores primários, em zonas prioritárias de ação, orientados por outros 30 professores primários, detentores do Curso de Instrutores de EF. De acordo com a revista esta ação iria enquadrar cerca de cem mil crianças na prática adequada da EF.

Para a revista, apesar dos esforços da MP, a EF continuava a ter um papel precário na maior parte das escolas. No entanto, com este movimento, as novas determinações tinham melhores probabilidades de eficácia na transformação da EF numa atividade primordial, passando assim para um primeiro plano na educação das crianças.

No final do mesmo ano letivo, a 20 de Maio de 1972, a revista revela que os Movimentos Educativos de cooperação entre escolas e professores começam a ter resultados frutuosos, sendo que a EF na escola primária começava a ganhar um ritmo válido e uma orientação global aceitável.

Passado um mês, na publicação de 20 de Junho de 1972, é descrito que as movimentações escolares despertaram muitos professores, mostrando-lhes que era possível fazer muito mais, mesmo com equipamentos cheios de carências, referindo que a disciplina de EF parecia ter chegado finalmente à Escola Primária.

No último artigo deste conteúdo, a 20 de Março de 1974, e passados dois anos dos movimentos educativos organizados pela Direção-Geral da EF e dos Desportos, a revista revela, no primeiro artigo da secção *Notas*, e na sua primeira página, que a EF é então uma realidade na escola primária. Este facto é verificado através das demonstrações de exercícios e atividades físicas coletivas, realizadas em doze distritos dos País, movimentando cem mil crianças das escolas. Para além disto, é ainda apresentado que três mil professores já tinham beneficiado dos cursos que a Direção-Geral de EF e Desportos tinha vindo a organizar.

As conclusões que se podem retirar deste conteúdo encaminham para a ideia de que, durante todo o período de pesquisa, apenas nos últimos dois anos – 1972 a 1974, é que a EF começou realmente a ser efetivada e implementada de forma pedagogicamente correta na escola primária.

Não obstante, a revista procura, através dos diversos artigos, despertar os professores para a importância da disciplina no futuro dos alunos, não só através de artigos de primeira página dedicados à disciplina, como através de outros mais pequenos na secção *Notas*. Para além disto, faz menção a boas práticas e medidas em prol da implementação da disciplina e dos seus benefícios educativos.

No entanto, apenas com os Movimentos Educativos, promovidos pelo ministro Veiga Simão e expandidos pela Direção-Geral da EF e Desportos, através da orientação de milhares de instrutores de EF na formação de outros tantos professores primários, é que surge o relato na revista de uma efetiva implementação e prática eficaz da disciplina na escola primária.

Por fim, o último conteúdo da subcategoria da EF, constituído apenas por um artigo, apresenta um pequeno exemplo de uma aula de EF na escola do magistério primário de Benfica, no artigo da publicação de 08 de Janeiro de 1933, na secção *Notas*.

O exemplo apresenta uma aula de ginástica do Dr. Ferreira Duarte, descrita como “uma lição bela, sem acrobatismos, erma de espalhafatos, dentro de todas as linhas de um verdadeiro ensinamento físico, sadio e fortalecedor”.

Analisando o exemplo descrito, é passível de se verificar uma ligeireza na execução daquilo que poderia ser bem mais completo, no que respeita à apresentação de uma aula de EF para professores do magistério primário. Para além disto, é passível de se sentir um enaltecimento ligeiramente exacerbado por parte da revista, relativamente ao teor da aula apresentada.

Por outro lado, tendo em consideração a análise já realizada ao conteúdo anterior, relativamente ao desenvolvimento e implementação da EF, é compreensível que no ano de 1933, o conhecimento científico da disciplina e a formação dos professores associada, fosse, de certa forma bastante incompleto e reduzido.

## 2.4. Formação de Professores

A categoria da formação de professores, como apresentado no Gráfico 2 é composta por vinte referências que por sua vez dão origem a catorze artigos da REN.

Os artigos recolhidos abordam conteúdos referentes à disciplina de EF na formação de professores primários, durante o período do Estado Novo.

A análise realizada permitiu organizar os artigos recolhidos, inserindo-os em três conteúdos diferentes, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 9 – Referências dos artigos da categoria Formação de Professores nos respetivos conteúdos

	Conteúdos da categoria 4 – Formação de Professores		
	Cursos de professores com EF	Carências de EF na formação de professores	Iniciativas formativas de EF para professores primários
Referências na REN	(23) 1934/09/30 (pág. 06)	(23) 1934/06/03 (pág. 01)	(55) 1961/01/30 (pág. 01)
	(24) 1935/06/23 (pág. 06)	(28) 1938/08/14 (pág. 05)	(61) 1967/08/28 (pág. 02)
	(34) 1943/05/23 (págs. 10 e 11)	(55) 1961/03/27 (pág. 01)	(61) 1967/09/11 (pág. 02)
	(43) 1950/12/24 (págs. 05 e 06)		(63) 1972/10/04 (pág. 01)
	(44) 1951/08/11 (págs. 04, 05 e 06)		
	(45) 1952/08/11 (págs. 03 e 04)		
	(47) 1953/08/24 (págs. 05 e 06)		

(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Analisando a tabela anterior verifica-se que o conteúdo referente aos cursos de professores, em que a disciplina de EF é incluída, tem maior destaque nesta categoria, com sete artigos.

Seguem-se ao anterior, o conteúdo referente a iniciativas formativas de EF para professores primários com quatro artigos, e por último o conteúdo que engloba os artigos referentes às carências de EF na formação de professores.

Relativamente ao conteúdo dos cursos de professores com EF, é possível analisar que a dispersão dos artigos publicados assume maior relevo no início da década de cinquenta, com quatro artigos publicados sobre este conteúdo. No entanto, a partir de 1953 deixa de se verificar qualquer referência a este assunto nas publicações da REN.

Seguindo a ordem de recolha dos artigos na revista, o artigo de 1934 apresenta os nomes dos professores, bem como a sua especialidade, do curso do Magistério do *Instituto Normal Primário do Porto*. Nesta publicação, é apresentado o tenente Dário Tamegão, como docente da disciplina de EF, do curso de professores primários.

Passados nove meses da publicação anterior, a REN apresenta os programas das disciplinas comuns aos cursos do magistério elementar e magistério infantil. Nesta publicação são anunciados os “interesses motores”, inseridos na disciplina de “Psicopedologia”. Os “interesses motores” são apresentados como a “evolução dos movimentos até chegar aos movimentos coordenados e voluntários. Aquisição de hábitos. Destreza manual. Verticalidade e marcha”.

São ainda apresentados nesta publicação, na disciplina de “Psicopedologia”, as “atividades espontâneas”, inseridas dentro dos “interesses concretos”. Estas atividades abordam a “atividade lúdica” e a “importância dos jogos no desenvolvimento da criança”.

Apesar da ocorrência esporádica da disciplina de EF nos cursos do magistério primário, é no ano de 1943, na publicação de 23 de Maio, que a EF surge representada com um programa concreto das escolas do magistério primário, abordando “Noções sumárias da teoria da Educação Física”, bem como a “Prática da ginástica, jogos e campismo”.

No programa exposto, a apresentação da “Prática da ginástica, jogos e campismo” é dividida em três matérias. A primeira é referente à ginástica e jogos educativos, a segunda aos jogos desportivos e a terceira ao campismo.

Relativamente à ginástica e jogos educativos são expostos e desenvolvidos os seguintes exercícios:

- Exercícios de ordem;
- Exercícios de pescoço;
- Exercícios de tronco;
- Exercícios de membros superiores;
- Exercícios de membros inferiores;
- Exercícios de suspensão e apoio;
- Exercícios de equilíbrio;

- Exercícios de corrida;
- Exercícios de saltos;
- Jogos educativos de marcha, corrida, suspensão, equilíbrio, levantar, transportar, lançar, saltos, de flexibilidade e destreza, de ataque e defesa.

Na matéria dos jogos desportivos são apresentados os exercícios preparatórios, e os jogos de voleibol, basquetebol e andebol.

Relativamente à terceira e última matéria apresentada – Campismo – é feita a divisão em dois pontos. O primeiro é relativo aos conhecimentos e técnicas necessárias à prática de campismo, enquanto o segundo é referente à abordagem prática como campista, englobando as marchas e o acampamento propriamente dito.

De acordo com as instruções apresentadas no programa, as “noções sumárias de teoria de educação física” eram dadas nas primeiras oito lições do 1º semestre. Posteriormente, e em todos os semestres, estas lições eram seguidas de uma lição de jogos desportivos e duas dedicadas a ginásticas e jogos educativos. A prática do campismo e a transmissão dos conhecimentos técnicos associados eram lecionados aos sábados. As lições começavam obrigatoriamente por exercícios ligeiros, seguidos de outros mais intensos, terminando com exercícios suaves, sendo que apenas seriam adotados exercícios e formas de exercício “considerados uteis para o individuo e para a Nação”.

O curso do magistério primário era composto por três semestres e tinha um máximo de trinta e cinco participantes de ambos os géneros.

O horário das lições de EF contemplava o período de alimentação dos participantes, ou seja, as lições nunca poderiam acontecer quando os alunos estivessem em jejum, ou quando ainda não tivessem passadas três horas das principais refeições.

As indicações para a prática das aulas refere que as lições deveriam ser dadas “em sala bastante ampla, e bem iluminada e arejada, ou, quando o tempo o permitir, ao ar livre”.

Após sete anos da publicação anterior, a revista apresenta na sua “Secção Oficial” um artigo referente aos “Cursos de Aperfeiçoamento do Magistério Primário”.



Estes cursos destinavam-se a “conservar e ampliar a formação recebida nas escolas do magistério primário pelo estudo dos problemas pedagógicos e culturais e integração da escola nas realidades do meio em que se encontra”. A sua realização era efetuada no decurso de cada ano letivo, em todos os distritos escolares, “de preferência nas sedes de concelhos” e de acordo com as escolas do magistério primário.

Os principais assuntos tratados nos cursos de aperfeiçoamento, no ano letivo da presente publicação – 1950/1951 – foram: a “Interpretação dos programas”, a “Iniciação à leitura, do cálculo e da escrita”, “Palestras sobre os princípios fundamentais da educação” e o “Ensino da Moral nas escolas”.

Os últimos três artigos relativos a este conteúdo consistem no lançamento anual – em Agosto de 1951, 1952 e 1953 - do edital do INEF, com as condições de admissão à matrícula, número de vagas, documentação necessária e provas de admissão, para o curso de professores de EF.

Este curso tinha anualmente trinta vagas para professores e quinze vagas para professoras.

As condições de admissão à matrícula passavam por ter nacionalidade portuguesa, ter idade mínima de dezoito anos e máxima de trinta na data da matrícula, ter o curso liceal como habilitação mínima, “dar garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado e defender os princípios fundamentais da ordem política e social estabelecida pela Constituição”, “possuir qualidades físicas, idoneidade moral e formação cultural” que garantissem uma boa preparação profissional, e por último “ser considerado apto por um exame de aptidão destinado a avaliar a robustez e saúde do candidato e a sua disposição para os exercícios físicos-educativos”.

As provas destinadas a avaliar a robustez e saúde dos candidatos, bem como a sua disposição para os exercícios físicos-educativos compreendiam a realização de um exame médico biométrico, um exame de aptidão física e uma prova de redação.

O exame médico era realizado após a execução do exame de aptidão física, caso o candidato fosse considerado apto. A prova de redação consistia num “assunto de história da pátria ou tema político-social tratado no curso completo dos liceus”.

Por sua vez o exame de aptidão física era composto por diversas provas de diferentes modalidades, em que os candidatos tinham de atingir patamares específicos, com valores diferentes em função do género do candidato.

Para os homens as provas e os pré-requisitos eram os seguintes:

- Corrida de 100 metros no tempo máximo de 14 segundos e meio;
- Corrida de 1000 metros no tempo máximo de 4 minutos;
- Lançamento do peso de 5 quilogramas a uma distância mínima de 8 metros;
- Tregar uma corda vertical até à altura de 6 metros;
- Atravessar, em equilíbrio, uma trave de ginástica com 6 centímetros de espessura, colocada a 160 centímetros do solo;
- Transpor, com um salto e sem apoio, um obstáculo fixo com 1 metro de altura;
- Transpor, com um salto e sem auxílio de corda ou vara, uma vala de 3 metros de comprimento;
- Subida de frente na trave, sem apoio dos pés e com as mãos em oposição;
- Transpor um Plinto de cinco caixas, com apoio das mãos e afastamento das pernas;
- Natação – atravessar uma piscina de 33 metros, sem tempo definido.

Para as senhoras as provas e os pré-requisitos eram os seguintes:

- Corrida de 60 metros no tempo máximo de 12 segundos;
- Lançamento de uma bola pequena, com a massa de 60 a 80 gramas, a uma distância mínima de 15 metros;
- Suspensão facial, com progressão lateral à esquerda e à direita;
- Atravessar, em equilíbrio, uma trave de ginástica com 6 centímetros de espessura, colocada a 120 centímetros do solo;
- Saltar por cima de uma corda ou fasquia colocada à altura mínima de 80 centímetros;

- Realizar um dos três saltos seguintes, à escolha da candidata – salto de plinto, entre mãos, a 90 centímetros de altura, salto barreira, por cima de uma trave de ginástica, colocada a 90 centímetros de altura, ou salto de *bock* a 1 metro;
- Natação – atravessar uma piscina de 33 metros, sem tempo definido.

O equipamento obrigatório para os homens e para as senhoras era semelhante, variando apenas nos calções para os homens e no fato para as senhoras. O restante equipamento consistia no uso de sapatos de ginástica e fato de natação, sendo facultativo o uso de sapatos de atletismo nas provas de campo.

O júri das provas era constituído por três professores das cadeiras de Ginástica e Jogos Desportivos, sendo um substituído pela professora de Ginástica Feminina no caso de se tratar de um exame para senhoras.

A classificação final atribuída aos candidatos baseava-se na execução dos exercícios físicos exigidos pelo júri, na classificação obtida na prova de redação e na classificação registada nos documentos que se referem às habilitações mínimas exigidas.

Os candidatos estavam automaticamente excluídos caso obtivesse menos de 10 valores em qualquer um dos critérios de classificação referidos no parágrafo anterior.

Para além dos três artigos idênticos, publicados na revista no mês de Agosto de 1951, 1952 e 1953, não foram recolhidos quaisquer referências às condições de acesso ao curso de Professores de EF do INEF.

O segundo conteúdo apresentado na Tabela 9, referente às carências de EF na formação de professores, apresenta três artigos nos anos de 1934, 1938 e 1951.

O primeiro artigo, da publicação de 03 de Junho de 1934, surge na primeira página da revista, na secção *Notas* e apresenta a opinião do Sr. Dr. Francisco de Miranda, Director da Escola Comercial de Patrício Prazeres, apontando que um dos maiores males da organização do Ensino Técnico Profissional é “não se cuidar a sério da educação de milhares de alunos, especialmente sob o aspeto da educação física e cívica”. Em concordância com o Professor a

REN refere ainda que falta “uma grande dose de educação física, cívica e moral, para que a escola crie o corpo sadio, dentro da alma forte”.

O segundo artigo, referente à publicação de 14 de Agosto de 1938, apresenta um “Parecer sobre a proposta de lei nº 187”, anunciando na “análise da Base V” que “a educação física não deve ficar exclusivamente a cargo dos professores”, e que os médicos devem regular os exercícios em harmonia com a resistência das crianças, correndo-se o risco de, “sem o concurso do médico, a educação que os agentes do ensino, por seu turno, ministrarão às crianças venha a ser mais fatigante que formativa”. É ainda apresentado nesta análise, que as escolas devem ser providas de lugares para monitores de EF, com o intuito de fiscalizar e orientar os professores.

Passados vinte e três anos, no artigo da primeira página da publicação de 27 de Março de 1961, a revista continua a manifestar as suas preocupações relativas às carências na formação do pessoal docente.

Esta manifestação surge em resposta a uma declaração do então Subsecretário da Educação Nacional, referindo que “a cultura musical, o desenho e a educação física têm andado minimizados em todos os graus de ensino”, não sendo possível naquele tempo desenvolve-las nas escolas, “principalmente as do canto coral e educação física”.

Na visão da revista estas disciplinas eram “altamente influenciadoras na disciplina por serem criadoras do sentimento de equipa e de colaboração, de obediência e ordem”, referindo ainda que, com os meios que existiam naquele tempo nas escolas, se podia fazer bastante mais no ensino da EF e musical.

Para a revista a não leção destas disciplinas, por parte dos professores, consiste numa deficiente execução dos programas do Magistério Primário, responsabilizando “as instituições ou entidades que não souberam criar no agente de ensino a intenção, o conceito interior, a força mental e moral necessária para realizar o que nos programas se encontrava rubricado”, principalmente devido à carência de meios técnicos e ideais afetivos, que este aspeto de ensino precisava para a sua expansão.

Por último, neste artigo, a revista propõe ainda “uma reorganização profunda e eficaz nas Escolas do Magistério Primário”, referindo que o funcionamento destas não corresponde “a

um fim verdadeiramente construtivo”, tal como era exigido pela comunidade educativa daquele tempo.

Em oposição ao conteúdo anterior, e já numa fase final do período de pesquisa – Janeiro de 1961, Agosto e Setembro de 1967 e Outubro de 1972, surgem quatro artigos relativos a iniciativas formativas de EF para professores do Ensino Primário.

O primeiro artigo surge na secção *Notas*, na primeira página da publicação de 30 de Janeiro de 1961, e refere que no final do ano de 1960 foram efetuados cursos de atualização de conhecimentos de EF, dirigidos a professores primários, nas colónias Indianas de Goa, Margão, Damão e Dio. É ainda apresentado que estes cursos foram conduzidos por um professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e outro do INEF.

Passados seis anos e meio da anterior publicação, com data de 28 de Agosto de 1967, é apresentado um convite realizado a professores primários para frequentarem o curso de EF, sendo-lhes conferidas facilidades e bolsas.

Para a revista “é bem necessário que o professor primário tenha noções mais completas sobre a educação física do que aquelas que traz das Escolas do Magistério Primário e as conferidas pela MP”.

Esta iniciativa de pouco dispêndio procurava preparar agentes de EF bem mentalizados, que por sua vez iriam contribuir para o desenvolvimento físico das crianças.

No seguimento deste artigo, a publicação de 11 de Setembro de 1967, volta a referir que no ano letivo seguinte seria facilitada, “mediante a concessão de bolsas de estudo, a frequência do curso de instrutores de educação física a vinte professoras primárias”.

Por sua vez estas vinte professoras seriam instrutoras de outras, por intermédio de cursos acelerados ou conferências, com o intuito de se ir “afeiçoando o espírito das professoras ao culto da harmonia física e ao sentido didático” da EF.

O último artigo deste conteúdo surge na publicação de 04 de Outubro de 1972, onde é referido na primeira página da revista que “continua o esforço para implementar eficazmente na escola primária a educação física”.

Para tal é apresentada uma iniciativa do Ministério de Educação Nacional, que consistiu na realização de cursos de verão, com o nome de “Férias Desportivas”, que decorreu em Lisboa, no Centro de Estágios do Estádio Nacional, em Coimbra e no Porto, e que contou com a participação de mais de cem professores.

O curso de Lisboa foi dirigido pelo professor Valdemar Caetano, e os professores que nele participaram “receberam orientação especializada para as quatro modalidades mais adequadas aos níveis etários dos estudantes: luta, minibasquetebol, andebol e atletismo”.

À semelhança do artigo anterior, “o objetivo principal foi a formação de professores-monitores em regime acelerado”, procurando posteriormente “orientar outros professores transmitindo as noções recebidas e práticas respetivas”.

São ainda apresentadas, nos artigos desta publicação, as conclusões finais dos trabalhos realizados nos cursos, onde é referido, com a concordância de todos, que as escolas deveriam ter parques de jogos com o material indispensável à prática das atividades apresentadas acima.

Através da análise realizada aos diferentes conteúdos apresentados nesta categoria, é possível concluir que a visão da revista relativa à formação de professores primários, no que diz respeito à disciplina de EF, foi sofrendo alterações ao longo do tempo.

Inicialmente a disciplina de EF, nos cursos do Magistério Primário era abordada de forma subjetiva, facto que foi sendo modificado nos programas posteriores, até que no início dos anos cinquenta são apresentados os cursos específicos de EF do INEF. Estes cursos abordaram de forma muito mais aprofundada a EF, através da preparação de professores em conteúdos e matérias adequadas às reais necessidades dos alunos do Ensino Primário e do ensino nacional.

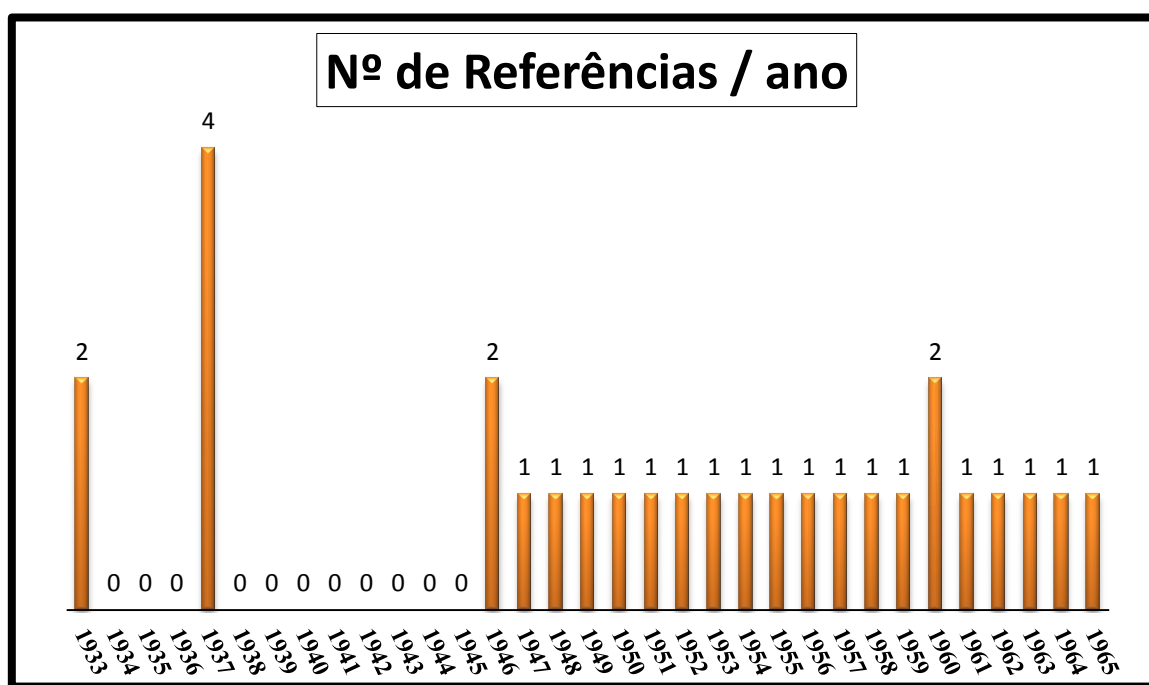
É ainda verificada, numa fase mais posterior da pesquisa, a preocupação da revista em apresentar algumas lacunas na formação inicial dos professores primários, relativamente à efetiva implementação disciplina de EF nas escolas primárias, apresentando em alternativa algumas iniciativas com o objetivo de promover a disciplina, através da formação contínua dos professores, que por sua vez iriam transmitir este conhecimento a outros professores, nos seus distritos, por intermédio de cursos acelerados ou conferências.

## 2.5. Bibliografia Recomendada

A presente categoria pretende demonstrar de forma concreta quais os livros de apoio à disciplina de EF, que foram apresentados e recomendados pela REN, ao longo do período pesquisado.

O gráfico seguinte apresenta a dispersão das referências recolhidas ao longo das publicações pesquisadas na revista.

Gráfico 8 – Distribuição de referências da categoria Bibliografia Recomendada



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Através do gráfico anterior verifica-se que a recomendação de bibliografia de apoio aos professores apresenta um pico no ano de 1937, no entanto é entre os anos de 1946 e 1965 que esta recomendação se torna mais frequente e constante.

Entre os anos de 1934-1936, 1938-1945 e após 1965 não foram recolhidas quaisquer referências com recomendações da revista sobre bibliografia de apoio à disciplina de EF. Deste modo, é possível analisar que nos 42 anos pesquisados, apenas 22 anos apresentam sugestões a livros de apoio à EF, ou seja, pouco mais de metade dos anos de pesquisa.

Analisando os anos que apresentam duas referências no mesmo ano, verificou-se que a referência extra aborda a mesma bibliografia recomendada no mesmo ano, com exceção do ano de 1960, em que a referência extra consiste na recomendação da revista, aos professores, em adquirirem os novos programas do Ensino Primário.

No ano de 1937 são apresentadas quatro referências a dois livros diferentes que, à semelhança dos anteriores também são recomendados por duas vezes no mesmo ano.

De forma concreta os livros recomendados aos professores, educadores e leitores da revista foram os seguintes:

- 1933 – “Quadro de Movimento de Educação Física, Gimnástica Educativa – Natação” do Capitão A.T.S. Fonseca. Este livro é apresentado como muito útil para todas as escolas, com um quadro de exercícios preparatórios e fundamentais de ginástica sueca e natação. O preço associado à aquisição deste livro tinha o custo 1\$00;

- 1937 – “Brincar, Jogar, Cantar – A Gimnástica Educativa na Escola Primária” de Octávio Henrique de Carvalho, Director do colégio Pedro Nunes, em Espinho, e professor de EF do Liceu de Aveiro. O preço associado à aquisição deste livro tinha o custo 4\$00. Ainda sobre este livro, a REN transcreve na página 10, da sua edição de 09 de Maio de 1937, um artigo da revista *Labor*, definindo a obra do autor como um “elegante volume”, com as noções indispensáveis para ensinar ginástica educativa na Escola Primária, a alunos com idades entre os 8 e 12 anos. Neste artigo, o livro coloca em evidência o valor da EF, ensinando ainda os professores primários, “desprovidos de aparelhos próprios de mensuração” a realizar um ligeiro exame antropométrico dos alunos, com recolha da altura, peso e perímetro torácico. É ainda referido que o livro serve-se de “gravuras esquemáticas muito elucidativas” para exemplificar uma lição, bem como a referência ao valor educativo dos jogos, enumerando “cinco modalidades que as crianças das escolas primárias podem realizar com vantagem”;

- 1937 – “A Higiene na Escola Primária”, do Dr. José Crespo. Este livro é constituído por duas partes. A primeira parte é respetiva à higiene na habitação escolar. A segunda parte é dividida em três alíneas, sendo que a primeira é especificamente referente à formação física. O preço associado à aquisição deste livro tinha o custo 2\$50;



- A partir de 1946 surge uma secção na REN, com o nome de *Biblioteca Pedagógica*, que no início de todos os anos letivos, em Outubro, publicitava um vasto conjunto de livros, manuais e estudos, de diversos autores. Entre estes foram apresentados, até 1965, os mesmos três livros de apoio à disciplina de EF.

O primeiro tinha o nome de “Educação Física – Guia prático do Prof. Instrutor dos Lusitos”, de J. Reis Chorão, com um custo associado de 4\$00.

O segundo consistia na insistência da recomendação do mesmo livro já apresentado pela revista em 1937 - “Brincar, Jogar, Cantar – A Gimnástica Educativa na Escola Primária” de Octávio H. de Carvalho, com o mesmo valor associado anteriormente.

Por último, a revista recomendava ainda a todos os professores e educadores o livro “Crianças escolares”, de Mário Monteiro, com conteúdos sobre a EF, a alimentação, o crescimento, as infeções, entre outras. O custo associado à encomenda ou compra direta deste livro foi o mais elevado de todos os recolhidos, que continham conteúdos relacionados com a disciplina de EF, com um valor de 12\$50;

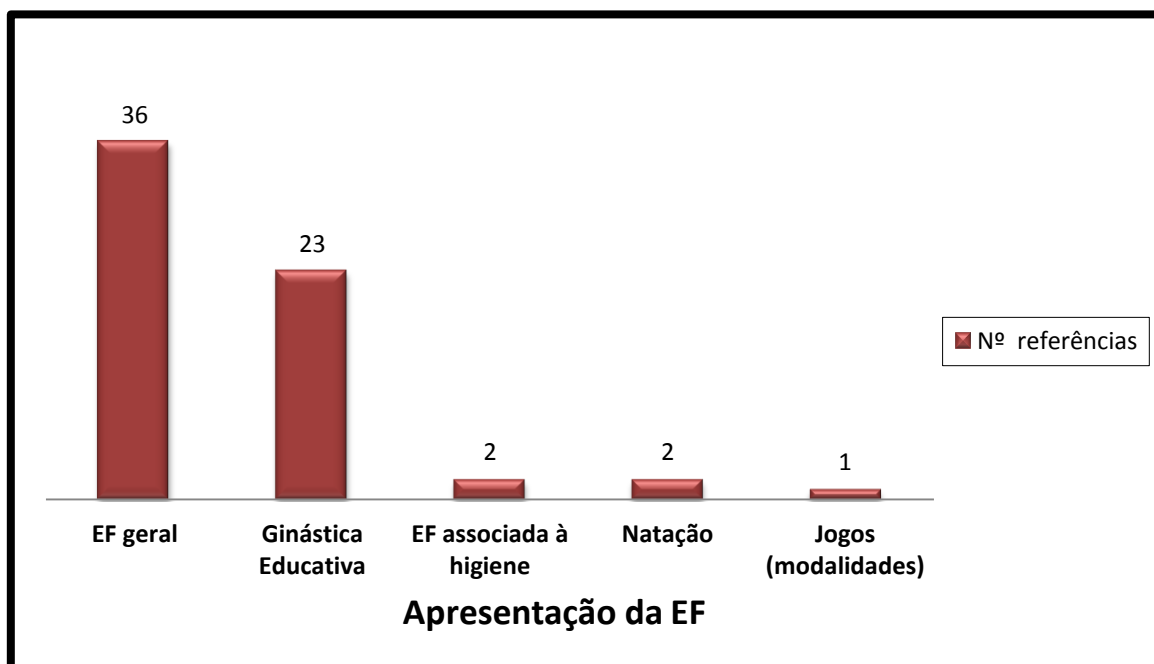
- Em 1960 é ainda apresentado, pelo preço de 5\$00, a separata do Diário do Governo nº125 1.ª série de 28/05/1960, que publica os novos programas do Ensino Primário, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 42 994.

Todos os livros recomendados podiam ser adquiridos na Livraria Editora Educação Nacional – inicialmente na Rua do Almada, 125 e posteriormente na Rua das Oliveiras, 75, Porto, ou encomendados por correio, mediante o pagamento do valor respetivo a cada uma das diferentes obras. Nalguns casos os manuais tinham um desconto associado para professores.

Analisando o conteúdo desta categoria é possível verificar que todos os livros e manuais de apoio à disciplina de EF foram elaborados por pessoas do género masculino, contrariando a tendência feminina no que diz respeito à lecionação das aulas do Ensino Primário.

O gráfico seguinte pretende apresentar uma contagem da forma como a disciplina de EF é enunciada na bibliografia recomendada, pela REN.

Gráfico 9 – Balanço da apresentação da EF na bibliografia recomendada da revista



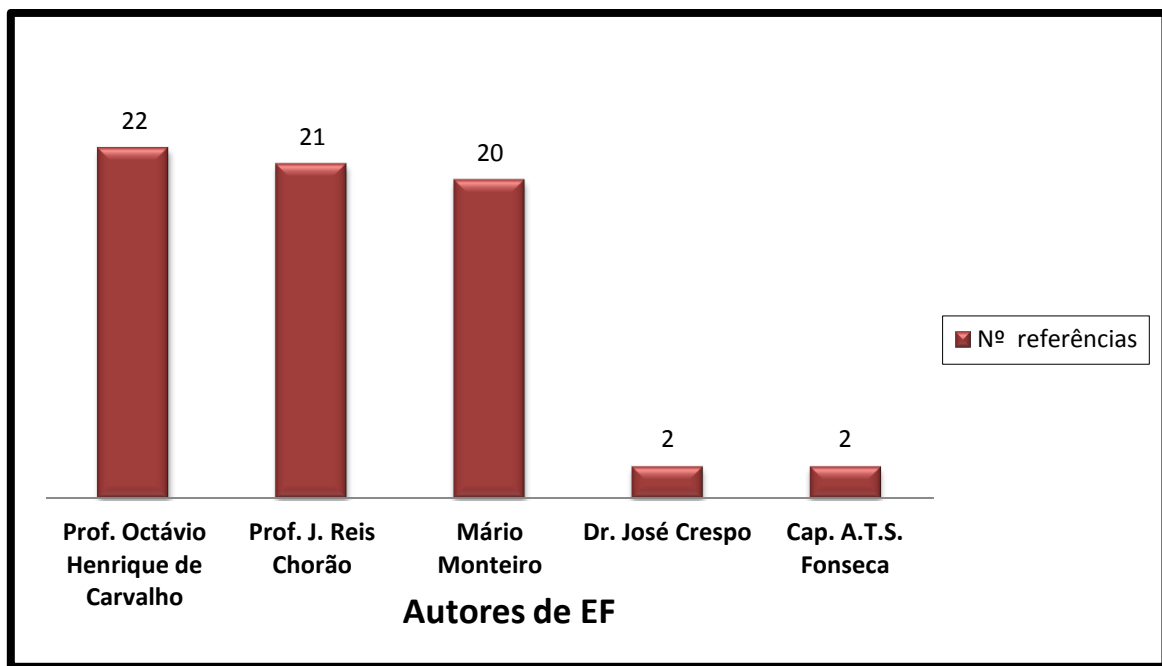
(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Como é visível no gráfico anterior, a principal forma de apresentação da EF na parte bibliográfica da revista é a EF geral, seguida da Ginástica Educativa. Estas duas formas de apresentação tiveram o maior destaque devido à sua repetição, no início dos anos letivos, em Outubro, entre 1946 e 1965.

A Natação, a EF associada à higiene e os jogos associados às modalidades também surgem na apresentação da disciplina, no entanto, com uma relevância muito menos significativa que as anteriores apresentações.

De forma a concluir a análise desta categoria, apresenta-se de seguida um gráfico com os autores que, por mais vezes, surgem associados à bibliografia recomendada de EF, na REN.

Gráfico 10 – Balanço dos autores de EF na bibliografia recomendada da revista



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

À semelhança do observado no Gráfico 9, existe uma discrepância de valores entre os autores com maior número de referências e os restantes, devidos aos motivos apresentados anteriormente. Ou seja, a repetição da mesma bibliografia de suporte entre os anos de 1946 e 1965.

Por outro lado a diferenciação entre os autores com maior número de referências consiste na repetição da mesma bibliografia recomendada, tal como apresentado na análise do

Gráfico 10. Mais concretamente o livro do Professor Octávio Henrique de Carvalho que surge por duas vezes no ano de 1937, e o livro do Professor J. Reis Chorão que surge por duas vezes na mesma publicação de 06 de Outubro de 1946, em diferentes secções da revista.

## **2.6. Apoio Pedagógico a Professores**

A categoria de apoio Pedagógico a Professores baseia-se na recolha das referências e artigos que contêm material de suporte, nomeadamente, exemplos de planos de lições onde a EF era incluída, e que a REN disponibilizava nas suas edições, de modo a serem implementadas pelos professores primários nas escolas nacionais. Para além disto apresenta ainda um exemplo de uma prova prática referente aos exames dos alunos, contemplando a disciplina de EF.

Esta categoria é composta por dezanove referências, que por sua vez originam dez planos de lições e um exemplo de uma prova prática.

Relativamente à dispersão dos planos de lições, que ao longo do período de pesquisa contemplaram a EF, analisou-se que apenas nos dois primeiros anos da pesquisa, referentes aos anos letivos de 1933/34 e 1934/35, é que a REN publicou este tipo de conteúdo de apoio aos professores. Mais concretamente, com referências nos meses de Janeiro, Fevereiro, Abril, Maio, Julho e Dezembro de 1933, sendo que no ano de 1934 apenas surge um exemplo de um plano de lição, no mês de Março.

O apoio aos professores na forma de exemplo da prova prática a realizar aos alunos, e com referência à disciplina de EF, surge com bastante tempo de distância, nomeadamente a 15 de Junho de 1964.

No total, as referências recolhidas na revista englobam nove planos de lições, abrangentes à disciplina de EF, para a primeira classe, na secção “Planos de Lições”, e um plano de lição para a quarta classe na secção “Em volta da Escola Ativa”.

Os autores dos planos de lições apresentados nesta categoria são o Professor Dâmaso Romão Carneiro, responsável pela apresentação dos nove planos de lições da primeira classe e o colunista da REN, Domingos Evangelista, com a exposição do exemplo referente à lição diária da quarta classe.

No lançamento da sua colaboração com a REN, através da coluna “Planos de Lições”, o Professor Dâmaso R. Carneiro refere que pretende prestar um serviço “àqueles que se preparam para o exercício do Magistério Primário”, orientando-se pela sua “prática de dezoito anos em

contacto direto com as crianças, e ainda norteado pelos princípios estabelecidos pelas ciências pedagógicas”<sup>1</sup>

Nos “Planos de Lições” a EF é apresentada como “Cultura Física”, com exceção do exemplo do 22º Plano da 1ª classe, e do exemplo do quarto ano, que a apresentam como EF. Nos “Planos de Lições” números um e dois são incluídos os exames antropométricos, no terceiro e segundo tempos letivos respetivamente.

Com exceção dos “Planos de Lições” anteriores, em todos os outros exemplos, a EF é apresentada no quinto tempo da lição diária, precedida em primeiro lugar pela “Língua Materna”, em segundo pela “Aritmética”, terceiro pela “Escrita” e quarto lugar pela “Moral” ou “Trabalhos Manuais”. No exemplo da quarta classe a ordem da lição é apresentada de forma diferente, alterando apenas a disciplina “Moral e Instrução Cívica” para o primeiro tempo e as restantes uma posição abaixo da ordem anterior, mantendo no entanto a EF no quinto e último tempo.

Após a apresentação na revista de cada quadro com os Planos de Lições, é apresentado um anexo com o nome de “Anotações”, cujo objetivo consiste na explicação e desenvolvimento dos conteúdos apresentados em cada um dos tempos. No final das “Anotações”, relativas à EF, são expostas notas a mencionar que as indicações apresentadas para a disciplina foram recolhidas do “Regulamento Oficial de Educação Física”. Mais concretamente na seguinte ordem: páginas 233 e 234; páginas 43 e 236; página 786; páginas 186 e 187; e página 239 do Regulamento Oficial de EF.

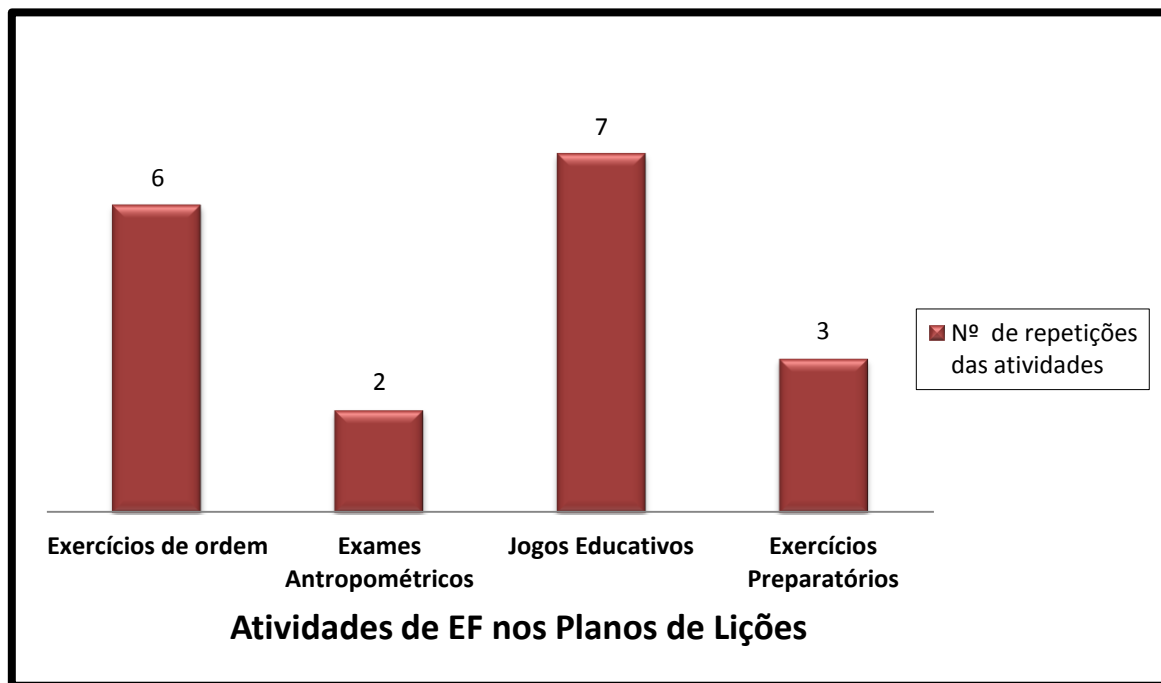
Relativamente ao plano de lição da quarta classe, correspondente à publicação de 14 de Maio de 1933, na secção “Em volta da Escola Ativa”, o exemplo apresentado pela revista consiste numa lição diária desenvolvida na Escola de Vila-Frescaínha, no concelho de Barcelos.

Através do gráfico seguinte pretende-se analisar os conteúdos recolhidos nos “Planos de Lições”, referentes à disciplina de EF.

---

<sup>1</sup> Bobine 21, de 08 de Janeiro de 1933, p. 3 do suplemento nº 46

Gráfico 11 – Balanço das atividades de EF referentes aos Planos de Lições



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Observando o gráfico anterior é possível verificar a existência de quatro tipos de atividades nos tempos dedicados à prática da disciplina de EF no Ensino Primário.

As atividades que mais vezes se repetem são os jogos educativos e os exercícios de ordem, seguidas, respetivamente, dos exercícios preparatórios e dos exames antropométricos.

De seguida analisa-se especificamente cada uma das atividades apresentadas nos “Planos de Lições”.

#### Jogos Educativos:

- Os jogos educativos são sempre sugeridos no último momento da lição de EF, normalmente precedidos dos exercícios de ordem e preparatórios, respetivamente;
- Na maioria dos “Planos de Lições” apresentados, são propostos dois jogos educativos diferentes por lição;

- No total são apresentados e descritos sete jogos educativos diferentes, com a repetição de três noutros “Planos de Lições”;

- A maioria dos jogos educativos apresentados consiste, na sua essência, em atividades físicas de coordenação e velocidade;

- Na totalidade dos jogos educativos apresentados, três tinham como base a imitação de movimentos, enquanto quatro tinham como principais objetivos a competição entre grupos diferentes e cooperação entre o mesmo grupo;

- Dos setes jogos educativos apresentados, apenas dois utilizam a manipulação de um objeto de jogo, mais especificamente a bola. No entanto, esta podia ser substituída por “sacos cheios de serradura”.

#### Exercícios de ordem:

- Os exercícios de ordem sucedem-se aos jogos educativos surgindo em seis ocasiões, sendo sempre sugeridos no primeiro momento das lições de EF;

- Devido ao exposto na secção das anotações referentes à Cultura Física do “7º Plano de Lições”<sup>1</sup>, bem como a posição destes exercícios no respetivo momento da lição, percebe-se que os mesmos pretendiam criar nos alunos rotinas de organização e concentração inicial de aula, que por sua vez poderiam possibilitar ao professor observar todos os alunos e ser observado por todos. O professor podia realizar a instrução, demonstrando ainda preocupação com as estratégias de ensino ao nível da organização;

- Ainda sobre referência apresentada no parágrafo anterior, importa referir que estes exercícios são definidos pelo seu autor por terem “uma influência essencialmente disciplinadora, devendo ser empregados em qualquer altura da lição para avivar a atenção da classe”

- As formas de organização e os exercícios sugeridos assemelham-se a exercícios militares, nomeadamente nas “marchas em fila”, no movimento conjunto dos alunos a olhar para

---

<sup>1</sup> Bobine 21, de 19 de Fevereiro de 1933, p 7

a esquerda e direita de forma alinhada, e nos exercícios a dois tempos com instruções de “direita e esquerda – volver”, batimentos de pés no final das marchas e levantamento de braços no momento das rotações;

- Estes exercícios possibilitavam ainda o desenvolvimento da coordenação de movimentos de forma multilateral, bem como aumentar as noções de ritmo dos alunos, quer a dois como a quatro tempos;

- Das seis vezes em que se verificou a recomendação dos Exercícios de ordem nos “Planos de Lições”, não se averiguaram alterações significativas na composição ou ordem dos exercícios propostos.

#### Exercícios de preparatórios:

- Nas três vezes em que se verificou a sua proposta nos “Planos de Lições”, os exercícios preparatórios foram sempre apresentados após a realização dos exercícios de ordem, precedendo os jogos educativos;

- De uma forma geral, estes exercícios consistiam em movimentos articulares compostos por rotações dos braços, mãos e quadris, flexões e rotações da cabeça à frente e à retaguarda, elevações dos calcanhares e flexões dos joelhos, e ainda por movimentos respiratórios acompanhados de elevações dos braços;

- A apresentação esporádica deste tipo de exercícios demonstra uma preocupação relativa, com a realização de um aquecimento prévio à realização de atividades de maior intensidade.

#### Exames antropométricos:

- Os exames antropométricos são sugeridos por duas vezes, nos dois primeiros “Planos de Lições” apresentados, demonstrando uma preocupação com avaliação inicial da constituição física dos alunos;

- Os exames antropométricos englobam os seguintes parâmetros:

- I) Data de observação;



- II) Peso;
- III) Altura;
- IV) Capacidade Vital;
- V) Perímetro torácico – máximo e mínimo;

- Nas anotações referentes ao 2º Plano de Lições<sup>1</sup>, são apresentadas as técnicas de medição dos parâmetros apresentados anteriormente;

- O material necessário para a realização dos exames antropométricos apresentados era o seguinte:

- I) Peso – Balança decimal;
- II) Altura – Craveira;
- III) Capacidade Vital – Espirómetro “como o de Charles Verdin” e duas embocaduras de vidro que deveriam ser desinfetadas a cada exame;
- IV) Perímetro torácico – Fita métrica inextensível;

- Relativamente ao exame do perímetro torácico, é ainda referido que o mesmo devia ser realizados apenas aos alunos do género masculino.

Analisando agora, de uma forma geral, o conteúdo das atividades apresentadas foi possível tirar as seguintes conclusões:

- Todas as atividades eram massivas, ou seja, não existe qualquer referência ao ensino diferenciado em função das aptidões dos alunos;

- As atividades implementadas foram pensadas de acordo com as condições espaciais e materiais das escolas daquele tempo;

- Não é atribuída qualquer relevância às atividades desportivas coletivas ou individuais em qualquer Plano de Lições;

---

<sup>1</sup> Bobine 21, de 15 de Janeiro de 1933, p. 8

- Na maioria das atividades enunciadas, o estilo de liderança mais apresentado é o de comando, com referência à imitação dos movimentos do professor, colocando-o ao centro ou à frente da turma;

- Em nenhum dos exemplos apresentados nos “Planos de Lições” é referida a possibilidade de articular os conteúdos da disciplina de EF com outras aprendizagens do currículo dos alunos, não sendo verificada a articulação interdisciplinar;

- Não existe qualquer referência à duração de cada atividade ou exercício sugerido nos “Planos de Lições”;

- É verificada, através da organização apresentada nos tempos letivos dedicados à EF, a preocupação com os momentos de aula, nomeadamente, a parte inicial com os exercícios de ordem e preparatórios e a parte fundamental com os jogos educativos;

- Num dos “Planos de Lições” é apresentada uma nota referindo que caso os alunos “manifestem enfado” nos tempos letivos anteriores à EF, “o professor deverá recorrer aos jogos”, definindo esta estratégia como “meio eficaz para tornar a lição mais suave”<sup>1</sup>;

- À semelhança da categoria anterior, os autores das colunas correspondentes às referências recolhidas e responsáveis pela apresentação dos “Planos de Lições”, são do género masculino.

Relativamente à referência recolhida da REN, com o título do artigo “Prova Prática”<sup>2</sup>, foi analisado o seguinte:

- Os conhecimentos da disciplina de EF são verificados em conjunto com a Educação Musical;

- Os alunos são avaliados no conhecimento do hino da MP, sendo solicitados a cantá-lo;

---

<sup>1</sup> Bobine 21, de 21 de Maio de 1933, p. 7

<sup>2</sup> Bobine 58, de 15 de Junho de 1964, p. 3; p. 5

- Posteriormente e ainda dentro da sala de aula os alunos realizam “exercícios de ginástica” nas carteiras. A sequência dos exercícios propostos é a seguinte:

- a) Rodar a cabeça para a direita;
- b) Voltar à posição inicial;
- c) Rodar a cabeça para a esquerda;
- d) Voltar à posição inicial;
- e) Fletir a cabeça para a frente;
- f) Voltar à posição inicial;
- g) Fletir a cabeça para à retaguarda;
- h) Voltar à posição inicial;

- Os exercícios apresentados anteriormente são exigidos por mais duas vezes;

- De seguida é pedido aos alunos que se coloquem de pé, sobre o banco da carteira, virados para fora. Mantendo os pés sobre o banco devem colocar as mãos no chão e caminhar sobre as mesmas até estender o corpo o máximo possível, mantendo o tronco direito. O critério de avaliação definido para este exercício é “ver quem fez melhor este exercício”;

- Por último os alunos são avaliados no recreio através de um jogo de corrida de estafetas, utilizando um “pequeno pau que serve de testemunho”. Os alunos são divididos em quatro grupos e o objetivo é “ver quem ganha”. Para tal os quatro grupos devem competir, com os alunos a correrem à vez, tendo de contornar uma árvore no outro extremo do recreio, regressar ao local da partida e entregar o testemunho além de uma linha marcada pelo examinador.

Através do apresentado anteriormente, na referência ao exemplo da prova prática, é possível concluir que a mesma carece de rigor ao nível dos critérios e das condições para a realização da mesma. Em primeiro lugar, devido à inexistência de valores de referência ou patamares de avaliação, no que diz respeito ao exercício da carteira e ao exercício de velocidade. Em segundo lugar, devido aos critérios de avaliação utilizados – “quem faz melhor” e “ver quem ganha”. Em terceiro e último, devido à incorreta avaliação individual atribuída no último exercício, em função da prestação do grupo, ou seja, se o grupo for bom a avaliação é boa, e vice-versa.

Concluindo esta categoria, e de acordo com o exposto anteriormente, é possível analisar que a importância e relevância atribuídas à disciplina de EF nos “Planos de Lições”, respetivamente ao apoio pedagógico da revista aos professores, foram bastante reduzidas, apesar de surgir nalgumas edições. Da mesma forma, considerando-se os quarenta e um anos de pesquisa efetuada, apenas no primeiro é que se verificou a ocorrência deste tipo de apoio aos professores, torna-se ainda mais secundarizada a sua relevância por parte da revista “Educação Nacional”.

Por outro lado, foi possível analisar que, apesar de conter algumas instruções adequadas, mas insuficientes, ao nível das estratégias de organização das aulas, a abordagem didática efetuada à disciplina, nesta categoria, nem sempre foi a mais correta, principalmente no que à avaliação dos alunos e aos conteúdos curriculares abordados diz respeito.

## **2.7. Publicações Psicopedagógicas**

Esta categoria procura apresentar as publicações da REN alusivas aos conteúdos relacionados com a Pedagogia e Psicologia que, de certa forma, serviam de orientação e auxílio os professores daquele tempo, no exercício das suas funções.

Por outro lado, importa mencionar que a pertinência desta categoria consiste, na abordagem que os artigos analisados fazem aos conteúdos relativos à educação e ao ensino de crianças em idade correspondente à escola primária, bem como na apresentação de conceitos Psicopedagógicos passíveis de serem associados ao ensino da EF na escola primária.

Como indicado no Gráfico 2, a pesquisa efetuada à revista originou a recolha de trinta e três referências, que por sua vez deram origem a vinte artigos relacionados com a categoria.

Através da pesquisa efetuada verificou-se que nos quarenta e um anos de pesquisa total – 1933 a 1974 – apenas foram publicados artigos, da presente categoria, em quatorze destes.

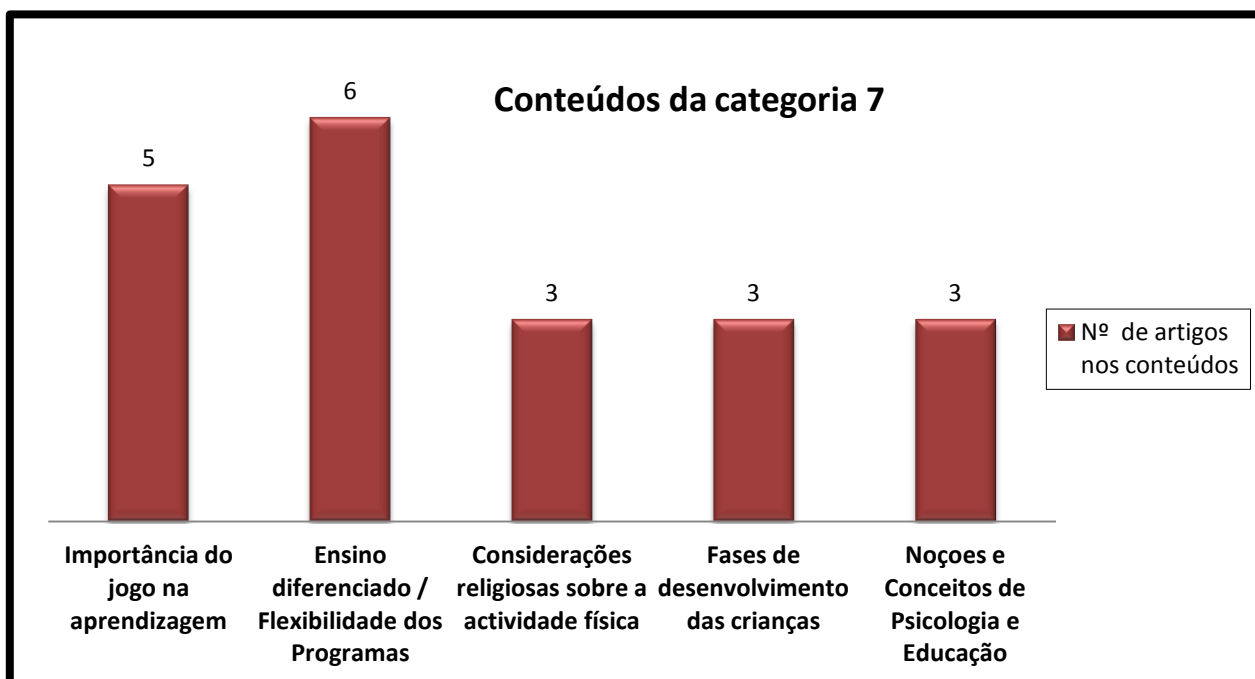
Em 1933, 1934, 1935, 1936, 1949, e 1959 foram recolhidos dois artigos por ano.

Por sua vez, os anos de 1937, 1940, 1941, 1942, 1955, 1957, 1966 e 1968 apresentaram apenas um artigo por ano.

A primeira década de pesquisa – 1933 a 1943 – foi a época que mais publicações produziu, com doze artigos relativos a esta categoria.

De modo a organizar os artigos recolhidos e analisados nesta categoria, dividiu-se a mesma em cinco conteúdos diferentes. O gráfico seguinte pretende mostrar a representação desses mesmos conteúdos na presente categoria.

Gráfico 12 – Balanço dos conteúdos da categoria Publicações Psicopedagógicas



(Elaboração própria / Fonte: Revista Educação Nacional)

Através do Gráfico 12 verifica-se que o conteúdo mais representado nesta categoria é referente à diferenciação de ensino, associado à flexibilidade e adaptabilidade dos programas em função das aptidões e características dos alunos.

Este conteúdo é apresentado na revista de forma dispersa ao longo dos anos, nomeadamente em 1934, 1935, 1936, 1949, 1956 e 1968.

Na década de trinta, é apresentada uma perspectiva nacional e duas estrangeiras relativamente à interpretação dos programas e métodos de ensino.

Em 1934, o Dr. Braga Paixão, indica que “o professor deve aproveitar a ordem dos conhecimentos, ou alterá-la quando o julgar vantajosos para o ensaio de novas formas de trabalho”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Bobine 23, de 26 de Agosto de 1934, p. 5

Em 1935 e 1936 é apresentado o sistema do Dr. Decroly e o método de Dewey, respetivamente. O primeiro refere que a população escolar “deve ser mista e pouco numerosa, composta de diferentes grupos da mesma idade e igual desenvolvimento”, defendendo que o êxito do programa está assente em dois princípios – o conhecimento racionado da criança e o conhecimento do meio. O segundo, à semelhança do primeiro, defende que o método de ensino deve ser adaptável ao desenvolvimento das crianças, implementado através de grupos de trabalho em centros de interesse. No método de Dewey, a parte da tarde – das 14 às 16 horas – estava dedicada aos jogos e à ginástica.<sup>1</sup>

Em 1949, o colunista da revista - Faria de Vasconcelos, procura apresentar a Pedagogia contemporânea como alternativa ao ensino mecanizado, definido por programas rígidos. Para o autor, os programas e os métodos devem ter em consideração os interesses móveis e transitórios dos educandos, em vez de fixá-los e desenvolvendo-os exclusivamente sob a forma como se apresentam. Ou seja, “Devem basear-se sobre as inclinações naturais, sobre a mentalidade e as necessidades psicológicas dos educandos.”<sup>2</sup>

Já em 1956, no número 47 da secção “A escola e a criança”, a revista pede aos professores para que seja abandonada “a noção de programas fixos e válidos por si próprios, fora da experiência infantil”, considerando o carácter “móvel, evolutivo e vivo” na relação entre o programa e criança.<sup>3</sup>

Em 1968, no último artigo referente a este conteúdo, é-lhe atribuído o maior destaque por parte da REN, quando é publicado, na sua primeira página, um artigo com o título “Programas Flexíveis”. A abordagem deste artigo vem reforçar junto dos professores as ideias já apresentadas nos anos anteriores.<sup>4</sup>

O conteúdo que se segue ao anterior com o maior número artigos, no Gráfico 12 – 5 artigos, aborda a importância do jogo na aprendizagem e educação das crianças.

---

<sup>1</sup> Bobine 24, de 22 de Junho de 1935, p.6; Bobine 25, de 01 de Março de 1936, p. 3

<sup>2</sup> Bobine 42, de 28 de Agosto de 1949, pp. 2 – 3; Bobine 42, de 04 de Setembro de 1949, pp. 2 - 3

<sup>3</sup> Bobine 50, de 05 de Novembro de 1956, pp. 5 - 6

<sup>4</sup> Bobine 61, de 03 de Junho de 1968, p. 1

Apesar de uma primeira abordagem a este método de ensino em 1935, no artigo com o título “O interesse em Pedagogia”, onde se refere que a criança “é um ser que não se interessa senão pelo jogo”, tendo a “maravilhosa aptidão de transformar em jogo tudo o que a interessa”<sup>1</sup>, é, no entanto, entre os anos de 1955 e 1957 que a recolha de artigos referentes a este conteúdo se destaca, com três artigos.

Nestes artigos o jogo é apresentado como um contributo na adaptação à vida escolar, chamando a atenção a todos os educadores e pais “para a educação física que deveria ser intensamente praticada em todos os graus de ensino”, podendo “contribuir grandemente para solucionar muitos problemas”<sup>2</sup>.

No último parágrafo do artigo “Os automatismo em educação”, de Lúcia Vieira, a autora refere que os jogos colocam em ação “muitas tendências e instintos”, e que por intermédio destes “a aprendizagem é mais completa, pois que a criança realiza no jogo as suas atitudes sociais e vive nele os interesses, impulsões e iniciativas que a levam à conquista de certas conclusões práticas”<sup>3</sup>.

Em 1957, no artigo “Relembre Psicologia”, capítulo XXIII, o desporto é visto como uma variante do jogo, tendo “efeitos físicos, morais e sociais”<sup>4</sup>, quer no desenvolvimento do corpo como na capacidade de decisão, conferindo espírito de disciplina, de competência e solidariedade.

O último artigo que diz respeito a este conteúdo surge em 1966, numa publicação da revista em que o jogo é apresentado para a criança como “a sua mais séria atividade”<sup>5</sup>.

Os conteúdos que se seguem na análise do Gráfico 12, com 3 artigos cada, consistem na apresentação das fases de desenvolvimento das crianças, as noções e conceitos de Psicologia e Educação, e as considerações religiosas sobre a atividade física.

---

<sup>1</sup> Bobine 24, de 02 de Junho de 1935, p. 7

<sup>2</sup> Bobine 49, de 24 de Outubro de 1955, p. 5

<sup>3</sup> Bobine 50, de 16 de Abril de 1956, p. 4

<sup>4</sup> Bobine 51, de 22 de Abril de 1957, p. 4

<sup>5</sup> Bobine 60, de 10 de Outubro de 1966, p. 5



Os artigos que compõem os conteúdos das fases de desenvolvimento das crianças e das noções de Psicologia e Educação apresentaram aos professores os interesses das crianças nas diferentes idades e estádios de desenvolvimento dos alunos da escola primária, bem como alguns métodos de ensino a ter em consideração na educação das mesmas. Por outro lado, em 1933, definiam ainda a importância do hábito na educação e a aquisição de ideias através da Percepção, e em 1934 definiam o conceito de Educação segundo diversos autores, nomeadamente Stuart Mill, James Mill e Kant.

O conteúdo que contém as considerações religiosas sobre a atividade física é caracterizado por diversas referências relacionadas com a forma do “corpo viver honestamente, adaptando-se à vida divina”.<sup>1</sup>

Dos conteúdos apresentados nesta categoria este é aquele que contém uma visão contrária aos anteriores, por colocar a EF num patamar inferior, provocando inclusivamente malefícios para a saúde dos alunos caso não seja praticada de forma adequada aos valores religiosos e à forma como o corpo era visto na época. Esta visão contrária torna-se ainda mais evidente quando a criança é vista como “um soldado” ou como “uma ovelha”, tendo “a mesma liberdade, a mesma consciência, a mesma disciplina”. Para além disto, a ginástica, o atletismo e outras atividades desportivas, são vistas como exercícios que provocam atletas disformes, desequilibrados e fracos, “em que o desenvolvimento do sistema muscular se opera com prejuízo de todos os outros, e por conseguinte, com sensível diminuição das resistências gerais do organismo”. É ainda referido, sobre a educação aos alunos, que “não é sobre a educação física que mais temos de os estimular a pensar e a ensinar”.<sup>2</sup>

De forma a concluir a análise desta categoria, importa referir que nos vinte artigos inseridos na mesma, oito foram publicados por autores do género masculino e dois do género feminino, sendo que dez dos artigos não tinham referência na revista ao autor do artigo publicado.

Os autores e autoras que publicaram artigos sobre esta categoria foram os seguintes:

---

<sup>1</sup> Bobine 27, de 07 de Novembro de 1937, p. 4

<sup>2</sup> Bobine 31, de 30 de Junho de 1940, pp. 1 - 4; Bobine 32, de 13 de Julho de 1941, p. 9

- Adolphe Ferrière, com dois artigos publicados;
- Evaristo Gomes Saraiva, Mário Gonçalves Viana, Faria de Vasconcelos, Braga Paixão, Th. Rosset, L. Potel, Maria Antónia Melo, Lúcia Vieira, com um artigo publicado.

## 2.8. Diversos

A categoria Diversos engloba cinco subcategorias, que apesar de conterem artigos que não abordam diretamente a disciplina de EF no ensino primário, serviram para dar uma ideia geral da abordagem da revista ao ensino nacional geral, de acordo com os princípios, valores e diretrizes do Estado Novo.

Por outro lado, a decisão de manter estes artigos associados a esta tese devesse também ao contributo que os mesmos poderão proporcionar a futuras investigações e trabalhos, relacionados ou específicos ao período em questão.

Este levantamento e apresentação de dados ganha ainda mais relevância por consistir numa fonte de informação que até ao momento só existia em formato de bobine de microfilme, nos arquivos da sala de microfilmes da BNP.

Posto isto, passa-se a apresentar de forma resumida as cinco subcategorias da oitava categoria deste trabalho, sendo que o número de referências e artigos associados a cada subcategoria já foi anunciado, no início da segunda parte deste trabalho – Gráfico 3.

Para além disto, importa referir que os artigos da quinta subcategoria, já foram referenciados na apresentação da REN, nomeadamente nas **Fontes** deste trabalho, pelo que apenas se fará uma análise superficial às restantes quatro subcategorias.

A primeira subcategoria – Entrevistas, discursos e conferências, contém uma entrevista a António Oliveira Salazar, no início da implementação do Estado Novo, sobre o problema da instrução e analfabetismo no país.

Ainda na mesma subcategoria foram incluídos dois discursos dos principais Ministros da Educação Nacional, no que à EF diz respeito. Nomeadamente, e em primeiro lugar, o Ministro Carneiro Pacheco numa entrevista sobre a educação em Portugal e o enaltecimento do trabalho realizado por António Oliveira Salazar, comparando os seus feitos com os do povo português e as suas virtudes adquiridas ao longo dos tempos. Posteriormente, e em segundo lugar, o Ministro Veiga Simão numa entrevista sobre a importância da Educação no país. Ainda nestas entrevistas, a revista apresenta alguns comentários sobre as respostas fornecidas pelos Ministros.

A segunda subcategoria deste ponto – Educação Nacional, é a que reuniu mais artigos, por ser bastante vasta no seu conteúdo. Entre eles é possível encontrar, descrições e referências a reformas educativas ocorridas em Portugal, ao longo do tempo anterior ao próprio Estado Novo.

Para além disto, contém artigos com medidas, comentários e opiniões da revista ao Ensino Nacional geral, durante o período do Estado Novo, através de diversos autores.

A subcategoria seguinte é composta por artigos de opinião, com considerações variadas sobre as Modas, a Higiene, o Desporto e a EF noutros níveis de ensino, que não o primário.

Por último, a quarta subcategoria apresenta, como o seu título indica, relatos de algumas festividades e momentos históricos assinalados na revista, que de certa forma deixaram a sua referência histórica a nível nacional ou internacional. Os artigos desta subcategoria englobam uma parada infantil, o desfile e apresentação de exercícios gímnicos da organização MP, bem como a inauguração do Estádio Nacional.

Para além destas festividades, reúne três artigos de primeira página. O primeiro relativo ao fim da segunda grande guerra mundial, o segundo ao falecimento de António Oliveira Salazar e o último ao fim do regime ditatorial em Portugal, através da revolução das Forças Armadas, na madrugada de 25 de Abril de 1974.

A análise subjetiva que se realizou aos artigos destas subcategorias, permitiu confirmar a influência da comissão de censura, notificada em todas as edições observadas da revista, e presente nos discursos de alguns autores, e de algumas secções da revista. A presença dos ideais e valores do Estado Novo é evidente nalguns dos artigos, principalmente naqueles em que é abordada a imagem do corpo e a obrigação para com os três princípios fundamentais daquele regime – Deus, Pátria e Família.

### **3. Discussão dos resultados**

Com esta análise procura-se, de uma forma geral, encontrar e apresentar pontos comuns ou relações entre os conteúdos apresentados nas sete principais categorias, bem como verificar discrepâncias entre as várias abordagens efetuadas pela REN às diferentes categorias durante o período de tempo pesquisado.

Relativamente ao género dos autores apresentados nos artigos recolhidos na totalidade das categorias, pode-se afirmar que a maioria é efetivamente do género masculino, sendo bastante reduzida a presença de autoras nos artigos publicados na revista. Esta análise tem a sua relevância, tendo em consideração que no Ensino Primário a maioria do pessoal docente era do género feminino.

Comparando a evolução da formação de professores primários e a implementação da disciplina de EF, verificou-se que começam a surgir, a partir de 1964, algumas iniciativas formativas, igualmente identificadas na subcategoria da EF, nomeadamente no conteúdo do desenvolvimento e implementação da EF.

A realidade da implementação gradual da disciplina na escola primária aparenta estar diretamente relacionada com as iniciativas formativas desenvolvidas no país para os professores primários.

Por outro lado, foi possível verificar, através da categoria Enquadramento Normativo, que a extinção a Direção Geral da Saúde Escolar e a criação da Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, por intermédio da promulgação do Decreto-lei 32.241, foi marcante para que as iniciativas formativas e a efetivação da EF na escola primária comesçassem progressivamente a ser uma realidade cada vez mais evidente no país, principalmente devido à iniciativa das escolas móveis.

Deste modo, embora tenha demorado algum tempo a revelar os frutos da sua criação, conclui-se ainda que a instituição do INEF teve igualmente um papel determinante na mudança da mentalidade nacional e no desenvolvimento da EF em Portugal.

Os cursos de Professores, de Instrutores e de Monitores do INEF foram indiscutivelmente um dos principais fatores de evolução e dissipação do conhecimento científico-pedagógico da disciplina de EF. Esta conclusão é consolidada por Ramada (1973), referindo-se à promoção dos Cursos de Informação de Educação Física, a partir de 1964.

Associando ainda outra categoria a esta análise, por sua vez a categoria EF Comparada, mais especificamente o conteúdo da formação de professores primários, verificou-se que este tipo de iniciativas formativas, com o intuito de melhorar os seus conhecimentos e práticas pedagógicas dos professores primários, relativamente à disciplina de EF, eram já praticadas no estrangeiro, nomeadamente na Argentina a partir do ano de 1946.

Por outro lado, a categoria EF Comparada associa-se novamente à categoria EF e MP, à categoria Enquadramento Normativo e ainda à categoria Apoio Pedagógico a Professores, quando apresenta igual preocupação de alguns países em associar a EF à necessidade de formação pré-militar, manifestada diretamente nos artigos da revista, no Decreto-lei 26.611, ou indiretamente nas características dos exercícios e métodos de ensino relatados nos Planos de Lições de EF.

Esta orientação formativa pré-militar das crianças na escola primária deriva essencialmente do período de instabilidade que se vivia na Europa e no Mundo, devido à evidência da 2ª Grande Guerra, tal como é apresentado por Pimentel (2000) e Mónica (1978), sustentando a promoção das capacidades motoras em modelos de ideais nacionalistas, como a juventude alemã e italiana.

Com o passar dos anos esta orientação vai perdendo força no ensino nacional e internacional e começam a ser apresentados os benefícios da EF no Ensino Primário, na saúde presente e futura das crianças, bem como no contributo da mesma para o sucesso das restantes disciplinas do currículo e para a integração social das crianças. Esta opinião é sustentada por Leitão (1960), quando este refere a articulação da disciplina de EF com outras disciplinas do currículo do ensino primário.

No seguimento destes benefícios e contributos, a categoria Publicações Psicopedagógicas associa-se às categorias EF Comparada e EF e MP, aquando da apresentação

dos jogos e das atividades físicas como condutores de comportamentos de concentração, superação, cooperação e solidariedade, tendo em consideração a idade das crianças e as suas fases de desenvolvimento.

De seguida, numa comparação que se faz entre a categoria Enquadramento Normativo e a categoria EF e MP, foi possível verificar que apesar de se verificarem alterações normativas à EF no Ensino Primário, na subcategoria da EF, os documentos não foram publicados na revista como se tinha verificado inicialmente relativamente aos decretos-lei anteriores.

Ainda nas mesmas categorias analisou-se que a Organização MP, apesar de ter regulamentada a sua atividade na orientação e implementação da EF nas escolas primárias, tinha bastantes dificuldades e carências aquando da sua efetivação nas escolas que não se encontravam nos grandes centros urbanos. Corroborando com Pereira (1969), este facto resulta essencialmente das carências formativas dos professores primários, nos cursos do Magistério Primário, e posteriormente na prática efetiva das suas aulas, onde acabavam por se basear na própria experiência passada enquanto alunos, em que a EF era praticamente inexistente.

Não obstante, na fase inicial da pesquisa, aquando da apresentação e opinião da revista sobre a instituição MP, é possível concluir que para a REN a MP teve um papel importante na efetivação da disciplina de EF no Ensino Primário, numa fase inicial da sua história. Este facto é comprovado pela inscrição obrigatória de todas as crianças do país na MP, de modo a poderem frequentar o Ensino Primário.

Esta opinião não segue a mesma linha de pensamento de Oliveira (2002), defendendo que apesar da obrigatoriedade de inscrição por parte do Governo na organização, a mesma nunca foi capaz de implementar realmente a disciplina de EF, devido à instrução depender na sua essência dos mesmos professores primários que não a aplicavam no âmbito escolar.

No seguimento da mesma ideia, e com o passar dos anos, a revista apresenta igualmente algumas inconsistências na capacidade de organização e gestão das suas funções em prol da implementação da disciplina na escola primária, sendo inclusive alvo de críticas, evidenciadas na revista, indo desta forma de encontro à opinião do autor.

Para além disto, numa fase final da pesquisa efetuada, a revista apresenta por várias vezes que a MP sofreu de problemas económicos e falta de recursos para conseguir chegar a todas as crianças do país.

Relativamente à abordagem da revista na transmissão de exemplos práticos de aulas e métodos de ensino da EF no Ensino Primário, nas várias categorias, conclui-se que podiam ter sido apresentados muitos mais exemplos, dando continuidade à secção “Planos de Lições”. A pertinência desta conclusão ganha ainda mais relevo, porque a própria revista identifica ao longo do tempo várias necessidades e carências na abordagem feita pelos professores à disciplina.

Em alternativa a este papel não assumido nas suas publicações posteriores a 1934, a REN apresenta a recomendação de aquisição, na secção “Bibliografia Recomendada”, de vários manuais de apoio à prática da EF, com uma frequência significativa. Também Oliveira (2002) apresenta a publicação, no final dos anos quarenta, de diversos manuais de apoio ao professor primário, com indicações didáticas relativas à disciplina de EF.

Na mesma linha, a categoria das Publicações Psicopedagógicas apresentada vários artigos com conteúdos bastante contributivos para a execução da EF, elucidativos daquilo que os professores deviam ponderar na preparação e execução das aulas de EF, bem como na forma de abordar as crianças nas suas motivações, inclinações e momentos de aprendizagem.

No que aos programas e currículo de EF diz respeito, os diferentes conteúdos permitem verificar que existe uma preocupação da revista em atribuir, com o passar do tempo e de forma progressiva, mais importância à disciplina no Ensino Primário.

Se por um lado existem categorias que contemplam a utilidade de uma abordagem interdisciplinar, flexível e adaptável à execução das exigências do estado para a disciplina, em função das necessidades dos alunos e limitações espaciais das escolas, por outro são apresentadas algumas limitações à execução da sua prática, devido aos motivos apresentados abaixo:

- Valorização de outras disciplinas do currículo;
- Conjugação de horários entre professores e orientadores da MP;
- Falta de recursos humanos, materiais e espaciais;



- Limitações formativas dos professores;
- Transferência para segundo plano do programa em função de obrigações religiosas impostas pelo Estado e pela família;
- Carências na avaliação contínua e sumativa dos alunos, bem como na definição de momentos e critérios de avaliação por parte dos órgãos de gestão e dos professores.

Relativamente às matérias existentes no currículo de EF do Ensino Primário verificou-se que, no início do período de pesquisa, a abordagem à disciplina era essencialmente consumada através de exercícios de ordem, respiratórios e gímnicos, com alguns jogos educativos muito limitados.

Apenas no final dos anos 60, início dos anos 70, é que os jogos desportivos coletivos e outras matérias individuais, como o Atletismo ou a Natação, começam a ganhar algum peso na disciplina, aparentemente impulsionadas pelos cursos de formação específica, promovidos pelo INEF e pela Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, onde estas matérias eram igualmente desenvolvidas, nas ações de formação de professores.

Esta abordagem negativa a outras matérias de ensino da EF, evidenciada nos artigos da REN nas primeiras décadas de pesquisa, está relacionada com as conceções redutoras do desporto competitivo, que traduziam, de uma forma generalizada, a mentalidade vigente no país, maioritariamente influenciada por conceções religiosas promovidas pelo Estado, indo de encontro com as opiniões de diversos autores (Carvalho, R. 1996; Crespo, J. 1977; Oliveira, J. 2002).

Relacionando todas as categorias e os seus conteúdos, foi possível analisar que durante o período de pesquisa a revista publicou mais artigos, e promoveu de forma mais frequente a disciplina de EF, aquando dos mandatos dos Ministros Carneiro Pacheco e Pires de Lima.

No entanto e de acordo com os artigos publicados na revista, é com o Ministro Veiga Simão, no final do período do Estado Novo, que a EF começa realmente a ter alguma visibilidade e implementação nas escolas, apesar de não se verificar a publicação de qualquer documento normativo, relativo à disciplina de EF no Ensino Primário, no mandato deste ministro.

#### **4. Conclusões**

As conclusões deste estudo vão de encontro aos objetivos definidos no início do trabalho, nomeadamente na análise da abordagem e conceção efetuada à disciplina da EF no Ensino Primário, durante o período do Estado Novo na imprensa escrita, especificamente na REN.

De acordo com a pesquisa realizada e através da análise das diferentes categorias, bem como da comparação de resultados obtidos nas mesmas, verificou-se que o contributo da revista para o desenvolvimento e visão dos reais princípios e objetivos da EF no Ensino Primário foi maioritariamente positivo.

Apesar de se verificar uma inclinação para os princípios e ideologia do Estado Novo, na exposição dos artigos publicados, de certa forma condicionados pela própria revisão da comissão de censura, a revista conseguiu manter uma linha de pensamento com um contributo positivo, ao longo do período de tempo pesquisado.

Este contributo manifestou-se através dos alertas apresentados nos artigos relativos à real efetivação da disciplina no Ensino Primário, através das carências respeitantes à formação de professores primários em EF, e das alterações que sofreram em prol da melhoria da sua prática científico-pedagógica, bem como através das publicações psicopedagógicas presentes nalgumas edições.

Nestas publicações psicopedagógicas, apesar de nem sempre se referir especificamente à EF no Ensino Primário, o seu conteúdo era adaptável à prática dos professores deste nível de ensino, nomeadamente nos conteúdos da importância do jogo na aprendizagem, na diferenciação de ensino e flexibilidade dos programas, bem como na apresentação de linhas de pensamento relativas às fases de desenvolvimento e conceitos psicopedagógicos adequados a uma boa prática.

Para além disto, a revista apresentou diversos exemplos de boas práticas estrangeiras, procurando despertar a comunidade educativa nacional para a importância e utilidade da disciplina no Ensino Primário, não só para a eficácia do processo educativo e pedagógico, mas também nos benefícios que a EF trazia para o crescimento e desenvolvimento das crianças.

Em contrapartida, devido à influência do Estado na mentalidade da sociedade educativa e da sociedade em geral, a revista apresenta também uma visão menos correta da disciplina no Ensino Primário.

Esta perspetiva redutora prendia-se essencialmente com a formação pré-militar associada à disciplina, com a abordagem bastante limitada das matérias de ensino e consequente menosprezo e supressão das atividades desportivas coletivas e de competição, e por último, com a orientação para uma educação maioritariamente intelectual em detrimento da EF e dos benefícios provocados pela interação de ambas.

Esta visão variável da abordagem à disciplina de EF consiste essencialmente da dimensão alargada do período de pesquisa, indo de encontro à opinião de Oliveira (2002) e Ramada (1973), expondo a implementação superficial da disciplina no ensino primário numa fase tardia do Estado Novo. Também Crespo (1977) refere que a disciplina nunca se afirmou e implementou com a robustez que lhe era devida, ficando aquém da sua difusão no Ensino Primário.

Assim, analisou-se que, numa fase inicial da pesquisa, a revista tem uma abordagem mais redutora relativamente aos atuais princípios, valores e objetivos da EF. No entanto, a partir da criação do INEF e da transformação da Direção Geral da Saúde Escolar em Direção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, a revista vai evoluindo na sua visão da disciplina a um ritmo mais rápido que a própria efetivação da disciplina na escola primária, de acordo com a REN.

Posto isto, conclui-se que a implementação adequada da disciplina no Ensino Primário pode ter sofrido um impulso mais significativo, devido ao contributo da revista na comunidade educativa da época, essencialmente porque a partir de Fevereiro de 1959 ela passa a ser o único semanário educativo independente, a nível nacional.

No que concerne às principais temáticas apresentadas neste trabalho, conclui-se que as considerações e opiniões sobre a EF e o seu desenvolvimento, a formação de professores, e a organização nacional MP, foram as que tiveram maior relevo atribuído na REN.

Relativamente à abordagem da revista no enquadramento normativo das diretrizes do Estado, conclui-se que numa fase inicial foi bastante significativo, no entanto, à medida que se foi avançando no período de pesquisa, o principal foco de incidência, na abordagem à disciplina foi essencialmente didática.

Os principais conteúdos apresentados no enquadramento normativo da disciplina foram maioritariamente dedicados à MP, às Instituições oficiais de EF e à EF na formação de professores.

Da mesma maneira, conclui-se ainda que a publicação de documentos de apoio à prática dos professores, através da apresentação de planos de lições, teve igualmente maior incidência nos primeiros anos do período de pesquisa, evidenciando-se uma posterior carência da revista neste aspeto.

Em relação ao currículo da disciplina no Ensino Primário, conclui-se que a nível normativo houve claramente uma ausência de referências expostas na revista, sendo que informalmente surgem ligeiras referências às matérias de ensino a abordar pelos professores, no entanto, sem nunca se especificar o que abordar em cada ano do Ensino Primário. Esta perspectiva é contrariada num estudo efetuado por Leitão (1960) onde são apresentadas as matérias de EF do programa do Governo, relativamente à EF nas quatro classes do ensino primário.

Por fim, na perspectiva de uma investigação futura, considera-se relevante alargar esta investigação a outros ciclos de ensino da EF, ou outras a outras disciplinas do currículo, referente ao período do Estado Novo, de maneira a tirar um maior partido da pesquisa efetuada à revista, através dos artigos recolhidos na BNP, incluídos na categoria do Enquadramento Normativo e na categoria Diversos,

Por outro lado, pode-se desenvolver e aprofundar este estudo, associando e comparando os resultados obtidos na REN a outras fontes da imprensa educativa, do período do Estado Novo.

## **Referências Bibliográficas**

- Adão, A. (2012). A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um reportório cronológico, temático e onomástico. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. ISBN 978-989-96999-3-9;
- Afonso, N. (2005). Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico, pp.89-91, Porto: Asa Editores, S. A. ISBN 972-4487-9;
- Azevedo, E., Pereira B. (2007). As competências e as componentes essenciais da Educação Física no 1º Ciclo Escolar de Portugal e do Brasil. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Vol. 6, 1 (pp. 69-87);
- Betti, M., Zuliano L. R. (2002). Educação Física Escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. I (I): 73-81;
- Bogdan, R., Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos, p. 90, Porto Editora;
- Bom, L. (1992). A Educação Física do 1º Ciclo do Ensino Básico. DGEBS-ME;
- Botelho Gomes, P. (1996). Coordenação Motora, Aptidão Física e Variáveis do Envolvimento. Estudo de crianças do 1º ciclo do Ensino Básico de duas Freguesias do Concelho de Matosinhos. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto;
- Botelho Gomes, P. (2004). A situação da educação física no 1º ciclo de ensino em Portugal. Revista Horizonte, vol. XV, p. 36;
- Brás, J. (1990). Significado e Implicações da Existência da Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico. Município de Oeiras. DESAS/EDUCAÇÃO. Oeiras;
- Brás, J. (1994) A formação inicial de professores do 1º ciclo de Educação Física. In Revista Horizonte, vol. X, nº59. Lisboa. pp. 196-198;
- Carvalho, L. (1999). Manipulação da Opinião Pública. Hugin Editores. Lisboa;

- Carvalho, R. (1996). História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano (2ª Ed.). Lisboa: F.C. Gulbenkian;
- Crespo, J. (1977). História da Educação Física em Portugal: os antecedentes da criação do INEF. In Ludens, 2 (1): 45-52;
- Gomes, J. (2012). O juízo dos pais acerca da atividade física dos filhos. Lisboa: Livros Horizonte;
- Gomes, P., Matos, Z. (1991). Educação Física na Escola Primária – Volume I. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP), Gabinete de Pedagogia do Desporto, Pelouro de fomento desportivo.
- Leitão J. (1960). A educação física no ensino primário. Boletim do INEF, XXI, 2, 105-107;
- Margarido, J. (1998). Expressão e Educação Físico-Motora. Avaliação de uma experiencia pedagógica. Guarda: ESE da Guarda;
- Matos, Z. (2004). A importância da educação física no 1º ciclo do ensino básico. Educação Física na escola primária. Porto: Universidade do Porto;
- Ministério da Educação (1992). A Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico. Coordenação da Direção dos Serviços de Formação da Direção-Geral dos Ensinos Básicos e Secundário;
- Ministério da Educação (2004). Departamento da educação básica. Organização Curricular e programas. Lisboa: Ministério da Educação;
- Mira, M. (1999). As Concepções e a Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico relativamente à Educação Física. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana para a obtenção do grau de mestre, orientada pelo Doutor António Rosado;

- Mónica, M. (1978). Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. Lisboa: Editorial Presença;
- Monteiro, J. (1998) Características da avaliação no âmbito dos novos programas. In Horizonte: FMH, vol. XIX, 32;
- Mota, J. (1992). Educação e Saúde – Contributo da Educação Física. Câmara Municipal de Oeiras;
- Oliveira, J. (2002). A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo. Coimbra: Edições Tenacitas;
- Pacheco, J. (2001). Currículo: Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora;
- Pereira, A. Marques (1942). Aspetos diferenciados da Educação Física. Angra;
- Pereira, A. Marques (1956). Estrutura geral do problema da Educação Física da juventude. Boletim do INEF, XVII, 1 e 2, 139-154;
- Pereira, A. Marques (1969). De Meditar.... Lisboa: Editorial Pórtico, p.27;
- Pereira, M., Leitão, J. (2007). Metodologia da Investigação em Educação Física e Desporto: introdução à Metodologia Qualitativa, p.23, Vila Real: UTAD, 2007. – (Série didática. Ciências aplicadas; 327);
- Pimentel, I. (2000). História das organizações Femininas no Estado Novo. Lisboa: Círculo de Leitores;
- Ramada, J. (1973). Coeducação e Educação Física. Alguns aspetos do problema. Boletim INEF, 2ª Série, II, 4 7-18;
- Rangel, M. (1997). Análise de conteúdo e a análise do discurso como metodologias de pesquisa e representação social. Atas do VII Coloquio Nacional da AFIRSE. Lisboa: FPCE/UL: 471-499;
- Revista Educação Nacional, (1896; 1933-1974). Biblioteca Nacional Portuguesa;

- Rocha, L. (1996). Não há educação sem a educação física: Educação Física e educação Cívica. In Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física. Nº 13, 21;
- Rocha, L.; Bráz, P.; Moreira, M.; Santos, F.; Ribeiro, A. (1992). Educação Física no 1º ciclo. O que pensam os professores sujeitos a um programa de formação contínua. Boletim SPEF. nº 5/6. Lisboa. pp. 37-45;
- Roldão, M. C. (1999). Gestão do Currículo – Fundamentos e Práticas, Lisboa: ME-DEB, pp. 43-50;
- Sampaio, J. (1976). O Ensino primário (1911-1969) – Contribuição Monográfica. Vol. II. Instituto Gulbenkian de Ciência. Centro de Investigação Pedagógica. Lisboa;
- Silva, A. F. (2003). Os Programas de Educação Física do Ensino Primário em Portugal nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX: Contextos, Conteúdos e modelos de implementação. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana para a obtenção do grau de doutor, orientada pelo Doutor Carlos Januário;
- Tengarrinha, J. (1989). História da Imprensa Periódica Portuguesa, 2ª Ed., Lisboa, Caminho;
- Vala, J. (1986). Análise de conteúdo. Em A. Santos Silva & J. Madureira Pinto (org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.